

Maria de Fátima Silva Barbosa

EM BUSCA DAS TERRAS DE PROMISSÃO
A difícil construção de sujeitos sociais e políticos no
Assentamento de Sem-Terra de Promissão - SP.

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo - SP
2005

Maria de Fátima Silva Barbosa

EM BUSCA DAS TERRAS DE PROMISSÃO

**A difícil construção de sujeitos sociais e políticos no
Assentamento de Sem-Terra de Promissão - SP.**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a Dra. Ana Amélia da Silva

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo - SP
2005

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____ Local e Data: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de formas diversas manifestaram seu apoio e incentivo durante todo o processo deste trabalho de dissertação.

Em especial, agradeço às companheiras e aos companheiros do “Grupo de Campinas” que me acolheram no Assentamento da Fazenda Reunidas, com carinho, concedendo-me entrevistas que possibilitaram concretizar este trabalho.

Ao Terêncio e ao Ferraro, que através de entrevistas ajudaram-me a resgatar a gênese da história do “Grupo de Campinas”, que partiu *Em busca das terras de Promissão*.

À Professora Vera Chaia e ao Professor Lúcio Flávio de Almeida pela contribuição e observações críticas no Exame de Qualificação.

À Professora Ana Amélia da Silva, orientadora desta dissertação, meu reconhecimento e gratidão pela sua dedicação e incentivo constantes que vão além dos resultados de um trabalho acadêmico.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, sem a qual esta dissertação não teria sido possível.

Maria de Fátima Silva Barbosa

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar a trajetória de uma parcela dos movimentos sociais urbanos de Campinas - SP, que, em meados dos anos de 1980, decide “partir da cidade” e ir em busca das “terras de Promissão”. Conhecido como “Grupo de Campinas”, esses sujeitos sociais e políticos se engajam no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra –, tendo por projeto “voltar às raízes” através da conquista da terra, no âmbito maior da luta pela Reforma Agrária. A ocupação de terras da Fazenda Reunidas no município de Promissão (SP), destaque da ação do “Grupo de Campinas”, dá origem ao maior assentamento de sem-terra do estado de São Paulo.

O trabalho recupera a trajetória e a história do protagonismo e dos desafios que permearam a ação do “Grupo de Campinas”. Isto implica uma narrativa que aponta desde a sua inserção nos movimentos populares urbanos na região de Campinas, nos anos 1970/80, a saída das famílias para a ocupação da Fazenda Reunidas, o processo que envolveu a organização do assentamento, a implantação da Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares” – COPAJOTA –, até chegar ao conjunto de experiências e conflitos sócio-políticos e econômicos que se verificaram na organização da produção, nas experiências e práticas de lutas e nas cisões e visões diferenciadas. Ao apontar para as peculiaridades de lutas do “Grupo de Campinas”, a dissertação destaca os meandros da difícil construção de sujeitos sociais e políticos em busca do projeto de “escrever sua própria história”.

Abstract

The objective of this dissertation aims to analyze the trajectory of a parcel of the urban social movements of Campinas (SP), that, in middle of the years 1980, decides “to leave the city” and to go in search of the “terras de Promissão” (*Promised Lands*). Known as “Campinas Group”, these social and political subjects engaged themselves in the MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra –, having as their project “to go back to the roots” through the conquest of the land, in the greater scope of the fight for the Agrarian Reform. The occupation of the “Reunidas” Farm in the city of Promissão (SP), main point of the action of the “Campinas Group”, gives origin to the largest land occupation of the state of São Paulo.

This work recovers the trajectory and the history of protagonism and of challenges that permeates the action of the “Campinas Group”. This implies a narrative that points to its insertion in the urban popular movements in the region of Campinas, in the years 1970/80, to the exit of the families for the occupation of the “Reunidas” Farm, to the process that involved the organization of the land occupation, to the implantation of the Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares” – COPAJOTA –, until arriving at the set of experiences and social-political and economic conflicts that occurred in the production organization, in the practices and experiences of struggles and in the divisions and differentiated visions. When pointing to the peculiarities of the struggles of the “Campinas Group”, this dissertation stresses the intricacies of the difficult construction of social and political subjects in search of “writing their own history”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-POLÍTICOS DA GÊNESE DO “GRUPO DE CAMPINAS”	14
1.1. Introdução	14
1.2. O cenário em que emerge o “Grupo de Campinas”.....	21
1.3. A organização dos movimentos sociais e o “Grupo de Campinas”	30
A Assembléia do Povo	36
A Pastoral Operária e a Oposição Sindical	46
CAPÍTULO 2 – EM BUSCA DAS TERRAS DE PROMISSÃO	58
2.1. Introdução	58
2.2. O MST: Elementos da construção de identidades e do modelo organizacional.....	60
2.3. Do desemprego à ocupação de terras: sonhos e lutas	72
2.4. Conquistando um pedaço de chão	85
A Fazenda Reunidas e sua ocupação	86
“Quebrando as porteiras” e conquistando a terra	97
Ocupando as “Terras de Promissão”.....	99

CAPÍTULO 3 – A COPAJOTA – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA “PADRE JOSIMO TAVARES” – EXPERIÊNCIAS E CONFLITOS SÓCIO-POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA FORMA DE ORGANIZAÇÃO E NA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO		109
3.1. Introdução		109
3.2. Um breve histórico sobre a organização das cooperativas pelo MST		111
3.3. O processo de formação da COPAJOTA		118
3.4. O Laboratório Organizacional do Campo		121
3.5. A Organização da produção da COPAJOTA		131
3.6. A cisão da COPAJOTA		133
3.7. Redimensionando a produção da COPAJOTA		135
3.8. A organização do “Grupo dissidente” da COPAJOTA		142
3.9. Um olhar mais atento à cisão e ruptura na COPAJOTA		149
CAPÍTULO 4 – DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO DE JOVENS E MULHERES NA COPAJOTA – A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS		156
4.1. Introdução		156
4.2. Entre a forma e o conteúdo da cooperativa – considerações sobre os conflitos		157
4.3. A participação do jovem na cooperativa		165
Alternativas para fixação do jovem no assentamento		172
4.4. A participação da mulher na COPAJOTA		179
CONSIDERAÇÕES FINAIS		189
GLOSSÁRIO		198
BIBLIOGRAFIA		200

INTRODUÇÃO

Esta dissertação remete o leitor, inicialmente, aos anos 1970/80, num contexto preciso, que se debruça sobre os então denominados *movimentos populares urbanos* na região que engloba a cidade de Campinas, estado de São Paulo, e suas áreas de entorno. De forma mais específica, deverá se concentrar numa parcela desses movimentos que veio a constituir-se, naqueles anos, no que ficou conhecido como “Grupo de Campinas”, que, numa trajetória inversa ao movimento que do campo sai para a cidade, colocou como anseio uma vida com maior dignidade. Isso implicava, na visão do grupo, “voltar às raízes”, dirigindo-se para o campo, ou melhor, partir da cidade e ir em busca das “terras de Promissão”. A conquista de um espaço de terra no âmbito de uma luta pela Reforma Agrária levou o “Grupo de Campinas” a engajar-se no movimento mais amplo formado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST –, que também se consolidava naquele momento e que veio a constituir um dos maiores movimentos sociais do país.

“Terras de Promissão” refere-se à formação de um dos maiores assentamentos de sem-terra, que se localizou no município de Promissão, estado de São Paulo, em que o “Grupo de Campinas” exerceu uma atuação importante. A trajetória de sonhos, lutas e práticas que informaram sua construção enquanto *sujeitos sociais coletivos* constitui-se no objeto específico desta dissertação. Cabe adiantar, desde já, que a expressão

“terras de Promissão” está sendo usada nesta dissertação em dois sentidos. O primeiro refere-se à localização geográfica do assentamento criado; o segundo figura enquanto metáfora que atribui à utopia de um determinado grupo de sujeitos envolvidos nos movimentos populares a busca e a conquista da terra, da produção e da partilha de seus benefícios no horizonte de uma perspectiva socialista de emancipação.

O imaginário social que remonta às origens bíblicas da “terra prometida” tem raízes profundas na religiosidade e cultura brasileiras, de que Canudos é exemplar pelos significados e pela compreensão que impulsionaram as lutas e a utopia de uma vida digna¹. Nos anos 1970-80, a influência da Igreja Católica, renovada pela Teologia da Libertação, se estendeu aos movimentos sociais e às lutas pela emancipação no interior do regime de ditadura militar instaurado no país desde 1964. Como veremos, a atuação das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – e da CPT – Comissão Pastoral da Terra – exerceu enorme papel aglutinador, sobretudo no que se refere ao MST. Isso simbolicamente se expressa pela denominação “Terra Prometida” de alguns assentamentos ou acampamentos desse movimento².

¹ Pedro Lima Vasconcellos aprofunda a questão, tanto religiosa quanto política, a partir de documentos importantes, inclusive de detratores do movimento canudense, apontando como a busca da “terra prometida” importava uma visão que, a partir do livro bíblico do Êxodo, afirmava que a “escravidão e a opressão estão para cessar, e o que se vislumbra é uma vida nova, em liberdade e fartura”. No bojo dessas apropriações, ficavam implícitas as críticas à República instaurada recentemente, e a perspectiva com que os mitos indígenas (vários grupos indígenas compuseram os chamados “conselheiristas”), entre outros, atribuíam novos significados aos “rios de leite” e aos “barrancos de cuzcuz de milho” (VASCONCELLOS, 2004: 188-190).

² Em 2004, os jornais deram conta da brutal repressão comandada por pistoleiros e latifundiários que atingiu o acampamento do MST “Terra Prometida”,

A dissertação acompanha a trajetória do “Grupo de Campinas”, desde sua inserção nos movimentos populares urbanos, a saída de 350 famílias em 1987 para ocupar terras da Fazenda Reunidas e, posteriormente, todo o processo que envolveu a organização do assentamento, a implantação da Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares” – COPAJOTA –, até chegar ao conjunto de experiências e conflitos sócio-políticos e econômicos que se verificaram na organização da produção, nas experiências e práticas de lutas e nas desistências ou novas perspectivas que daí se abriram.

A primeira questão que impulsionou o estudo poderia assim ser resumida: como um pequeno grupo de movimentos populares foi se constituindo enquanto *sujeito social coletivo*? E quais as motivações que impulsionaram um grupo inserido no contexto urbano – periférico, carente, desprovido de direitos sociais básicos e de condições de vida dignas – a engajar-se em um movimento mais amplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST?

Reconstituir a trajetória desse grupo, que da cidade ruma para o campo, pareceu-nos importante, pois uma das hipóteses que orientou este trabalho foi a de que a origem, as lutas e as perspectivas, sonhos e esperanças que expressavam constituíram-se em elementos fundamentais de como sua vida foi construída e partilhada a partir do assentamento, assim como, posteriormente, dos conflitos e tensões que permearam as relações

localizado em Felisburgo, Minas Gerais, em que cem famílias receberam tiros, resultando no assassinato de cinco trabalhadores rurais sem-terra e em 20 feridos.

sociais nas “novas terras”. Nesta direção, pretende-se compreender os conflitos que se explicitaram e se acirraram com a cisão ocorrida na COPAJOTA. Após quatro anos no assentamento, o “Grupo de Campinas” reestrutura sua forma de organização formando uma cooperativa, inicialmente composta por 34 famílias. O que talvez se constitua no ponto nevrálgico, responsável por conflitos e posterior cisão, ocorre após dois anos de implementação da cooperativa e dá origem a dois grupos distintos. Resumidamente, um desses grupos constitui-se de famílias que permaneceram associadas à COPAJOTA, orientando-se pelas diretrizes mais amplas emanadas do MST, e o outro concentrou-se na adoção de práticas de produção agrícola assentadas em unidades familiares. A partir dessa divisão, a dissertação buscará entender as razões dos conflitos que atravessaram as práticas e a atuação do “Grupo de Campinas”.

Tais objetivos implicam, preliminarmente, assinalar para um contexto histórico e teórico que permita entender a questão que configura *sujeitos sociais coletivos* que “se fazem” nas lutas e conflitos. É na trajetória dessas lutas e conflitos que tais sujeitos sociais constroem sua própria história. Assim, em um primeiro momento, torna-se imprescindível considerar o tempo de enfrentamento com a ditadura militar instaurada desde 1964, fundamental para o entendimento do significado do surgimento desses “novos personagens que entraram em cena”, enunciando suas lutas, reivindicações e clamando por direitos à vida com dignidade. Dessa forma, pode-se apontar para a emergência de um processo de ação político-social

no qual os sujeitos buscaram assumir o controle de suas vidas e gestar um projeto de futuro coletivo.

Na trilha teórica de autores como Antonio Gramsci, E. P Thompson, e apoiando-se no texto já “clássico” de Sader para os movimentos sociais, e em outras contribuições, trata-se de flagrar o processo de construção do “Grupo de Campinas” a partir da sua articulação em um conjunto de movimentos populares, que envolveram movimento sindical, Oposição Sindical, movimentos de moradia, sem-teto, sem-terra, CEBs, Pastorais e outros, assim como as várias formas de expressão política em que se destacaram.

Num segundo momento, trata-se de usar uma “lupa” mais detalhada para a organização, lutas e conflitos com que o “Grupo de Campinas” vivenciou suas experiências, que, se de um lado apontam para a difícil trajetória que as classes subalternas, como diria Gramsci, percorrem visando a alcançar a consciência crítica no sentido da transformação e emancipação, de outro também requer que se reflita sobre outros “horizontes de significados” que se “recolocam na cena”, apontando, talvez, para novas lutas e práticas societárias.

A escolha do “grupo de Campinas” como objeto de estudos e aprofundamento numa dissertação de Mestrado em Ciências Sociais adveio, inicialmente, de minha inserção, nos anos 1980, nas CEBs e movimentos populares urbanos de Campinas, sobretudo na atuação mais próxima à organização e acompanhamento dos primeiros grupos do MST na região.

Nessa ocasião, a escolha do curso de Ciências Sociais, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP –, esteve orientada pela busca de ferramentas e do referencial teórico e metodológico para entender os movimentos sociais dos anos 1970/80, enquanto manifestação política das classes subalternas, e seus esforços na construção de uma sociedade fundada nos valores socialistas. Posteriormente, ao acompanhar o assentamento de Promissão por quase duas décadas, as inquietações e a necessidade de ampliar um conjunto de reflexões me levaram a buscar o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, e a selecionar como tema de estudos a trajetória que envolve a organização do MST na região e a experiência de vida e de trabalho no interior do assentamento de Promissão.

Assim, desde os anos 1980, o acompanhamento do “Grupo de Campinas” se fez presente através de visitas informais, conversas, entrevistas rápidas, notícias divulgadas, num processo ainda de acompanhamento de sua organização e de seus dilemas. Com o desenvolvimento de estudos na área das Ciências Sociais, pude acompanhar – já com um olhar mais “sociológico” e sistemático – algumas pesquisas acadêmicas realizadas pela pesquisadora Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, que desenvolveu pesquisas sobre o *Assentamento da Fazenda Reunidas*, com uma vasta produção de dados qualitativos e quantitativos. Sua obra mais recente, em parceria com o Dr. Luiz Antonio Cabello Norder, *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*, apresenta dados relevantes sobre as cooperativas do MST e analisa

duas cooperativas do Assentamento da Fazenda Reunidas, a COPAJOTA e a COAP, ambas objetos de análise nesta dissertação. A dissertação de mestrado, de 1997, bem como a tese de doutorado de Luiz Antonio C. Norder, de 2004, contribuíram na obtenção de dados específicos, principalmente sobre a COPAJOTA. Ressalta-se, também, a importância da pesquisa de carreira docente de Bendito Ferraro, realizada em 1998, através do método de história oral, possibilitando o acesso aos relatos que permitiram reconstituir a história da gênese do “Grupo de Campinas”. Da mesma forma, foi importante a contribuição de Maria Stella Lemos Borges, que em sua obra, de 1997, resgata a constituição da Fazenda Reunidas, de Promissão, palco onde se desenrolou toda a luta pela conquista da terra.

As pesquisas mencionadas foram relevantes para esta dissertação por mencionarem diretamente o “Grupo de Campinas”. Sobre a questão do sistema cooperativista nos assentamentos do MST, destaco os trabalhos de Célia Regina Vendramini (2002), Zander Navarro (2002) e Horácio Martins Carvalho (2002), todos constantes das referências bibliográficas.

Durante as tarefas de pesquisa e levantamento, foi possível ter acesso a relatórios, apostilas, jornais, cartas e panfletos referentes à organização interna do assentamento, o que veio a constituir-se num acervo documental expressivo. Dentre eles, destaco *Memória do Laboratório Organizacional de campo - Promissão - SP - COPAJOTA - SCA/NA* (1992), documento que forneceu dados fundamentais para compreender a estrutura da organização da cooperativa do MST. A *Memória* compõe um verdadeiro arsenal de documentos produzidos pelos próprios membros da COPAJOTA, como

poesias, relatórios de assembléias e informações diversas, que se tornaram fontes preciosas de pesquisa.

Para elaborar a dissertação, realizei minha pesquisa de campo na Agrovila Campinas, no Assentamento da Fazenda Reunidas, em Promissão, durante dois anos consecutivos, 2003 e 2004. Durante esse período, foi possível realizar entrevistas com 18 membros do “Grupo de Campinas”, que foram subdivididos em dois grupos distintos. O primeiro, identificado como *Grupo “A”*, ficou composto por aqueles que permaneceram vinculados à COPAJOTA; e o *Grupo “B”*, pelos que romperam com essa organização, os dissidentes. No *Grupo “A”*, foram entrevistadas 10 pessoas, sendo 6 adultos (5 mulheres e 1 homem) e 4 jovens. No *Grupo “B”*, foram entrevistados 8 participantes, sendo 5 adultos (2 mulheres e 3 homens) e 3 jovens. Todos os adultos entrevistados são lideranças e ocuparam cargo de direção nas cooperativas formadas no assentamento, a COPAJOTA e a COAP.

O critério adotado permitiu constatar, com relação às lideranças, a presença maior do número de mulheres no *Grupo “A”*, o que possibilitou analisar a questão do protagonismo da mulher no assentamento. A entrevista realizada com os jovens se fundamentou na constatação do número expressivo da população jovem no assentamento, a partir dos cinco primeiros anos da ocupação. Esse novo perfil do assentamento está relacionado com as questões que analiso sobre a inserção do jovem no sistema produtivo.

Foram realizadas ainda outras duas entrevistas com pessoas que participaram organicamente do processo de construção dos movimentos sociais de Campinas no período de 1975 a 1984: Benedito Ferraro, coordenador da Comissão de Vilas Planejadas e de alguns bairros (1979-1984), e Terêncio, fundador da Pastoral Operária de Campinas, em 1975. Essas duas entrevistas possibilitaram o resgate da gênese do movimento social urbano de Campinas, complementando os dados bibliográficos. As entrevistas foram de caráter aberto, porém, com temas específicos determinados *a priori* pela pesquisadora, que procurou, no entanto, dar liberdade aos entrevistados(as) de discorrerem livremente sobre os temas.

Dessa forma, as entrevistas ofereceram elementos que permitiram compor a história sócio-política do “Grupo de Campinas” e o processo de saída do grupo da cidade rumo a Promissão. Ateve-se primordialmente às questões relacionadas aos conflitos gerados a partir da cisão da COPAJOTA, à sua posterior reestruturação e às questões relacionadas à construção de sujeitos coletivos e políticos.

Orientada pela pesquisa bibliográfica, pelas entrevistas obtidas na pesquisa de campo, que forneceram relatos, testemunhos e depoimentos, e pelas anotações e leituras de documentos produzidos no assentamento de Promissão, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo introduz alguns caminhos teóricos e elementos históricos que incidiram na formação e consolidação do “Grupo de Campinas”, integrando os movimentos populares urbanos de Campinas e região, nos anos 1970-80. Busca entender sua gênese no interior de um

cenário sócio-econômico e político, que configurou a enorme novidade que representaram esses movimentos sociais nos chamados “anos de chumbo”. Ao destacar a atuação das CEBs, através da Teologia da Libertação, das Pastorais e do movimento sindical e político nos bairros de Campinas, procurou-se destacar instâncias organizativas dos movimentos, fundamentais para uma experiência de lutas sociais e demandas por direitos básicos: Assembléia do Povo, Pastoral Operária, Oposição Sindical, e outras que, certamente, forneceram experiências associativas ricas e que incidiram nas práticas de lutas do Grupo de Campinas.

“Em busca das terras de Promissão”, que fornece o título da dissertação, constitui o segundo capítulo. Nele, procurou-se acompanhar a trajetória do “Grupo de Campinas”, desde sua inserção no MST até o momento em que “quebra as porteiras” e ocupa as terras da Fazenda Reunidas, constituindo o assentamento de Promissão. O conteúdo das falas, testemunhos e depoimentos daqueles que participaram dessa trajetória permite apontar para um universo de construção, por parte de sujeitos sociais e políticos, de sua “própria história”.

O terceiro capítulo contém a análise histórica da constituição da COPAJOTA – Cooperativa Agrícola “Padre Josimo Tavares” –, sua implementação e o conjunto de dilemas e conflitos que passam a atravessar as instâncias organizativas e de poder, procurando trazer à reflexão as visões diferenciadas, os impasses e as tensões que resultaram em sua cisão e ruptura.

O quarto capítulo, intrinsecamente vinculado ao anterior, retoma os conflitos que resultaram na extinção da COPAJOTA, sob um recorte mais centrado em duas temáticas que, ao longo da pesquisa de campo e das análises, adquiriram relevo. Trata-se de apontar para a questão dos jovens em toda a trajetória do assentamento e para o fundamental papel representado pelas mulheres, que se descobrem enquanto sujeitos sociais e políticos importantes, mesmo que no interior das difíceis relações sociais que emergiram dos conflitos relacionados às formas assumidas pela cooperativa.

As considerações finais resultam de uma retomada de temas e inquietações presentes nos capítulos da dissertação.

CAPÍTULO 1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-POLÍTICOS DA GÊNESE DO “GRUPO DE CAMPINAS”

1.1. Introdução

O objetivo deste capítulo visa destacar elementos históricos e socio-políticos que incidiram na formação e consolidação do então denominado “Grupo de Campinas”, integrado por movimentos populares urbanos da cidade de Campinas e entorno que, em 1987, parte em busca das “terras de Promissão”. Como já mencionado este grupo vem a formar um dos grandes assentamentos de sem-terra, no município de Promissão, Estado de São Paulo, numa trajetória que da cidade ruma para o campo e, isso a nosso ver importa, pois uma das hipóteses deste trabalho é que a origem, as lutas e as perspectivas, sonhos e esperanças deste grupo forneceram fundamentos de como sua vida foi construída e partilhada a partir do assentamento, assim como os conflitos e tensões que permearam as relações sociais nas “novas” terras.

Responder a estas questões implica assinalar para um contexto histórico e teórico que permita entender a questão que configura sujeitos sociais e políticos que “se fazem” nas lutas e conflitos. Estudando a formação da classe operária inglesa no século XVIII, Thompson atualiza a concepção marxista de classes sociais evitando restringi-la a qualquer modelo prévio sociológico e estático de explicação, ou a uma “estrutura

fixa e imutável”. Ao contrário, insere a constituição das classes sociais num campo de conflitos e disputas comandado pelo seu acontecer histórico.

Retomando a perspectiva marxista da luta de classes, Thompson afirma:

“A mais fina rede sociológica não nos oferece um exemplar puro de classe (...) A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987: 10).

Tendo como eixo uma análise fina das considerações thompsonianas, SADER (1988) produziu seu livro, que se ergue como um “clássico” na análise dos movimentos sociais, apontando os “novos sujeitos que entraram em cena” na cidade de São Paulo nos anos 1970-80. No contexto da ditadura militar, o autor aponta como se configuraram as lutas e movimentos os mais variados, em busca do que Hannah Arendt designou como a luta pelo “direito a ter direitos” (ARENDR, 1989). A importância do estudo de Sader para entendermos o “Grupo de Campinas” advém do modo como figurou e definiu “novos sujeitos históricos”, importância que foi muito bem captada por Marilena Chauí no prefácio do livro, quando ressalta:

“‘Quando uso a noção de sujeito coletivo’, escreve Sader, a expressão indica ‘uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e

expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas', de sorte que a novidade é tríplice: um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos a partir da consciência de interesses e vontades próprias'" (CHAUÍ, 1988: 11-12).

E, frisando a questão das experiências advindas das lutas cotidianas, a autora ressalta:

"São as experiências que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá a *dignidade de um acontecimento histórico*" (*id.*, *ib.*: 12, grifo meu).

A importância do estudo de Sader se estende para a análise de movimentos que também se organizavam em Campinas: o movimento operário, as oposições sindicais, os grupos de mulheres, as lutas nos bairros e, sobretudo, o expressivo papel de mobilização e atuação da Igreja Católica, orientada pela Teologia da Libertação, que, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais diversas, com certeza fornecia não apenas apoio material significativo para as realizações de assembléias e mobilizações, mas um patamar de reflexão teórica e articulação dos diversos movimentos que renovava as bases do pensamento de transformação da sociedade na perspectiva socialista e progressista.

Em Campinas, também se verificavam as pequenas lutas que, desde meados de 1970 e perpassando a década de 1980, configuram identidades comuns, forjando vozes e presenças no campo social e político e criando, pelos conflitos de interesses, novas formas de expressão de necessidades e

de exigência de direitos. Enfim, tratava-se de sujeitos que começavam a “fazer política”.

As considerações de Thompson e Sader, assumidas enquanto introdução à gênese histórica e social do “Grupo de Campinas”, encontram um estuário mais amplo nas considerações do teórico marxista Antônio Gramsci, expostas aqui, de forma breve, para que se possa afirmar alguns pontos a serem retomados posteriormente. A atualidade da obra de Gramsci para o estudo das práticas de resistência e das lutas das classes subalternas advém das contribuições do autor sobre as relações entre Estado, sociedade e classes sociais e, sobretudo, quando assinala o conceito de hegemonia como “direção intelectual e moral”, operando tanto no campo das idéias e cultura, quanto no da estrutura econômica. Dessa forma, é importante destacar que Gramsci não separa a importância do econômico da esfera do político e cultural, o que aparece quando fala da *praxis* política (“organicidade entre teoria e prática”), visando a criar nas classes subalternas uma consciência crítica da realidade social³.

A partir da famosa Tese 11 (*Sobre Feuerbach*), em que Marx e Engels elaboram a crítica à “ideologia alemã” – afirmando que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”⁴ –, Gramsci coloca a transformação “intelectual e moral” no campo da *praxis* política, assinalando que todos os homens “são filósofos”:

3 As citações aqui remetidas referem-se, principalmente, ao *Caderno do Cárcere*, 1 (GRAMSCI, 1999).

4 MARX & ENGELS, 1999: 14.

“É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são *filósofos*, definindo os limites e as características desta *filosofia espontânea*, peculiar a *todo o mundo*, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modo de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por *folclore*” (GRAMSCI, 1999: 93).

A questão principal que advém desse ponto de partida de Gramsci é a disputa pela hegemonia para a emancipação, através da consciência crítica que confere outro significado ao embate entre classes subalternas e classes dominantes. Ou seja, a questão que Gramsci coloca é como passar dessa forma de consciência imposta para uma nova consciência, capaz de elaborar a própria concepção de mundo de maneira consciente e crítica, de participar e produzir a história do mundo⁵. Com isso, Gramsci sinaliza que o embate entre classes subalternas e classes dominantes, disputando a hegemonia, abre uma esfera ampla às lutas pela emancipação que se confrontam com forças regressivas e conservadoras. Uma intérprete de Gramsci assim ressalta:

“Mesmo considerando que a história das classes subalternas é fragmentada, desagregada, episódica, atravessada facilmente pelas

5 “Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um conhecer-te a ti mesmo como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise” (*Id.*, *ib.*: 94).

ideologias conservadoras, Gramsci compreende que é com base na *praxis* política que se pode passar dessa fragmentação à unicidade, do modo de pensar desagregado a uma forma de pensar crítica e coerente. São expressões de ‘conformismo e resistência’, de determinismo e voluntarismo, de senso comum e de bom senso que se inscrevem na prática cotidiana e que podem ser resgatadas não apenas como simulacro, como ações desencarnadas da história, mas como possibilidades concretas na construção de uma nova racionalidade” (SIMIONATTO, 1998: 51).

Intervir no processo histórico, portanto, para Gramsci não resulta de uma reflexão exclusivamente pessoal, mas é resultado de um processo social. As classes subalternas são aquelas que participam de uma concepção de mundo imposta pelas classes dominantes e que são submetidas à ideologia dominante através de vários canais por ele apontados: a escola, a igreja, o serviço militar, o cinema (cinema falado, que estava apenas se iniciando), o rádio e o jornal, formando a consciência da coletividade. Entretanto, as classes subalternas, através de suas necessidades efetivas, são impulsionadas a travar lutas, reivindicações, movimentos, entrando, dessa forma, em contradição com a própria concepção de mundo em que foram formadas, criando uma nova cultura. MONAL (2003), tomando como referência Gramsci, aponta a sociedade civil⁶ como o lugar onde se travam as diversas contradições, entre as quais a luta de classes de diversos grupos e camadas sociais; ou seja, é o local de luta pela conquista da hegemonia.

6 “Para Gramsci, assim como para Marx, a sociedade civil é um lugar onde se dão e se chocam diversas contradições, entre as quais a luta de classes de diversos grupos e camadas sociais. Como Gramsci observou, a sociedade civil é o local das lutas pela hegemonia, bem como o local onde, sob certas condições, é possível obter o consenso. Na realidade, a sociedade civil é atravessada por conflitos e contrastes; a burguesia, os latifundiários (da América Latina e de outros países subdesenvolvidos) e os exploradores de todo tipo (em particular, na perspectiva internacional, o imperialismo) organizam também suas associações ou apoiam e manipulam outras tantas que chegam a aceitar (ou foram especificamente criadas para isso) e desempenhar funções e ações públicas que servem para tornar evidente seu real objetivo” (MONAL, 2003: 192).

À medida que as classes subalternas criam as condições para criticar a concepção de mundo a elas imposta, superam o *sensu comum*, como dizia Gramsci, e, criando uma concepção nova, uma nova filosofia, a *filosofia da práxis*, elevam para uma concepção superior de vida aquilo que Gramsci chama de *bom sensu*, uma concepção crítica do mundo: “A filosofia é a crítica e a superação da religião e do sensu comum e, nesse sentido, coincide com o bom sensu” (GRAMSCI, 1999: 96).

A contribuição de Gramsci se atualiza na medida em que as organizações populares se dispõem a pensar continuamente a sua *práxis*, numa constante análise crítica que possibilite criar novas relações e recriar ações que conduzam à libertação.

É certo que, na longa trajetória dos movimentos sociais, tensões, conflitos, refluxos, desaparecimentos mas, também, convergências, lutas articuladas, etc., definem um patamar de questões em que muitas delas acabam por ser tributárias de um pêndulo que oscila entre “conformismo e resistência”⁷. Alguns desses conflitos fazem parte da análise nesta dissertação.

⁷ O livro de Chauí, *Conformismo e resistência*, aborda a questão.

1.2. O cenário em que emerge o “Grupo de Campinas”

Campinas e entorno não deixaram de responder pela enorme expansão da urbanização excludente do período da ditadura militar, que produziu vastas áreas periféricas e precárias para abrigar contingentes de migrantes que acorriam à cidade e seus arredores, em busca de oportunidades de trabalho no setor formal da indústria e de melhores condições de vida.

Vários autores já demonstraram como funcionou o padrão de crescimento e segregação urbana, submetido às regras da especulação imobiliária, que reservava áreas para as camadas médias e de alta renda, destinando às classes subalternas uma periferia desprovida de serviços básicos, de infra-estrutura urbana e de condições de vida digna. Importa reter brevemente, como afirma Arruda, que:

“Até os anos 70, as terras urbanas multiplicam seu valor e o fenômeno da especulação imobiliária ganha corpo, transformando-as em reservas de valor. (...) Os subúrbios proliferam, concentrando as massas trabalhadoras que lutam por serviços públicos. O processo da divisão do trabalho fixa a supremacia urbana sobre o campo, com a industrialização, e o êxodo rural, impulsionado pelo latifúndio, intensifica a inchação das cidades, dando os primeiros passos rumo à eclosão do surto das favelas, mocambos e precárias habitações em larga escala” (ARRUDA, 1999: 20).

Ao demonstrar que os programas habitacionais, que visavam a ampliar o mercado de consumo, falharam em fornecer habitações para as camadas populares, Arruda nos remete à criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) como instrumento financeiro que passa a responder pela

formulação de uma política habitacional. Assim, a proposta de criação do BNH visou a, nos marcos da ditadura, “apascentar as massas” e devolver a elas uma “forma balsâmica e amenizadora sobre suas feridas cívicas”⁸. O autor ainda nos aponta como se deu o desenvolvimento das regiões metropolitanas no bojo de programas que, partilhando do eixo central das diretrizes do BNH, passaram a abarcar o planejamento urbano e a provisão de moradias:

“Foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que serviram, assim como o próprio BNH, à edificação de habitações voltadas para as classes de alta renda. Os programas habitacionais destinados às populações de baixa renda fracassam, um a um, diante da ilusória concepção que pretendeu inseri-las no mercado de consumo. O êxodo rural, o crescimento acelerado das cidades e a ideologia da poupança e da casa própria, impulsionaram a demanda por habitação, serviços públicos e equipamentos coletivos de consumo, incrementando a construção civil subsidiada. O BNH é, nessas condições, o agente principal do processo de urbanização, coexistindo a natureza autoritária de um período de acentuado predomínio do governo central e esvaziamento progressivo da autonomia dos estados e municípios. O planejamento centralizado corresponde a um desenvolvimento que mantém a concentração da expansão industrial localizada nos grandes pólos tradicionais” (*id.*, *ib.*: 20-21).

O trabalho de Santos⁹ é de fundamental importância porque possibilita compreender a política urbana desenvolvida desde os primórdios

8 Justificativa apresentada pela deputada Sandra Cavalcanti para a criação do BNH (ARRUDA, 1999: 20).

9 Antonio da Costa Santos, mais conhecido como Toninho, foi vice-prefeito, em 1989, e prefeito, em 2001, na cidade de Campinas. Seu engajamento político no

da formação da cidade e as razões que geraram os problemas fundiários de Campinas nas três últimas décadas¹⁰.

A política de intervenção urbanística adotada na década de 1930 caracterizou-se pelo desenvolvimento desigual e contraditório que se alastrou pelos anos 1960. Os planos diretores desenvolvidos entre as décadas de 1970 e 1990 também mantiveram a política em que os interesses estavam concentrados na valoração de *localidades de negócios*, portanto, obedecendo à lógica da especulação imobiliária. As conseqüências dessa política fundiária urbana resultaram na situação caótica da cidade, com sérios problemas de moradia popular, como aponta o autor:

“O cenário urbano resultante do padrão de acumulação capitalista destas três últimas décadas apresenta multidões de migrantes despejados nas favelas, cortiços e na periferia distante, oferta reduzida de emprego no mercado formal, subemprego marginal e desemprego. A fotografia se completa com uma periferia descontroladamente horizontalizada e, no centro da cidade, uma verticalização de controle perdido, intercalados de vazios urbanos, ociosamente estocados, aguardando uma infra-estrutura

Partido dos Trabalhadores e seu trabalho acadêmico estiveram sempre voltados às questões de moradia popular e ao resgate da história de Campinas e suas transformações. Muito contribuiu na elaboração de projetos de arquitetura para urbanização das favelas, bem como de construção dos centros comunitários na periferia de Campinas, espaços importantes na organização popular no início da década de 1980. Sua tese de doutorado, defendida em 1999 na USP, foi publicada após o terrível episódio ocorrido em setembro de 2001, quando foi brutalmente assassinado.

10 Em seu estudo, busca “demonstrar como foi constituindo um processo social de apropriação, produção e consumo do espaço central de uma importante cidade brasileira”, a cidade de Campinas. O autor resgata a história da cidade desde os seus primórdios, tomando como objeto de trabalho o “espaço remanescente de uma ancestral sesmaria e posterior fazenda de café que, colocado numa ampla periodização, permitiu estudar um determinado processo de apropriação de terra e produção do espaço da cidade de Campinas” (SANTOS, 1999: 21-23).

que cada vez mais se completa, reforma-se e se transforma” (SANTOS, 1999: 318).

O trabalho de Santos é importante para entender a política habitacional e ao mesmo tempo localizar o *habitat* dos que vieram a compor o Grupo de Campinas. Dessa forma, é importante contextualizar a cidade no período de 1960 a 1980. Tomam-se como referência dois fenômenos que ajudam a explicar a configuração da cidade: as migrações e o processo de interiorização das indústrias no estado de São Paulo.

No final da década de 1960 e mais intensamente em meados da década de 1970, Campinas torna-se um espaço de grande atração populacional, recebendo migrantes de várias partes do país, trazendo como consequência o inchaço da cidade e um crescimento de forma desorganizada. As favelas se multiplicam, ocupando áreas de risco ou terrenos de grande valor para a especulação imobiliária. Paralelamente, um outro contingente de pessoas vai em direção às áreas mais distantes, conhecidos como *bairros clandestinos*¹¹, constituídos por pessoas que ainda tinham a condição mínima de comprar um lote na esperança de construir sua casa própria.

Além disso, com referência ao fenômeno das migrações, a busca por Campinas, a fim de alcançar melhores condições de vida, é decorrente da expulsão de uma grande parte dessa população que vivia no campo,

11 Os bairros recebiam esse nome porque não eram regularizados e portanto eram ilegais no município, não recebendo dessa forma os benefícios essenciais, como água encanada, rede de esgoto, luz, posto de saúde, asfalto, etc. O preço baixo da terra era a única razão para a pessoa adquirir um lote nessas condições

conseqüência da modernização da agricultura¹². A maioria dessas pessoas era constituída de pequenos proprietários de sítios, que não conseguiram manter-se na terra e estavam à procura de trabalho e melhores condições de vida.

As migrações que ocorreram em Campinas, na segunda metade da década de 1960, chegando ao seu auge no transcorrer dos anos 70, não podem ser dissociadas da política de interiorização da indústria do estado de São Paulo. Portanto, outro fator dessa forte atração populacional pode ser atribuído à ação do Estado que adotou uma política da descentralização industrial¹³, que visava a incentivar a implantação industrial em outras unidades da nação. Em Campinas foram implantadas empresas estatais nos setores de telecomunicações e microeletrônica e institutos de pesquisa. Conforme Semeghini,

“O desenvolvimento industrial intensificado no interior, a partir dos anos 60/70 seria responsável por significativas alterações na dinâmica regional e no processo de urbanização naquele espaço. Entre seus principais efeitos, podem ser citados as mudanças no vulto e na direção das correntes migratórias, com o adensamento populacional de alguns centros e regiões, as alterações nos fluxos e nexos produtivos entre as regiões, as transformações na rede de cidades com a consolidação dos principais pólos regionais e a emergência das cidades médias. E, finalmente, o impacto sobre o mundo urbano, em termos de geração de renda e

12 O êxodo rural é sem dúvida um fenômeno complexo, que não pode se reduzir exclusivamente a fatores econômicos, *stricto sensu*. A cidade pode ser vista pelos camponeses como espaço de “civilidade” e “modernidade”, exercendo por isso, um grande fascínio e poder de atração, além da concentração de serviços do Estado nas áreas de saúde, educação, etc. Este problema deverá ser estudado mais adiante.

13 Sobre esse assunto, ver NEGRI (1996: 170-184).

emprego, indução de mudanças no terciário, maior complexidade da estrutura social e, por outro lado, progressiva generalização dos padrões antes exclusivos da metrópole” (SEMEGHINI, 1988: 192).

Campinas, no início década de 1970, como outras cidades do Brasil, encontrava-se inserida no processo desenvolvimentista, fundamentado nos ideários de progresso e de construção de um país gigante. Nessa perspectiva, o governo municipal criou o Plano Diretor, para a vigência no triênio de 1971-73, cujas ações objetivavam desenvolver políticas visando a modernizar a cidade através da realização de grandes obras, como: vias expressas, expansão urbana e industrial, desenvolvimento de subprogramas na área de desenvolvimento social, como a construção de escolas, hospitais e prontos socorros, creches e unidades maternas, implantação do Distrito Industrial (DIC)¹⁴, construção de habitações transitórias, etc. O plano habitacional fica a cargo da COHAB, que passa a planejar e implantar grandes conjuntos residenciais destinados às classes populares.

Ainda é necessário sinalizar que a COHAB estabelece, a partir de 1965, em Campinas, uma nova política habitacional para atender à população de baixa renda, tentando resolver o déficit habitacional da cidade, decorrente do imenso número de migrantes. Com isso, desenha-se um outro traçado urbano, criando novos bairros, que foram se expandindo

14 No período de 1981 a 1993, na região dos DICs foram formados novos bairros, denominados DIC I, DIC II, DIC III, DIC IV e DIC V, atingindo o total de 7267 unidades habitacionais, dando continuidade à política habitacional da Cohab, parceria do governo federal e municipal, concentrando os operários próximos às fábricas. Esse tipo de ação demonstra a política dos governos federal e estadual no intuito da expansão industrial nas cidades interioranas que apresentassem essa vocação.

em direção à região periférica da cidade, abrigando contingentes de pessoas recém chegadas, constituindo as Vilas Planejadas, como popularmente ficaram conhecidas. Conforme dados da COHAB Campinas¹⁵, a primeira vila foi entregue em 1966. Desse período até 1978, foram criados treze novos bairros e construídas 9.641 unidades habitacionais. Desse total, dez bairros foram formados num período de apenas sete anos. Apesar de serem conhecidas como Vilas Planejadas, outros elementos essenciais à vida não estavam presentes e sequer projetados, como escola, creche, posto de saúde, transporte coletivo, espaço de lazer, dentre outros.

À medida que a política governamental de habitação buscava resolver, de certa forma, a questão da moradia, novos problemas pareciam eminentes. A população de favelados não conseguia se inserir nesse projeto, porque não atingia as condições mínimas exigidas pela COHAB. A resposta do governo local para esse problema foi a implantação da sub-habitação.

O plano de sub-habitação que constava no Plano Diretor tinha como finalidade erradicar as favelas, promovendo a integração social dessas pessoas necessitadas, “inserindo-as no desenvolvimento do país”. Esse projeto emergia de uma parceria entre Secretaria do Bem-Estar e da COHAB Campinas e foi implantado em 1969, e ao qual pretendia-se dar continuidade. A intenção desse plano era transferir os favelados para casas provisórias, mediante o pagamento de um aluguel simbólico. Previa-se que

15 Unidades habitacionais construídas no Município de Campinas, no período de 1966-1978: Vila Rica, Castelo Branco I e II, Boa Vista, Santana I (Sousas), Costa e Silva, Trinta e um de Março, Campos Sales, Pq. Itália, Orozimbo Maia, Júlio de

em seis meses os moradores já teriam se estruturado financeiramente e estariam aptos a deixar a casa provisória e financiar uma casa do BNH. Terminada essa fase, um outro necessitado ocuparia a casa até que fosse completando o ciclo da erradicação das favelas.

Esse discurso que visava à “integração” dos favelados no progresso e desenvolvimento da cidade, entretanto, ocultava as intenções reais, conforme aponta uma autora que se debruçou sobre o tema:

“Virando pelo avesso o discurso de bem-estar social – *a remoção dos favelados das condições desumanas de moradia* – intentava, na realidade, desimpedir o espaço urbano para as obras arroladas no Plano Diretor de Campinas. (...) As casas transitórias ajudariam na valorização imobiliária de certos espaços da cidade, caso desaparecessem as favelas. Exemplo disto é o loteamento de alto padrão em torno da Lagoa do Taquaral, onde ficam os bairros do Parque Taquaral e Nossa Senhora Auxiliadora. Próximo deste local, em direção à rodovia Dom Pedro I, foram construídas as vilas da COHAB – Costa e Silva e Miguel Vicente Cury – supostamente para abrigar favelados removidos da região do Taquaral, com a extinta favela do Grameiro” (LOPES, 1997: 64).

Essa reestruturação na habitação interferiu não só na mudança dos espaços, mas essencialmente na vida das pessoas que tiveram que se reorganizar em função do novo local. Centenas de pessoas deslocadas de diferentes áreas da cidade passaram a habitar essas unidades, deixando os seus locais de origem, rompendo relações de vizinhança para morar em outro ambiente desconhecido.

Cabe ressaltar, nesse esboço histórico e social, que aqueles que não conseguiam se tornar mutuários do BNH recebiam um tratamento que expressava a radicalidade do poder das classes dominantes da cidade. Muitos foram obrigados a migrar ou desocupar as áreas destinadas à implantação das obras do Plano Diretor de Campinas. A discriminação e a violência desencadeadas pelo planejamento voltado à desocupação de favelados evidenciaram-se em atitudes mais drásticas do poder público, como a segregação e confinamento de favelados em asilos. Isto, de resto, traz à memória o século XVIII inglês e o “moinho satânico” com que consolidou o modo de produção capitalista, ou as considerações de Michel Foucault sobre as medidas disciplinares e de confinamento com que se esquadriavam as “classes perigosas”¹⁶.

O programa de erradicação das favelas entrou em falência em meados da década de 1970 porque ficou notório que o discurso da “integração social dos favelados” já não tinha ressonância.

Apesar de a COHAB continuar desenvolvendo a política habitacional durante, basicamente por três décadas, não conseguiu sanar a gravidade do déficit de moradia. As medidas estavam mais voltadas a interesses econômicos do que a atender às reais necessidades da população. A questão da falta de moradia indica uma causa mais profunda, que não se restringe a apenas ao período em que se manifesta essa situação caótica. Ela se refere à

16 Sobre o avanço do capitalismo, metaforizado como “moinho satânico”, ver POLANYI (1980). Sobre Foucault, entre outras obras, ver *Vigiar ou Punir*.

estrutura organizacional urbana que se desenvolveu, desde suas origens, baseada em uma política excludente, como já foi mencionado.

1.3. A organização dos movimentos sociais e o “Grupo de Campinas”

A questão primordial que persegue essa análise consiste em buscar entender como foi se configurando um grupo de pessoas que optou por lutar pela conquista da terra, engajando-se ao MST. Qual seria a peculiaridade desse grupo que o diferiu daqueles que permaneceram na luta na cidade, dando continuidade ao processo iniciado ao final da década de 1970? O que significou (ou motivou) naquele momento rumar em busca das “terras de Promissão”?

A denominação “Grupo de Campinas”, como ficou conhecido no MST, além de identificar o local de origem daquelas pessoas, trazia, certamente, um significado mais profundo, que traduzia uma história que se iniciou nos movimentos sociais em Campinas e que certamente continua no assentamento de Promissão. Essas indagações podem encontrar respaldo à medida que embrenharmos pela história que foi sendo construída por mulheres e homens que assumem Campinas como a “sua” cidade.

No intuito de resgatar um dos momentos da história dos movimentos sociais, recorri a pessoas que participaram organicamente desse processo de

construção do movimento, destacando a contribuição de Ferraro¹⁷ e Terêncio¹⁸, através de entrevistas que me concederam. É importante assinalar que não pretendo fazer um estudo aprofundado desse tema, mas apenas selecionar alguns elementos essenciais que possam ajudar a entender como se estruturaram os movimentos sociais de Campinas.

Inicialmente, é fundamental assinalar o papel que a Igreja Católica, no seu segmento mais orientado pela Teologia da Libertação, desempenhou através das CEBs na organização dos movimentos sociais. Isto porque vários dos integrantes que irão configurar o grupo de Campinas, objeto do presente estudo, iniciaram a militância política nessas comunidades eclesiais.

As CEBs nasceram a partir da inserção de alguns padres e religiosas no meio da população mais pobre da cidade¹⁹, que constituíam as Vilas Planejadas. Ferraro aponta como se deu a inserção da Igreja de Campinas nos meios populares:

17 Benedito Ferraro – atualmente assessor da Pastoral Operária de Campinas (1998-2005) e colaborador das comunidades da Paróquia Sagrada Família (1997-2005). Professor de teologia na PUC-Campinas. Assessor da Ampla Nacional das CEBs no Brasil (1999-2005). Foi coordenador da Comissão de Vilas Planejadas e de alguns bairros de 1979-1984.

18 Terêncio – norte-americano que chegou ao Brasil no início dos anos de 1970. Foi padre e Irmão de Santa Cruz, inserido-se na Arquidiocese de Campinas. Tornou-se o articulador para a criação da Pastoral Operária em Campinas, tendo sido o seu primeiro coordenador. Com uma pequena equipe de padres fez parte da primeira comunidade religiosa masculina que passou a morar na Vila Planejada Orozimbo Maia.

19 As primeiras vilas em que estavam presentes religiosos e religiosas foram: Vila Rica, Castelo Branco e Jardim Garcia, Boa Vista, 31 de Março, Costa e Silva e M. V. Cury, Campos Sales e Orozimbo Maia. Documento “Presença da Igreja”, extraído dos Arquivos da Comissão Arquidiocesana de CEBs de Campinas.

“A Igreja fez uma proposta de colocar uma equipe de padres em cada Vila Planejada, ou uma casa de religiosas para um trabalho de organização do povo. Em 1968 nós começamos a observar uma nova forma de pensar a pastoral, não mais insistindo numa dinâmica sacramental, mas insistindo fundamentalmente numa formação mais crítica do povo em relação à própria catequese, à formação bíblica e à compreensão do funcionamento da sociedade, uma preocupação com a formação política.”

Juntamente com o grupo de famílias recém-chegado às vilas, estavam presentes algumas comunidades de religiosas, conhecidas como “irmãs inseridas” no meio popular. A intenção dessas religiosas era, ao habitar naquele tipo de casa, conviver nas mesmas condições do povo e viver a experiência das chamadas *primeiras comunidades cristãs*. No mesmo período, também uma equipe de padres passou a morar em um dos bairros, desenvolvendo um trabalho em pequenas comunidades, baseado em laços comunitários mais estreitos, com menor número de pessoas, em contraste com as paróquias que abrangiam milhares de membros. Além dos religiosos e religiosas que moravam nos bairros populares, a Arquidiocese mantinha uma equipe de padres que prestava serviços nessas comunidades. Essa nova forma de organização da Igreja, enquanto estrutura institucional, possibilitou grandes avanços na participação popular e na organização da própria Igreja Católica, orientada pela Teologia da Libertação, bem como na organização dos movimentos populares da cidade.

Com o processo de inchamento da cidade, ainda em meados da década de 1970, as CEBs se expandem em direção aos novos bairros, principalmente naqueles que ocupavam loteamentos clandestinos. Assim, as

CEBs surgem nos bairros mais distantes do centro da cidade, ou na “periferia da periferia”, como os moradores costumavam chamar.

Analisando a participação da Igreja nesse processo, Ferraro afirma que:

“A partir de 1975 se estabeleceu uma nova pastoral da periferia, e um dado interessante é que as Vilas Planejadas, que já tinham organização eclesial mais forte, conseguiram abrir-se para o trabalho com esses bairros loteados²⁰ de tal forma que a partir de 1977-78 aquilo que era a Comissão Arquidiocesana de Vilas Planejadas se tornou Comissão Arquidiocesana de Pastoral de Vilas Planejadas e alguns bairros”²¹.

Nesses locais, novos problemas somavam-se aos já existentes em outras partes da cidade, principalmente com relação às necessidades mais prementes, como: saneamento básico, moradia, iluminação, creche, escola. Essas pessoas viviam à margem da cidade, não só geograficamente, mas excluídas de todas as necessidades que garantem a dignidade humana.

Aí reside um dos campos de experimentação ou vivência da Teologia da Libertação, expressão das transformações que vinham ocorrendo no interior da Igreja Católica, dentro de um movimento de reflexão e revisão teológica. As comunidades religiosas se iniciaram a partir dos encontros bíblicos, aglutinando famílias por grupos de quarteirões para rezar e conversar sobre a vida e os problemas no novo ambiente. Lentamente, vão-se esboçando alternativas, através de reivindicações, organização de associações de moradores e outras formas criativas de encontrar,

20 Os novos bairros incluídos na organização das Vilas Planejadas eram Ipaussurama, os bairros da Região Campo Grande – Jd. Florence, Maracanã, Novo Maracanã, S. Judas –, outros da região da Vila Orozimbo Maia, como Santa Eudóxia, Nova York, dentre outros.

coletivamente, soluções para os problemas. Dessa forma, as CEBs contribuíram nesse momento criando um novo espaço para todas as manifestações da vida em que a realidade e a fé estivessem intrinsecamente ligadas. A Teologia da Libertação, fundamento da prática das CEBs enquanto *um novo modo de ser Igreja*, estava se concretizando naquelas comunidades em que as pessoas se encontravam para realizar uma nova leitura da Bíblia. Os textos de teólogos como Carlos Mesters e Leonardo Boff muito contribuíram na sistematização dessa nova forma de vivência religiosa e política.

Mesters apresenta em estilo poético o significado da nova leitura da Bíblia:

“O povo olha a Bíblia, deitado no chão da vida, na esteira das injustiças, vestindo uma roupa cheia de sangue (...) A Bíblia é como um espelho que capta a luz do sol e a joga nos cantos mais escuros da casa da gente. Ela recebe da vida do povo e joga-a de volta clareando, por sua vez, a vida deste mesmo povo. Há uma influência mútua da vida sobre a Bíblia e da Bíblia sobre a vida. Uma sem a outra só entende pela metade” (MESTERS, 1983: 48, 86).

A vida do povo que sofre injustiças, vista sob a ótica da Teologia da Libertação, está profundamente vinculada com o jeito de interpretar a Bíblia a partir da realidade objetiva. Nessa perspectiva, podemos indicar que há uma profunda aproximação entre Teologia da Libertação e marxismo, conforme aponta Löwy:

21 Entrevista com Pe. Benedito Ferraro, em dezembro de 2004.

“O interesse – que muitos autores chamam de ‘*fascinação*’ – que muitos teólogos da libertação têm pelo marxismo é maior e bem mais profundo do que o simples empréstimo de uns poucos conceitos para objetivos científicos poderia sugerir. Ele envolve também valores do marxismo, suas escolhas éticas/políticas e sua visão de futuro utópico. Como geralmente acontece, é Gustavo Gutiérrez²² que tem as idéias mais perspicazes, dando ênfase ao fato de que o marxismo fornece não só uma análise científica, mas também uma inspiração utópica de mudança social” (LÖWY, 2000: 121).

Compreender os mecanismos geradores de injustiças sociais foi, de certa forma, possível graças à descoberta da concepção marxista de análise da sociedade capitalista, conforme afirmação do autor mencionado anteriormente:

“(...) para muitos fiéis preocupados com o social, o marxismo foi escolhido porque parecia ser a explicação mais sistemática, coerente e global das causas para essa pobreza, e a única proposta suficientemente radical para aboli-la” (LÖWY, 2000: 123).

A ferramenta marxista utilizada pelos cristãos progressistas possibilitou alçar vôos na concepção de uma “nova sociedade”, fundada nos valores socialistas. Só seria possível concretizar tal sociedade através do engajamento dos cristãos nas esferas políticas e sociais.

As CEBs contribuíram, portanto, para a organização popular em Campinas, com destaque para dois períodos significativos, conforme observa Ferraro²³. O primeiro momento especialmente entre os anos 1975-

22 Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano, pioneiro na Teologia da Libertação, escreveu, dentre outras obras, *Théologie de la libération: perspectives*, Bruxelas: Lumen Vitae, 1974.

23 Entrevista realizada em dezembro de 2004.

80, período inicial em que podemos reconhecer as CEBs enquanto espaço que possibilitou a formação de lideranças que começam a se inserir nos diferentes instrumentos de lutas forjados pela sociedade. O segundo momento bastante expressivo refere-se aos anos 1984 e 1985, quando começa a organização das mulheres, formando o Grupo de Mulheres da Periferia²⁴. As mulheres, organizadas nos bairros periféricos, começam a reivindicar espaços mais significativos no âmbito eclesial, político, sindical, e também a criar novos espaços específicos que garantam os seus direitos. O grupo de mulheres se tornou um referencial muito significativo para as mulheres que vivem atualmente no Assentamento de Promissão.

A Assembléia do Povo

A construção do Movimento Popular de Campinas pode ser entendida enquanto um processo que emergiu com as lutas reivindicatórias dos moradores das Vila Planejadas, se estendendo posteriormente para os bairros loteados, conhecidos como loteamentos clandestinos, e a organização dos moradores em favelas. Datando do final dos anos 1970, mantém-se até praticamente 1984.

A relevância social alcançada por esse movimento pode ser confirmada por inúmeros autores ou publicações que fazem referência ao

24 O Grupo de Mulheres da Periferia tem uma abrangência que vai além do espaço geográfico. Nele estão incluídas todas que, de alguma forma, estão excluídas da sociedade e lutam para conquistar o seu espaço.

assunto, ainda que sob prismas diferentes e divergentes. Doraci Lopes (1997)²⁵ realizou vasta pesquisa sobre o movimento popular em Campinas e apresenta uma visão panorâmica de sua constituição e organização.

No período que antecede à organização da Assembléia do Povo, em Campinas, as Sociedades Amigos de Bairros (SABs) eram a única forma existente de organização popular que, exercendo uma política de cunho populista, conseguia barganhar alguns benefícios para a população em troca de votos para os políticos que faziam dos bairros e favelas verdadeiros currais eleitorais. Essa forma de organização predominou até o auge da ditadura militar, quando começa a se desarticular, com a implantação das chamadas Administrações Regionais (ARs), na gestão do prefeito de Campinas Lauro Péricles (1973-76). A intenção inicial das ARs era desmobilizar toda forma de reivindicação da população, tratando os problemas dos bairros de forma técnica, exercendo controle local. Entretanto, esse plano não será concretizado devido às transformações mais gerais na sociedade brasileira.

25 Apresentamos algumas dentre muitas publicações sobre a Assembléia do Povo, conforme indica Doraci Lopes (1997): Grupo de Educação Popular (GEP) do Instituto de Planejamento Rural e Urbano da PUC-SP (URPLAN), que publicou, na Coleção Cadernos do Trabalhador, o título: “A força que nasce de nós: as lutas nos bairros vista por quem nela participa” (1982); e “Conselhos Populares”, na revista *Que história é essa?*, com o artigo intitulado: “Assembléia do Povo de Campinas” (1984). E, também, o artigo de Pedro Jacobi (USP), na revista *Espaço e Debate*: “Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia” (1982).

No final da década de 1970, as organizações opositoras ao regime militar estão se fortalecendo nacionalmente. Nesse contexto, em Campinas as SABs começam a mudar a sua prática, atuando de forma específica nas áreas de educação, saúde, habitação e transporte. Percebe-se um novo ânimo e maior articulação na luta entre os diferentes grupos da cidade.

“Os moradores da periferia, ao discutirem as condições de vida dos trabalhadores, associavam as questões nacionais às locais, criando um espaço político independente. Foi assim que surgiu em 1973, em plena Ditadura e apesar da prática das ARs, o Movimento Custo de Vida. Inicialmente circunscrito a São Paulo, a partir dos Clubes de Mães da Paróquia da Vila São Remo (CEBs), logo se estendeu para outros Estados e para o interior, chegando a Campinas” (LOPES, 1997: 75).

Os movimentos contra a carestia e o movimento pelo custo de vida contaram com a participação efetiva das Vilas Planejadas na luta de reivindicação do “pão e leite”, como era chamada. Nesse período foi construído coletivamente um corpo de militantes bastante articulado, aglutinando forças de todas as regiões periféricas da cidade, constituindo a partir de 1978 um grande movimento da periferia que, entre os seus integrantes, se convencionou chamar de “Assembléia do Povo”.

A Assembléia do Povo, no seu processo inicial, conseguia reunir os moradores das periferias da cidade com certa freqüência, ou conforme a necessidade de mobilização política em função de demandas específicas. O local de encontro e articulação dos representantes do movimento era na maioria das vezes o Centro Pastoral Pio XII, da Arquidiocese de Campinas,

um dos únicos espaços disponíveis naquela época de transição da ditadura para a democracia (CISMOP, 1998).

A partir de 1979, o movimento já abrangia diferentes segmentos de moradores e foi se fortalecendo ainda mais com a integração dos bairros loteados e das favelas que se organizaram através de Assembléias Populares. Essas assembléias eram realizadas mensalmente em frente ao Paço da Prefeitura Municipal. São mobilizações reivindicatórias por creches, escolas, postos de saúde, transporte coletivo, rede de energia, rede de água, e outros, atingindo uma pauta que contava com cerca de 70 itens.

As grandes manifestações constituíam eventos que mobilizavam diversos movimentos populares. Em alguns momentos, esses eventos eram marcados por símbolos reivindicatórios, como a passeata dos moradores com velas acesas, reivindicando energia elétrica, ou a lavagem de roupa no chafariz de uma praça no centro da cidade, realizada por moradores dos bairros e favelas que não tinham água encanada. Estes gestos demonstram as formas criativas encontradas pelos manifestantes para chamar a atenção do poder público municipal.

A resposta do poder público às demandas das favelas foi insignificante no período 1976-1978, e as reivindicações específicas apresentadas pelas favelas foram ignoradas, conforme constata Lopes:

“A partir de 1979, foi ficando claro para alguns membros da assessoria da Assembléia do Povo que as favelas necessitavam de um tratamento diferenciado no interior da organização, pois os bairros não enfrentavam as expulsões e remoções arbitrárias, como as que foram realizadas em

nome do Programa de Financiamento para Lotes Urbanizados – Profilurb²⁶ (LOPES, 1977: 77).

Os moradores em favelas incorporaram a idéia da assessoria e redimensionaram a organização, delineando uma linha de ação de forma bastante específica. Buscavam direcionar a luta para atender à necessidade mais premente, qual seja, a de moradia, ganhando expressão própria e formando a Associação dos Favelados.

Os favelados passam a organizar a luta pela fixação na favela e travam uma forte oposição ao Profilurb, embora a Prefeitura acreditasse no êxito do projeto. A proposta na primeira Assembléia Popular, realizada em 08 de março de 1979, consistia na compra de terrenos pelos favelados, e o pagamento deveria ser conforme as condições salariais daqueles que adquiriram as áreas.

A resistência dos favelados perdurou até o desfecho da quinta Assembléia Popular, realizada em novembro de 1979, com a participação de cerca de três mil moradores da periferia. Nessa assembléia, o ponto central da reivindicação consistia em garantir a permanência dos favelados no local onde moravam, não removendo os barracos, e que a verba do Profilurb fosse destinada em favor dos próprios favelados.

A intenção política não explícita do Profilurb era retirar as pessoas desses locais ocupados com favelas, muitas vezes próximos de bairros residenciais bastante valorizados, oferecendo um “novo lugar” para a

²⁶ O Profilurb foi um projeto habitacional do governo municipal e da COHAB. Foram 500 unidades mal construídas, um embrião de um quarto e um banheiro, localizada no Jd. Aeroporto, uma das regiões mais distantes do centro da cidade.

instalação das famílias, geralmente distante do centro da cidade, dos locais de trabalho, e sem infra-estrutura urbana. O Profilurb era apresentado para a sociedade como um programa adequado para atender às necessidades dos “sem casa”, mas escondia na realidade interesses dos especuladores na valorização imobiliária, que buscavam transformar os locais de favelas em condomínios de alto padrão.

O avanço do movimento pode ser evidenciado pelo reconhecimento do fracasso do Profilurb, conforme admite o próprio prefeito Chico Amaral, em setembro de 1980. Decorrente desse episódio, houve descontentamentos dos setores dominantes da cidade com a política adotada pelo prefeito, gerando uma crise interna no poder executivo. O prefeito viaja para o exterior e deixa no posto o seu vice, José Roberto Magalhães Teixeira (PMDB), que adota uma política de cooptação dos presidentes das SABs, buscando atender às necessidades das favelas de forma isolada, provocando uma cisão na organização dos favelados e a desarticulação das Assembléias Populares. A atitude do prefeito interino refletia outros interesses políticos, conforme a afirmativa que se segue:

“Havia ainda uma intenção partidária de José Roberto Magalhães Teixeira. O PMDB deixava de ser o partido hegemônico na cidade, também devido à Assembléia do Povo, e precisava recuperar o seu prestígio. O movimento dos favelados passou a ser combativo porque dele participavam militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores – PT, que passou a ser a outra opção na política partidária da cidade” (LOPES, 1997: 89).

Decorrente dessa situação, nos bairros começam os conflitos entre as SABs. De um lado, estavam aquelas que adotaram a política de Magalhães Teixeira e, de outro, os militantes das SABs autodenominados de “independentes” que, na sua maioria, faziam parte das CEBs. Nesse ínterim, as lideranças e agentes das CEBs começaram a rearticulação do movimento, reunindo as pessoas nos núcleos de favelas para buscar resolver a questão das remoções²⁷. Lopes registra que o conteúdo do Boletim nº 07 da Assembléia do Povo, publicado em abril de 1980, reflete o momento da retomada da rearticulação do movimento:

“Nesta publicação, foram retomadas as reivindicações da Quinta Assembléia, ainda em atendimento. Outro assunto retomado foi o do loteamento dos terrenos das favelas. Mas a informação que causou maior impacto foi a existência de uma lei federal²⁸ que poderia mudar o rumo dos acontecimentos” (LOPES, 1997: 91).

O confronto dos moradores de favelas com o poder público começa a ficar mais acirrado, quando a luta se trava acerca da questão do uso da terra. O movimento exigiu da Câmara Municipal de Campinas a promulgação da Lei nº 5.126, que reclassificava as terras onde estavam as favelas como Bens de Uso Comum do Povo:

“O movimento popular obteve informação da existência da Lei Federal nº 4.132, de 10/02/1962, item 4 do artigo 2º, que institui a Concessão do

27 Nota-se que o processo de remoção das famílias continua mesmo depois da “extinção” do Profilurb. Moradores de favelas continuaram protestando contra as ameaças de remoção por parte da Secretaria de Promoção Social da Prefeitura de Campinas.

28 Lei Federal nº 4.132, de 10/02/1962, item 4 do artigo 2º, que institui a Concessão do Direito Real do Uso de terras públicas.

Direito Real do Uso de terras públicas, por interesse social. Em 1981, a Câmara Municipal de Campinas promulgou a Lei nº 5.126, que reclassificava as terras, onde estavam as favelas, como Bens de Uso Comum do Povo. Em 1982, a reivindicação da urbanização das favelas passa a ser prioritária para o movimento da Assembléia do Povo. O movimento sofre um isolamento político, durante a administração 1983-88. Mesmo assim, com 56 favelas em 1984, o projeto de urbanização continuou sendo implantado, com pouco respaldo oficial e com enormes dificuldades, porque o processo migratório era contínuo, mesmo com a política de controle (pelos moradores das favelas incentivados pela administração) do fluxo de migrantes da cidade. Em 1988, eram 84 favelas, com a intensificação de novas ocupações de terras. Quarenta e três delas se deram no período de dois anos, 1988 a 1990, fenômeno decorrente do agravamento da situação de miséria e exclusão social do país” (TIENE, 2004: 88).

Izalene TIENE (2004)²⁹, em sua obra, refere-se às décadas de 1980-90 como um período em que há uma forte resistência dos pobres à assistência social. O termo “pobre” aqui atribuído, identifica os chamados “favelados”, aqueles que se posicionaram contrariamente à política assistencialista do poder público e buscaram formas próprias de organização:

“Se no caso da erradicação da mendicância³⁰ houve pleno êxito da classe hegemônica no ‘mau trato’ com o pobre, na questão das favelas houve

29 Izalene Tiene, mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, participou da organização das CEBs de Campinas e da Assembléia do Povo. Filiada ao PT desde a sua fundação, fez parte da executiva do partido em dois mandatos consecutivos (1989-91 e 1991-92). Assumiu o cargo de prefeita em 11/09/2001, como sucessora do prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, assassinado no dia anterior.

30 “A Campanha de Erradicação da Mendicância em Campinas, primeira ação da FEAC, em 1966, contou com o apoio do Poder Judiciário, da Polícia Civil e Militar e de alguns setores da sociedade civil. As ações diretas e a criação de um clima de vigilância propiciaram a eliminação temporária dos

uma reação dos ocupantes, com a organização da luta pela terra, significando não só uma denúncia, mas também uma resistência e defesa de direitos, como novos/as cidadãos/ãs. Nas décadas de 1970-80, assim como houve crescimento dos movimentos sociais no Brasil, em Campinas desencadeou-se um processo de confronto com o poder público estabelecido e com os demais segmentos dominantes da cidade” (TIENE, 2004: 88).

Ferraro³¹ comenta a conquista do movimento dos favelados com a promulgação da Lei pela Câmara Municipal, conforme citado anteriormente, fazendo referência aos movimentos de moradia da década de 1990:

“Possivelmente, se houvesse um estudo mais aprofundado, com sociólogos mais integrados ao movimento, certamente não iríamos reivindicar apenas o lugar, chamado ‘não-lugar’, mas poderíamos ocupar espaços, como o movimento dos sem teto ocupou o Pq. Oziel³², que é um filé *mignon* na perspectiva de terreno, não é mais o ‘não-lugar’, é um lugar que pode ser aprazível à população.”

migrantes/itinerantes (chamados de mendigos) na rua. Esse modelo de intervenção foi assumido, posteriormente, por várias vezes, pelo poder público, pressionado pelos comerciantes da área central da cidade e empresários subsidiadores da FEAC e associados da Associação dos Comerciantes e Industriais de Campinas – ACIC” (TIENE, 2004: 85-86).

31 Entrevista realizada com Ferraro em dezembro de 2004.

32 “A ocupação da Fazenda Taubaté, conhecida hoje como complexo Oziel/Monte Cristo, teve início em fevereiro de 1997, quando o MST e Movimentos Populares da cidade deram início ao processo de ocupação. Na época, 130 famílias ocuparam a área, hoje há mais de 3 mil famílias vivendo irregularmente no local. Localizado às margens da Rodovia Santos Dumont, na cidade de Campinas, com uma área de mais de 1 milhão de metros quadrados, a área contava com 116 proprietários, sendo que 9 deles detém 75% da gleba.

A política habitacional do Governo Democrático e Popular, do Partido dos Trabalhadores, gestão de 2001-2004, assumiu o compromisso de desapropriar a área e implantar o projeto de habitação popular para as famílias pobres”. Dados obtidos no site www.campinas.sp.gov.br – Secretaria de Habitação – em dezembro de 2004.

Essa conquista revela o avanço nas organizações populares, que foram se estruturando e ganhando legitimidade. A conquista do Parque Oziel expressa as articulações dos movimentos sociais populares porque conseguiu articular nesse episódio a organização do MST e os movimentos populares da cidade. O sucesso da articulação viabilizou a ocupação de uma área valorizada do ponto de vista imobiliário e próxima dos recursos de infra-estrutura urbana e de trabalho.

Cabe destacar que, no decorrer da organização da Assembléia do Povo, ficaram evidentes as divergências internas entre o grupo de assessores, denominados técnicos do movimento, e o Grupo das CEBs³³. A questão central consistia na forma de conduzir o movimento, conforme a concepção de movimentos sociais de cada um desses segmentos. Os assessores entendiam que o trabalho deveria se concentrar na organização específica das favelas. Por outro lado, o Grupo das CEBs compreendia que a luta deveria ser unificada, incluindo bairros e favelas, e ainda defendiam a criação da ANAMPOS (Associação Nacional dos Movimentos Populares).

A divergência entre as concepções dos dois grupos refletiu-se também nas lideranças dos favelados, causando uma cisão entre elas; algumas favelas ficaram ligadas às CEBs e deixaram o movimento³⁴. Ainda

33 Os assessores formavam um grupo voluntário, também conhecidos como técnicos ou intelectuais (sociólogos, assistentes sociais, arquitetos, advogados, estudantes universitários). O grupo das CEBs era formado pelos agentes, composto por padres e leigos que faziam parte da Comissão Arquidiocesana de Pastoral de Vilas Planejadas e de alguns bairros.

34 “As favelas das V. Ipê, V. Georgina, V. Formosa, São Marcos, Santa Mônica, J. Campineiro, Recanto do Sol, Santa Eudóxica e J. Londres estavam mais

em 1980, ocorre a fundação de associações de moradores de favelas, com caráter diferente do modelo político adotado pelas associações anteriores, que eram atreladas ao poder público municipal.

Independentemente das divergências internas na organização, a Assembléia do Povo, em Campinas, pode ser considerada “a mola propulsora” capaz de convergir as forças das classes subalternas, impulsionando principalmente as organizações no campo do movimento de moradia, sindical e político. O avanço e a expansão desse movimento foi fundamental para o surgimento de organizações mais expressivas da sociedade civil, como as oposições sindicais e o Partido dos Trabalhadores.

A Pastoral Operária e a Oposição Sindical

A Pastoral Operária³⁵, em Campinas, se constituiu numa das formas de organização dos trabalhadores da década de 1970, tendo sua origem nas CEBs. A Pastoral Operária e as CEBs são espaços específicos de atuação dos cristãos na Igreja Católica, porém há uma relação intrínseca entre elas, tornando-se quase impossível descolar uma da outra. A Pastoral Operária, em seu início em Campinas, era constituída por trabalhadores, geralmente operários que estavam inseridos nas CEBs, como veremos adiante.

Torna-se importante reconstituir alguns elementos da história da

ligadas aos agentes de CEBs e se afastaram do movimento na medida em que as divergências se acirraram” (LOPES, 1997: 98).

Pastoral Operária, considerando sua relevância enquanto uma das ferramentas que possibilitaram a organização dos trabalhadores em meados na década de 1970. Apontaremos a contribuição da Pastoral Operária na luta pela conquista da direção de sindicatos de categorias expressivas, através da formação das oposições sindicais, bem como a efetiva participação de uma parcela de seus membros na fundação do Partido dos Trabalhadores em Campinas.

A proposta de organização da Pastoral Operária em Campinas partiu do próprio Coordenador da Pastoral Arquidiocesana, feita a um dos padres que residia numa das Vilas Planejadas. O objetivo era desenvolver uma pastoral específica com os trabalhadores, o que pareceu ser fascinante para clérigos da Igreja Católica já envolvidos com os movimentos populares naquele momento. A avaliação desses clérigos era de que a conjuntura era favorável, visto que já estava ocorrendo a experiência das CEBs e que a estrutura organizacional de uma pastoral permitia maior integração entre os militantes dos movimentos e os membros da Igreja, possibilitando o trabalho em conjunto.

Desde o início de sua formação, a Pastoral Operária de Campinas mantinha-se articulada com a sua congênere em São Paulo, que já se encontrava mais bem estruturada. Essa articulação buscava não somente a troca de informações sobre o método desenvolvido nas reuniões, mas, especialmente, estreitar as relações com a dinâmica da organização sindical,

35 Sobre o que é Pastoral Operária, consultar bibliografia citada ao final do trabalho.

que, naquele momento, estava em grande efervescência através das lutas operárias na organização da oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Algumas das lideranças sindicais do município de São Paulo também faziam parte da linha de frente da Pastoral Operária, participando da equipe da coordenação estadual. Campinas tinha também um membro nessa coordenação, possibilitando, através de reuniões sistemáticas, compartilhar experiências de pastoral e desenvolver uma linha de ação, especialmente no campo sindical.

A forma de organização da Pastoral Operária partia dos grupos de base, que se reuniam nos bairros para pensar sobre a vida de trabalho, estudo bíblico e, também, a Doutrina Social da Igreja. Era utilizado o método ver-julgar-agir, já adotado pela Ação Católica Operária (ACO), conforme o relato de Terêncio:

“E a gente se reunia talvez duas vezes por mês em cada bairro. Eu marcava, ia lá, sentava com os operários que as irmãs convidavam. Geralmente tinha um ou dois operários em cada bairro, começou com pouca gente. Lembre-se que estávamos dentro de uma ditadura militar, greve era um palavrão, totalmente *tabu*, então o pessoal tinha muito medo de estar mexendo com sindicalismo”³⁶.

A organização da Pastoral Operária foi se expandindo, acompanhando o ritmo das CEBs. À medida que novas comunidades iam se formando, possibilitava o acesso dessa pastoral a outros bairros operários e novos grupos começavam a ser organizados. O avanço da Pastoral Operária na formação de lideranças se deu efetivamente quando começaram os

cursos, nos bairros, sobre leis trabalhistas, sindicalismo e realidade dos trabalhadores, ministrado pelo padre³⁷ coordenador da PO. O curso se estendeu para cidades vizinhas, como Valinhos, Mogi-Mirim, Pedreira e também Nova Veneza, bairro que pertence a Sumaré. Essa dinâmica de formação tornou-se uma das chaves de compreensão da realidade trabalhista para aqueles operários, que sequer ouviram falar em direitos. O despertar para uma nova visão de mundo foi gerando nos operários e operárias o desejo de organizar e atuar de forma mais ampla e efetiva no sindicato, através da organização das oposições sindicais.

Uma das primeiras formas de atuação dos trabalhadores nas fábricas, extrapolando o espaço do grupo da Pastoral Operária, que se restringia ao bairro, foi a participação na Oposição Sindical, ainda de maneira tímida e indireta. Entretanto, nos anos subseqüentes, essa participação resultou em um saldo positivo para o movimento operário. Uma das ferramentas de articulação de luta foi a distribuição dos chamados *santinhos* para os operários nas fábricas, conforme aponta Terêncio:

“Eu não sei se eu inventei, ou se alguém inventou aquele cartãozinho. Eram *santinhos* meio subversivos com alguma coisa, um pequeno fato da legislação trabalhista, da Bíblia, da Doutrina Social da Igreja, dos dois

36 Entrevista com Terêncio realizada em dezembro de 2004.

37 Um curso ministrado por um padre expressa um pouco da realidade de um período de ditadura militar, em que as manifestações dos trabalhadores eram reprimidas. As assembléias que reuniam maior número de pessoas, ainda em 1978, eram realizadas no espaço da Igreja, no Centro de Pastoral Pio XII. O primeiro de maio desse mesmo ano foi comemorado sem alarde nos fundos de um colégio religioso, com a presença de no máximo 11 operários. O uso da Igreja Católica foi estratégica naquele período, talvez um dos únicos espaços possíveis de organização dos trabalhadores.

lados em 1/8 de folha sulfite. A gente fazia muito disso, milhares, e metia nas mãos dos operários e eles iam e enfiavam nos armários do vestiário”³⁸.

Na mesma época, passou a circular entre os trabalhadores um jornalzinho intitulado *O Gancho*. Esse jornal era produzido pela Pastoral Operária. Melhor elaborado, funcionava no mesmo sistema de distribuição gratuita e em certa medida clandestina nos locais de trabalho. Alguns exemplares eram vendidos para os membros das CEBs e outros interessados, tornando-se uma forma alternativa de informação e formação num período ditatorial em que era difícil, ou quase impossível, o acesso às informações sobre certos acontecimentos da vida política brasileira.

Essas ações aparentemente simples possibilitaram mobilizar um maior número de trabalhadores nas reuniões da Pastoral Operária, chegando a atingir em média 40 pessoas. As reuniões aconteciam geralmente no Centro Pastoral Pio XII. Nesses encontros, participavam as diferentes categorias de trabalhadores, porém predominava a dos metalúrgicos. Um dos fatores que contribuíram para a expressiva participação dessa categoria pode ser o grande número de indústrias metalúrgicas na região de Campinas, e as repercussões do movimento operário de São Paulo, especialmente as greves no ABCD.

Em 1978, formou-se a primeira chapa de Oposição Sindical metalúrgica a partir de militantes da Pastoral Operária e também de alguns ligados ao Partido Comunista do Brasil – PC do B. Nessa eleição, ainda não

38 Entrevista com Terêncio

conseguiram tirar o “pelego” que se mantinha no poder do sindicato há mais de 30 anos. A organização da oposição foi-se fortalecendo nos anos seguintes e, em 1984, concorre novamente às eleições e se torna vitoriosa.

Na década de 1980, outras categorias começam a organização da Oposição Sindical, como os sindicatos da Construção Civil, dos Condutores, da Confeção, dentre outros. As empregadas domésticas transformaram a Associação das Empregadas Domésticas em Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região, articulando-se em nível estadual e nacional, mobilizando-se em torno da conquista dos direitos trabalhistas e seu reconhecimento como categoria profissional. Em todas essas lutas, a Pastoral Operária esteve presente, atuando de forma efetiva na organização e criando espaços de articulação entre os movimentos para que avançassem nas conquistas.

Concomitantemente à organização sindical, estava sendo organizado o Partido dos Trabalhadores. Sua fundação, em 1980, representou o avanço das lutas políticas que foram gestadas ainda no período da ditadura militar.

No início da década de 1980, observamos no Brasil uma crise com reflexos diretos no aumento do índice de desemprego, que atinge de forma avassaladora uma grande parte da classe trabalhadora. Em Campinas, como em várias regiões do Brasil, há uma onda de saques e quebra-quebras, demonstrando a gravidade da situação e, de certa forma, a perspectiva dos trabalhadores frente à crise.

Tal conjuntura econômica desfavorável aos trabalhadores motiva as CEBs a refletirem junto com grupos organizados e sindicatos sobre

possíveis alternativas para a situação que se agravava. Uma das iniciativas foi organizar grupos de desempregados para refletir e buscar saídas, resultando daí alternativas no curto prazo, como o plantio de hortas comunitárias em alguns bairros. Residiu aqui, a gênese do “Grupo de Campinas”, ou o início da organização dos grupos de sem-terra na região de Campinas. Posteriormente, como será abordado no próximo capítulo, surgiram, em Sumaré, os Grupos I e II, em seguida, o Grupo III, que foi ocupar terras em Porto Feliz. Mais tarde, na metade da década de 1980, o Grupo de Promissão (Grupo IV). Num período de aproximadamente cinco anos, eclodem esses grupos que se tornam referência no estado de São Paulo e no Brasil pela sua organização dentro do MST. As lideranças desses grupos eram em sua maioria militantes do chamado *Movimento Popular de Campinas*, bem como membros ativos das CEBs. Assim, muitas pessoas que ingressaram no Grupo de Campinas haviam passado pela experiência organizacional dos movimentos religiosos e da organização sindical, experiência que tentarão de alguma forma transportar para a experiência do assentamento.

Nessa breve formulação das ações de pessoas que se organizam e passam a intervir nos diferentes espaços, criando novas relações de sociabilidade, poderíamos reconhecer sujeitos de ação, politicamente mobilizados. Gesta-se aí um esforço de protagonismo político, no qual as pessoas buscam assumir o controle de suas vidas e gerar um projeto de futuro coletivo.

Isto nos leva ao encontro das considerações de Sader, quando afirma que, num período de transição para uma nova forma de sistema político, no final da década de 1970, em que se acirraram as lutas de vários setores de oposição ao regime militar, “grupos populares mais diversos (...) irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, ‘o direito a ter direitos’, na forte expressão de Hannah Arendt, já mencionada e retomada por Sader” (SADER, 1998: 26).

Já identificamos em Campinas, a partir do resgate da história da organização social popular nas década de 1970-80, algumas forças que possibilitaram a construção do que poderíamos denominar *sujeitos coletivos*. Destacamos as CEBs enquanto espaços de socialização política, possibilitando a organização popular que se expressou através da *Assembléia do Povo*. As reivindicações de todos os bairros organizados da cidade constituíam a fala e a voz dos sem-voz. Concomitantemente, nascia a Pastoral Operária enquanto ferramenta específica para tratar das questões dos trabalhadores, num momento de ausência de liberdade política, sinalizando possíveis avanços nas conquistas dos direitos dos trabalhadores através da organização das Oposições Sindicais. Apropriando-se de espaços desse tipo, os trabalhadores vão aos poucos construindo uma nova base organizacional, descolada da instituição sindical oficial. Finalmente, a abertura política e a reforma partidária possibilitaram a criação do Partido dos Trabalhadores, que assume o papel de principal porta-voz dos interesses dos trabalhadores, consolidando os avanços na conquista da democracia do Brasil e sepultando de vez o período ditatorial.

A análise de Paoli³⁹ aborda os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, principalmente aqueles que adquiriram maior visibilidade nas cidades. Na gênese dos movimentos sociais urbanos em Campinas, pode-se identificar diversos aspectos apontados pela autora para o contexto brasileiro mais geral. A autora apresenta dois *atores* principais, entre os vários movimentos analisados: a) os operários das fábricas, que em alguns anos anteriores fizeram greves independentemente de seus sindicatos; e b) os grupos de moradores de bairros pobres, que se organizaram para a conquista de condições melhores de vida cotidiana, a melhoria em seus bairros e a autonomia, compreendendo reivindicações de ampliação da participação popular.

Nesse processo, é possível identificar os novos personagens que reivindicam, criam e ocupam os espaços na sociedade, através da organização nos bairros, na fábrica, nas associações, etc. Da irrupção do silêncio cravado na garganta dos trabalhadores, subjugados pela lógica do capital e pela dominação do Estado centralizador e ditatorial, vão se delineando novos personagens que fazem a história.

Nesse dinamismo eclodem as organizações que se manifestavam exigindo os seus direitos, de forma autônoma, desvinculada das estruturas partidárias e do Estado. Pretendia-se uma cultura política não mais calcada em trocas de favores, como na velha ordem. Agora são exigências fundadas nos direitos sociais, conforme aponta mais uma vez Sader:

39 PAOLI (1995) analisa a trajetória de movimentos sociais no Brasil no período de 1972-1988.

“e de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade” (SADER, 1998: 36).

Ao perguntar quem são os *sujeitos* que compõem esse novo universo de relações sociais, podemos delinear os rostos daqueles que estavam atuando nas CEBs, nas associações de moradores nos bairros, nos grupos de mulheres, na Pastoral Operária, na Assembléia do Povo, nas Oposições Sindicais e na construção do Partido dos Trabalhadores ao final da década de 1970 em Campinas.

As CEBs podem, entre outros, ser tomadas como um dos pontos de referência para se buscar a especificidade e os significados que nos possibilitam chegar a alguns indicativos para a compreensão da gênese dos movimentos sociais urbanos de Campinas. Nos espaços das CEBs, as questões do trabalho, dos direitos sociais, da participação da mulher, etc., permitiram criar uma rede de relações entre diferentes grupos que apresentam objetivos comuns, quais sejam, transformar aquela realidade, criando condições de sociabilidade, projetando uma sociedade para todos. O “Reino de Deus”, segundo a visão dos cristãos, é algo dinâmico e construído na luta cotidiana, em que as relações são transformadas e humanizadas. As CEBs se apresentaram naquele momento enquanto lugar de partilha das experiências de vida, da reflexão, dos sonhos, e isto impulsiona para a ação.

A partir da experiência e da percepção das necessidades, as pessoas foram criando um jeito novo de se engajar e atuar na sociedade. Em

Campinas, as Oposições Sindicais de diversas categorias, como as dos metalúrgicos, da construção civil, dos condutores, das confecções, eclodem, e um novo espaço estava sendo criado, conforme SADER (1998), e “*novos atores entram em cena*”. Quando, a título de ilustração, os trabalhadores identificam que estão sendo subjugados na fábrica há 20, 30 anos pelo dirigente sindical “pelego”, e com seus companheiros(as) organizam a Oposição Sindical, poderíamos dizer que o discurso da categoria está sendo elaborado, ou seja, aquela situação anteriormente imperceptível se tornou uma demanda coletiva. Segundo Sader, “*através dos discursos que tais demandas são nomeadas e objetivadas de forma específica*” (SADER, 1988: 58). O discurso vai além da materialização das carências, e aí poderíamos identificar o *sujeito coletivo*.

Ainda que o conceito de discurso apresente significado controverso, a intenção presente consiste na compreensão do sujeito político:

“(…) na emergência de novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece o início de um outro período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais” (SADER, 1988: 60).

Esse processo de construção dos movimentos sociais urbanos, que apresentam uma identidade popular, constituída pelos rostos dos operários, das donas de casa, das empregadas domésticas, dos desempregados, constituiu-se no denominado “*Movimento Popular de Campinas*”.

Na origem da organização do “Grupo de Campinas” percebe-se a tomada de consciência da condição de dominados em que se encontram, concebendo uma nova visão de mundo, uma nova *práxis*, que se processa através de diferentes canais. De forma embrionária, ainda nas CEBs, cria-se uma possibilidade para avançar na organização dos diferentes movimentos sociais populares, passando pela organização sindical e política. É no engajamento desse grupo na organização do MST é que se alçam vôos maiores, na perspectiva de transformações sociais mais profundas e radicais, na luta por uma sociedade em que os valores socialistas podem ser concretizados.

Nessa perspectiva, torna-se pertinente perguntar: até que ponto as transformações que estão ocorrendo nos últimos anos nas relações sociais no interior do assentamento de Promissão, como conflitos diversos e contradições, refletem a gênese, a configuração e a constituição desse “Grupo de Campinas”? Até que ponto conflitos verificados a partir da organização e efetivação da cooperativa e a resistência em manter-se no assentamento, buscando formas diferentes de organização, respondem pela radicalidade em fortalecer as lutas das classes subalternas e sua perspectiva de emancipação?

CAPÍTULO 2 – EM BUSCA DAS TERRAS DE PROMISSÃO

2.1. Introdução

O presente capítulo objetiva apontar alguns elementos que caracterizaram o processo de inserção do “Grupo de Campinas” na organização do MST, complementando assim, a descrição realizada no primeiro capítulo, quando foi esboçada a gênese e a constituição desse grupo. Uma das hipóteses aqui desenvolvida é que a denominação “Grupo de Campinas” pode significar, no contexto do movimento, mais que um termo para situar geograficamente o local de origem desse grupo de assentados. A descrição que tem lugar nas páginas seguintes procura demonstrar que o “Grupo de Campinas” se tornou uma forte expressão de luta, à medida que foi participando de forma efetiva no processo organizacional do MST, tanto no âmbito local do assentamento de Promissão, como na organização mais geral do MST.

Para conhecer a especificidade do “Grupo de Campinas” na complexa organização do MST, torna-se fundamental recorrer às origens desse movimento e sua disseminação pelo país, chegando à região de Campinas, no estado de São Paulo.

A gênese do MST não pode ser dissociada do contexto da política de desenvolvimento econômico adotada no país, que, durante o período da ditadura militar (1964-1985), acentuou ainda mais a grande concentração de terras através do incentivo ao capital agrícola e à modernização do campo,

introduzindo novas tecnologias. O modelo de desenvolvimento adotado, voltado aos interesses econômicos e ao mercado externo, intensificou a monocultura, comprometendo o consumo interno. Dessa forma, a agricultura familiar⁴⁰ ficou basicamente excluída da política agrícola, ocorreu o aumento da concentração de terras e cerca de 30 milhões de pessoas migraram em direção às grandes cidades acentuando os problemas urbanos (MARTINE, 1987).

A agricultura atualmente deve ser entendida enquanto um sistema que evoluiu de complexo rural para complexos agro-industriais⁴¹. Esse desenvolvimento apresenta duas características principais. A primeira demonstra que esse processo foi extremamente desigual, ou seja, aqueles produtores com dificuldades financeiras tiveram menos chance para incrementar sua lavoura, devido às barreiras para obter crédito para

40 É interessante estabelecer um paralelo entre a política econômica adotada para a agricultura no período da gestação do MST, em que a agricultura familiar foi assolada, e as políticas públicas adotadas pelo governo atual (gestão do governo de Lula), que restabelecem a agricultura familiar, conforme os dados que se seguem: “Pesquisa inédita no país revela que em 2003, a agricultura familiar respondeu por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todas as riquezas do país. O levantamento encomendado à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) revela que o PIB do setor cresceu R\$ 13,4 bilhões no ano passado, um incremento de 9,37% em relação a 2002. (...) O estudo mostra a força da agricultura familiar na economia brasileira. Poucos setores tem essa representatividade perante o PIB, diz o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto” (Editada pela Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, nº 266 – Brasília, 20 de dezembro de 2004). É importante conhecer as formas de organização adotadas pelo MST, que priorizam as organizações cooperativistas. Posteriormente será abordada a implantação da cooperativa no Assentamento de Promissão, quando esse assunto será retomado.

41 “Com a modernização a agricultura brasileira redimensionou sua produção. Ela não se restringe apenas a agricultura de mercado interno ou mercado externo. Agora são as agroindústrias, quais sejam, os grandes complexos como de soja,

aquisição de insumos, implementos agrícolas, etc. E a segunda aponta para um processo profundamente excludente, beneficiando uma minoria, garantindo-lhe chegar ao fim do processo. Portanto, nessa corrida desproporcional, a maioria acabou ficando para trás (SILVA, 2002).

A crise da década de 1980 mostrou as contradições do modelo econômico adotado no Brasil, bem como a dificuldade do sistema político fechado da ditadura militar, que chega a sua ruptura ao final dessa década.

Considerada por alguns como a “década perdida” economicamente, os anos 1980, em contrapartida, apresentaram uma enorme efervescência em termos políticos, com a abertura política, as greves do ABCD, os trabalhos das pastorais sociais – como a CPT, a Pastoral Operária, o CIMI -, e, também, a Anistia, a Campanha pelas “Diretas Já”, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e a criação do PT. Os movimentos sociais, nesse período, fortalecem suas organizações e avançam suas lutas.

2.2. O MST: Elementos da construção de identidades e do modelo organizacional

Os grupos dos espoliados na história do Brasil, desde a colonização até os dias atuais, sempre resistiram criativamente ao jogo de poder das classes dominantes, e estas, por sua vez, tentam aniquilar a política construída pelas classes dominadas. Oliveira, ao recorrer à história da

álcool, ou canavieiro que ao mesmo tempo produzem para o mercado interno e externo” (SILVA, 2002: 137).

organização popular brasileira, considerando um período de 60 anos de ditadura, dos anos 1930 aos 1990, intercalados por golpes, afirma que:

“Todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (OLIVEIRA, 1999: 63).

Nessa direção, o autor aponta como a mais relevante desse período a luta do campesinato e dos trabalhadores rurais, e continua:

“O movimento pelo sindicalismo rural, que conflitava em objetivos com as Ligas Camponesas, entretanto confluía com as mesmas no sentido de criar a política no Brasil. E isto desequilibrou profundamente a própria relação entre as classes dominantes, que viram ameaçada sua possibilidade de fazer política ‘policial’, tanto no sentido rancieriano, quanto no sentido literal. O elo mais fraco da cadeia, nos termos de Lênin, havia se revelado do lado dos latifundiários, e a crescente autonomia do campesinato e dos trabalhadores rurais ameaçava todo o esquema do poder” (*id.*, *ib.*: 64).

A organização do MST tornou-se a resposta mais contundente das classes subalternas à política de concentração de terras no Brasil, ao forjar instrumentos de organização capazes de resistir e demonstrar a força dos espoliados da história. Também demonstrava a grande capacidade de construir uma rede de alianças com diversos setores da sociedade civil brasileira e internacional.

O MST tem sido estudado por diferentes autores que, pontuando alguns momentos na trajetória da luta do movimento, buscam facilitar a compreensão do seu processo organizativo. Dentre os muitos autores que

abordaram esse aspecto, tomo como referência FERNANDES (2000)⁴², que divide a organização do MST em três fases distintas: a) gestação e nascimento do MST – 1979-1985; b) a territorialização e sua consolidação – 1985-1990; e c) territorialização e institucionalização do MST – 1990-1999. A categoria de território por ele utilizada tem como peculiaridade a sua intenção em situar geograficamente a organização, considerando as grandes regiões geoeconômicas. A terceira fase consiste na percepção da necessidade de organizar a produção através da formação de cooperativas enquanto orientação nacional para os assentamentos⁴³. A compreensão mais detalhada veremos mais adiante, quando abordarmos a experiência da Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares – Promissão – COPAJOTA.

Ainda ao final da década de 1970, com o início da abertura política, os trabalhadores rurais no centro-sul do país começam sua organização e luta pela terra e, precisamente no dia 07 de setembro de 1979⁴⁴, inicia-se o

42 São várias as publicações que narram a história de formação do MST. Entre eles, STEDILE & FERNANDES (1999) e BRANFORD & ROCHA (2004). Utilizo também NAVARRO; MORAES; MENEZES (2002), estes últimos situam a história do MST em três fases principais: a) anos formativos, de 1980 a 1986, quando o movimento ainda se restringe ao sul do país; 2ª fase, de 1986 a 1993, caracterizada pela atuação mais intensa e melhor estruturada do MST; e a 3ª fase, 1989-1997, caracterizada pela saída de cena do governo federal (pp. 33-43). Essa divisão temporal não vai ser seguida rigorosamente e serve apenas como referência para facilitar a compreensão

43 “No período de 1986 a 1992, intensificaram os debates a respeito da cooperação agrícola. Das análises feitas a partir das discussões, dos estudos referentes ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo e dos desafios enfrentados, construíram a concepção a respeito das realidades que tinham que dar conta (...) Desse modo, foram elaborando as primeiras noções do modelo de cooperação agrícola que começaram a desenvolver” (FERNANDES, 2002: 178).

44 “A data 7 de setembro de 1979, fora cuidadosamente escolhida. No dia da Independência, os militares e a polícia deveriam estar ocupados com os

movimento, quando ocorre a ocupação da Gleba Macali⁴⁵, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul.

As primeiras organizações se deram no acampamento de Encruzilhada Natalino⁴⁶, em Ronda Alta – RS, e o Movimento dos Agricultores Sem-terra do Oeste do Paraná (Mastro). A reação dos índios Kaingang à ocupação de suas terras por agricultores ‘sem-terra’ contribuiu para a maior visibilidade do problema agrário no Brasil, até então escondido na névoa do regime militar⁴⁷.

É importante resgatar alguns elementos peculiares da história do Acampamento da Encruzilhada Natalino, a primeira organização do MST no início dos anos 1980, pois alguns de seus aspectos fundamentais influenciaram política e pedagogicamente a organização dos acampamentos do MST que foram se constituindo posteriormente em todo o país, conforme os estudos realizados por Telmo Marcon (2002).

preparativos para os desfiles e cerimônias e não à procura de caminhões com camponeses a caminho de ocupar as terras” (BRANFORD & ROCHA, 2004: 31).

45 “Perto de Ronda Alta ficava a grande fazenda Sarandi. Em 1962, foi desapropriada pelo então governador Leonel Brizola, mas depois do golpe militar foi dividida em duas áreas, Macali e Brilhante, arrendada a fazendeiros particulares” (*id.*, *ib.*: 30).

46 O Acampamento Natalino “teve início em dezembro de 1980, quando algumas pessoas, sem nenhuma perspectiva de obter terras nas ocupações das granjas Macali e Brilhante, ocupadas por agricultores remanescentes da área indígena de Nonoai expulsos pelos índios em maio de 1978, instalaram-se à beira da RS-324 que liga Passo Fundo a Ronda Alta, no local denominado Encruzilhada Natalino”. (MARCON, 2002: 44)

47 “Cerca de 2 mil famílias entraram na área do povo Kaingang, em Nonai, algumas mediante pagamento de aluguel aos indigenistas. (...) Os Kaingang que, de pleno direito, reclamavam a propriedade de toda a reserva, com 34.908 hectares, protestavam junto às autoridades, mas nada foi feito. (...) Em 4 de maio de 1978, os Kaingang declararam guerra: armados de espingardas, arcos e flechas, atearam fogo às sete escolas construídas para as crianças dos assentados, confiscaram as colheitas e expulsaram as famílias” (BRANFORD & ROCHA, 2004: 27).

É possível identificar uma significativa influência da Igreja Católica na organização interna do acampamento Natalino. Essa influência se deu principalmente pela atuação da Comissão de Pastoral de Terra – CPT. A igreja luterana também esteve muito presente, expressando sua solidariedade aos acampados. Naquele momento de regime ditatorial militar, parece ter sido de grande importância estratégica ampliar o leque de alianças para além do círculo de apoio da Igreja Católica, dando visibilidade a essa demanda social cuja solução interessava a toda a sociedade brasileira.

A CPT atuou no Acampamento Natalino desenvolvendo um trabalho político e religioso, cujo princípio básico estava fundamentado na reflexão sobre textos bíblicos e sobre a realidade. O livro do Êxodo, que conta a história de libertação do Povo de Deus (os hebreus), antes escravos no Egito, e que lutaram pela conquista da “Terra Prometida”, se tornou uma referência muito significativa para o grupo, dando legitimidade moral a sua reivindicação. A terra, no contexto bíblico, é entendida como dom de Deus e um direito de todos, sendo que essa temática tornou-se o eixo central das discussões e uma das fortes motivações para a luta dos sem-terra.

A CPT toma como ponto de partida a tradição religiosa dos acampados, desencadeando um processo de reflexão teológica e sobre a realidade fundiária no Brasil. Tal reflexão criou as condições para que os acampados chegassem à tomada de consciência da necessidade de lutar pela reforma agrária. Nesse sentido, a afirmação de Marcon (citada abaixo) pode indicar que a religião pode servir tanto como um instrumento de libertação

como de opressão. Nesse caso, é possível afirmar que a Igreja, através da CPT, atuou de forma incisiva nos primórdios da organização do MST e atualmente continua contribuindo nessa organização, que já conquistou sua identidade própria:

“A religião, nesse contexto, deixa de ser uma esfera e um discurso legitimador das desigualdades e das injustiças para se transformar, progressivamente, na força de sustentação da luta pela reforma agrária e da conquista de um pedaço de chão” (MARCON, 2002: 50).

A metodologia desenvolvida pela CPT foi criando paulatinamente um “jeito de ser” do Acampamento de Natalino, norteando e fazendo avançar sua organização. Em certa medida, esse jeito original de Natalino influenciou, posteriormente, o movimento do MST como um todo. No modo de organização dos acampamentos tornam-se visíveis muitos elementos construídos no início do movimento. Tomando como referência o estudo do autor acima citado, a gestação dessa modalidade de organização dos acampados tornou possível sua constituição enquanto *sujeito social coletivo*, como assinalamos no capítulo anterior; destacamos algumas características do processo de gestação desse sujeito social coletivo:

A primeira característica pode ser atribuída à *apropriação da palavra pelos sem-terra*. A dinâmica adotada pela CPT possibilitava o contato com outros grupos e entidades da região, a partilha das experiências de sofrimentos e conquistas, as negociações com o governo, com o INCRA, falar com a imprensa, entre outras. Essas circunstâncias possibilitaram aos acampados a apropriação da palavra, despertando e formando lideranças

capazes de enfrentar as diversas situações, de amadurecer e intervir de forma qualitativa.

A segunda característica que deu sustentabilidade à luta foi a construção de uma *identidade dos sem-terra* enquanto movimento. Os acampados tinham origens de trabalho muito diferentes, como arrendatários em áreas indígenas, em garimpos, e outros que viviam como assalariados na cidade. As diferenças eram muito acentuadas, e o grupo não havia passado por uma formação inicial que pudesse orientar os objetivos do acampamento Natalino. Mesmo assim, aos poucos foi sendo construída uma identidade comum, resultante dos embates das negociações com o governo estadual e interventores federais que deixavam claros os interesses em jogo⁴⁸. Os argumentos que sustentavam os líderes sem-terra eram resultado de um árduo trabalho construído coletivamente através das experiências cotidianas e de estudos que forneciam subsídios para não se deixarem enganar pelos detentores do poder. Dessa forma, o movimento foi ganhando autonomia, rompendo com a velha prática do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MASTER⁴⁹ – da década de 60.

48 “Esse foi o ponto crucial que colocou em campos opostos os acampados e o governo estadual e federal que insistia no assentamento dos acampados em projetos de colonização no Mato Grosso. (...) A resistência dos acampados em não aceitar as propostas (...) ajudou a desvelar aspectos importantes da política fundiária dos governos estadual e federal. Entre outros avanços importantes do acampamento Natalino, está o da firme posição de somente aceitar assentamento no próprio Estado” (MARCON, 2002: 46).

49 MASTER: “Organizado no Rio Grande do Sul no início dos anos 60. A preocupação do Master não era de ocupar sistematicamente e diretamente áreas que fossem passíveis de desapropriação. O acampamento era uma estratégia para chamar a atenção do poder público sobre os problemas da terra. Organizado temporariamente, o acampamento servia para a instauração dos processos de

Outro elemento que caracterizou o acampamento Natalino foi a *organização interna dos sem-terra*, constituída por comissões específicas de serviços, que se formavam no acampamento conforme as necessidades do grupo, como: higiene, saúde, negociação, canto, e outras, respeitando a habilidades e interesses dos seus membros. Havia uma comissão central, que coordenava as demais comissões, dando suporte e buscando catalisar as necessidades de todos e fazendo os encaminhamentos necessários. Diariamente havia uma reunião em que eram feitos os relatos das comissões sobre pontos relevantes, que, se necessário, eram colocados em discussão, sendo que as decisões eram tomadas em assembléias através de votação. Era comum finalizar esses encontros com uma celebração na qual eram imprescindíveis a leitura de textos bíblicos, os cantos e a partilha da palavra. Essa experiência permitia, além de ordenar o espaço, criando condições de convivência e solidariedade, conhecer e respeitar as diferenças e enfrentar os possíveis conflitos no grupo. Assim, foi sendo construído um modelo de democracia que procurava conciliar a participação expressiva dos acampados com a constituição de núcleos sólidos de direção dos acampados, cobrindo praticamente todos os campos da vida social do acampamento. Esse método adotado na coordenação do Acampamento Natalino tornou-se mais tarde uma prática comum na maioria dos assentamentos ligados ao MST. Reportaremos esse assunto mais à frente, quando será abordada a organização interna do acampamento de Promissão.

desapropriação e os acampados, devidamente cadastrados, aguardavam a chamada para o assentamento” (*id.*, *ib.*: 44).

No período compreendido entre 1979 e 1985, duas características fundamentais da estruturação do MST se evidenciaram, e, como são fundamentais para a análise dos conflitos proposta nessa dissertação, nos deteremos um pouco em cada uma delas.

A primeira característica se refere à organização do MST, situada ainda no sul do país, o centro de onde partem as diretrizes e decisões que são difundidas e, em grande medida, incorporadas em outras regiões. Em um país de dimensão continental como o Brasil e com uma história de formação regional de cultura diversificada, é de se esperar que essa diversidade terá alguma interferência na expansão do MST e nas suas experiências de organização regionalizadas. Este aspecto será melhor descrito quando abordarmos os dados relativos ao “Grupo de Campinas” no Assentamento de Promissão.

A segunda característica corresponde à ligação intrínseca do movimento com a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essa ligação faz parte da gênese do MST, como descrito anteriormente, e alicerça-se no comprometimento desse setor da Igreja com o movimento frente às dificuldades iniciais para sua estruturação enquanto movimento social. A Igreja foi fundamental para emprestar credibilidade ao movimento, num momento em que a vida política era marcada pela polarização maniqueísta entre os defensores do regime militar e os contestadores, associados a “interesses escusos e antipatriotas”. A relação entre a Igreja e o MST define de certa forma a orientação política do movimento, que se posiciona mais “pacificamente” frente às situações de

embate no seu início (FERNANDES, 2000). A inserção da Igreja Católica no movimento verifica-se também pelo apoio em garantir a permanência dos sem-terra nos acampamentos e assentamentos com recursos econômicos provenientes de projetos de instituições e das igrejas do exterior e, também, da solidariedade dos fiéis, especificamente das CEBs, ao realizar campanhas de doação de alimentos e ações necessárias para mantê-los acampados.

Seguindo a divisão proposta no início do capítulo, pode-se dizer que o MST entra em sua segunda fase quando sua organização se torna mais efetiva em nível nacional. É a partir daí que ele conquista sua identidade e avança na sua legitimidade, a partir de sua fundação oficial em 1984.

Entre 1985 e 1990 ocorreram os encontros nacionais, em que os conteúdos das discussões estavam centrados na definição das linhas políticas do movimento. Nesses encontros, o MST vai paulatinamente estabelecendo os princípios organizacionais e o leque de alianças internas e externas sobre os quais constrói sua identidade atual. O desafio colocado estava em como não dicotomizar o processo de luta pela terra e de formação do movimento, garantindo sua identidade programática.

No processo de construção do MST, outras dimensões são evidentes e afetam diretamente a dinâmica de sua organização. A primeira dessas dimensões consiste na relação do MST com a Igreja Católica, que antes tomava a linha de frente do movimento e vai se desvinculando à medida que o movimento ganha sua própria identidade social. Dessa forma, sua relação estabeleceu-se mais como uma política de apoio do que de direcionamento,

permanecendo no movimento apenas membros da ala mais radical do clero, ou seja, os mais voltados aos ideais socialistas e, evidentemente, as CEBs.

A segunda dimensão refere-se à linha adotada pelo movimento, que se torna mais ofensiva, firmando uma posição de resistência ao poder da União Democrática Rural (UDR)⁵⁰. Entre 1985 e 1988, os objetivos do movimento já se apresentavam mais definidos, com lemas que orientavam a militância: “Sem Reforma Agrária não há democracia!”, “Ocupação é a única solução!” e “Terra para quem nela trabalha”. Os lemas foram tomando outras dimensões, tornando-se mais incisivos em 1988, como se evidencia pelo tom de enfrentamento expresso no lema “Ocupar, resistir e produzir”, indicando o forte desejo de resistir frente às organizações que se opunham às ações do MST. Embates ocorrem entre o MST e os grandes proprietários de terra, contrários à reforma agrária. A UDR, organização que representa os setores contrários à reforma agrária, se articula e acirra o conflito no campo, onde passam a ocorrer casos freqüentes de violência e mortes. As ocupações de terras se tornam cada vez mais articuladas e massivas. É nesse período que ocorre o assassinato do Pe. Josimo Tavares, em Imperatriz – MA, cujo nome foi escolhido posteriormente pelo Assentamento do “Grupo de Campinas” em Promissão, em 1987.

A escolha do nome do assentamento revela a forte presença de uma ala ligada à Igreja Católica no movimento, demonstrando a presença marcante de um grupo de clérigos nas ações do movimento, como resultado

do compromisso com a causa dos pobres fundamentado na Teologia da Libertação. Ainda nesse período, o MST se amplia e começam a ocorrer pequenas ocupações no Nordeste, desenvolvendo, também nessa região, uma forte resistência de massas.

O MST passa a visibilizar uma identidade social muito peculiar em sua organização, desde a década de 1980, evidenciada por vários autores:

“Tem tido uma capacidade surpreendente de reinventar-se politicamente, segundo as variações conjunturais, e uma criatividade sem paralelo com os outros movimentos. Tem conseguido, assim manter-se à tona e evitado situações de fortes indefinições, como tem sido a situação experimentada pelo movimento sindical ou outros movimentos sociais rurais. Seus desafios também são proporcionalmente maiores, por ter como base social os mais pobres entre os pobres do campo” (NAVARRO, 2002: 201).

O nascimento do MST não pode ser visto como uma ação isolada. Ao contrário, deve ser entendido enquanto um conjunto de ações que ocorrem simultaneamente em outros estados, como em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, durante os quatro primeiros anos da década de 1980. Aos poucos as lutas foram se estendendo para outras regiões do país e articulando-se até se estruturar nacionalmente.

50 A UDR reúne latifundiários e agricultores representantes das elites dominantes e, sobretudo, atravessadas pela visão mais ideológica do conservadorismo e repressão do Brasil.

2.3. Do desemprego à ocupação de terras: sonhos e lutas

Em 1982, na periferia de Sumaré⁵¹, diante do desemprego, as Comunidades Eclesiais de Base começaram as reflexões sobre a situação que assolava o Brasil. Como decorrência, organizam-se os primeiros grupos de desempregados, na tentativa de buscar alternativas para a situação que se agravava. Como se mencionou ao final do capítulo I, a criação de hortas comunitárias foi uma das respostas de curto prazo encontrada pelos desempregados:

“A horta foi a forma dos antigos lavradores, que estavam há alguns anos na cidade e ficarem desempregados nas fábricas, tomarem contato de novo com a terra. Foi uma motivação. Todos estavam vendo que a terra estava produzindo e que estava ao alcance de todos. A horta ligou a experiência de todos e deu ânimo, diz Ulisses. (...) A horta comunitária chegou a ter um caminhão para transportar produtos para a CEASA Campinas e outros espaços de comercialização” (MARTINS, 2004: 75).

O grupo de desempregados foi se fortalecendo e começou sua articulação tendo em vista uma possível ocupação de terras. Era o movimento dos sem-terra da região de Campinas que estava nascendo. Nas reuniões de preparação para a futura ocupação, eram resgatadas as experiências de luta que ocorriam nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, e as lutas camponesas que fazem parte da história de resistência no campo. Toda reflexão estava “regada” pelos textos bíblicos, especialmente aqueles que falam sobre a terra, contidos nos livros de Gênesis e Êxodo,

51 Sumaré integra uma das 18 cidades da Região Metropolitana de Campinas, criada em 2001, com uma área de 164 quilômetros quadrados e uma população de 196.055 habitantes em 2001.

que norteavam o caminho e sustentavam os desejos de uma nova realidade, que poderia vir através da conquista da terra.

O Grupo Sumaré I, durante o período preparatório para a ocupação, tinha cerca de 400 pessoas; posteriormente, quando avança a organização no sentido de definir o local propriamente dito da ocupação, começa a diminuir o número de participantes, restando cerca de 100 pessoas, que estão decididas a manter-se na luta e partir para a ocupação de terra.

Imbuídos desse sonho, no dia 04 de novembro de 1983, os sem-terra de Sumaré I lançam-se a essa empreitada rumo à primeira ocupação em Araraquara. O grupo que partiu era composto de 47 homens, logo em seguida houve duas desistências. As demais pessoas integrantes do grupo ficaram na cidade para continuar cuidando da horta comunitária e dar retaguarda ao grupo que partiu. As mulheres quase não participaram do processo inicial da organização e tinham poucas informações sobre a ocupação.

O local, estrategicamente escolhido, era a Fazenda Tamoio, em Araraquara, numa usina de cana. Nessa usina, parte da área estava penhorada pelo Estado. Houve pressão por parte do dono da fazenda, que enviou capangas e funcionários da polícia militar para exigir a retirada dos sem-terra. Os ocupantes resistiram, porém sem violência, apenas sentaram no chão, formando um grande círculo, impedindo a ação dos policiais que queriam forçá-los a entrar nos ônibus para levá-los de volta à cidade de origem.

Formou-se uma equipe composta pelo padre Bragheto, ligado à CPT daquela região, e vereadores de cidades próximas à Tamoio para realizar a negociação com os funcionários e policiais. Não obtendo sucesso nas negociações, os ocupantes foram obrigados a desocupar a área.

Após a realização de uma assembléia, o grupo de 45 homens decide ocupar outra área, partindo para o Horto Florestal da Estação Loreto, pertencente à Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), no município de Araras, chegando ao local na madrugada de 07 de novembro de 1983.

Novamente a ocupação transcorreu sem sucesso, apesar da constituição de uma equipe de apoio em Araras, com a participação de agentes de pastoral, de sindicalistas e do PT, e também com o apoio da sociedade local. Após negociação com o governo, os sem-terra recusam uma outra área da própria Companhia e são expulsos pela Polícia Militar, após três dias de estadia no local, quando receberam a notificação de liminar solicitada pela FEPASA para a desocupação da área.

Depois de duas derrotas, o grupo reviu sua estratégia e resolveu inserir as mulheres e crianças, que até então não participavam das ocupações. O grupo, mais bem estruturado, prossegue as negociações e, depois de algumas propostas recusadas, chegam a um acordo para assentar as famílias em Sumaré, numa área de 237 hectares do Horto Florestal da FEPASA nesse município. Das 47 famílias que iniciaram o processo de luta no movimento, trinta foram assentadas na área de Sumaré I, número reduzido para 26 famílias no ano seguinte.

Um novo grupo de Sumaré, com 45 famílias, iniciou a sua organização em busca da terra ocupando uma área em Sumaré. Após 71 dias de resistência, 29 famílias entraram nas terras que se situam junto às outras áreas do Horto Florestal, formando o Núcleo Sumaré II⁵².

Na região de Campinas, além dos dois grupos de Sumaré, na mesma época organizava-se o Grupo de Porto Feliz, constituindo o chamado Grupo III, que vai ocupar inicialmente uma fazenda experimental do Governo Federal em Nova Odessa, cidade próxima a Campinas – SP. O grupo precisou deixar a área assim que recebeu a liminar de reintegração de posse. Dessa forma, partiram para Porto Feliz e estão assentados desde 1984.

Havia uma articulação entre os grupos que se traduzia em ações conjuntas, fortalecendo a luta e criando entre si um intercâmbio. Tomamos como exemplo a caminhada de aproximadamente 100 Km de Campinas até São Paulo, realizada juntamente com os sem-terra de Sumaré acampados no trevo da Bosch. Esse evento foi importante para a aproximação entre os grupos e para o compromisso com uma pauta programática comum.

O intercâmbio com as experiências de outros assentamentos no estado de São Paulo garantiu a consistência dos grupos de Sumaré. Em 1983, o MST do oeste do estado de São Paulo, o MST de Sumaré e a CPT, em Andradina, realizam o encontro de 1.200 trabalhadores de 34 municípios. Desse acontecimento “nascia o embrião do MST no estado de São Paulo” (FERNANDES, 2000: 69).

⁵² Para melhor detalhamento, ver BERGAMASCO (1994).

A luta pela terra na região de Campinas difere muito das regiões oeste e sudoeste do estado de São Paulo. Enquanto essas regiões caracterizavam-se por sem-terra posseiros, rendeiros, meeiros e bóias frias, na região de Campinas a população diferia das demais. O grupo de sem-terra de Campinas era composto por pequenos sitiantes que perderam suas terras e migraram para a cidade, constituindo uma população que buscou adequar-se à vida urbana.

Nos relatos de história de vida⁵³ de um dos integrantes do grupo dos sem-terra de Sumaré I, João Calixto, percebe-se que, além de razões de ordem religiosa, o desemprego ergue-se como um dos motivos da luta pela terra:

“Eu estava desempregado e o desempregado até hoje, se a gente prestar bem atenção, ele sempre está ali, de frente à Catedral de Campinas, de frente ao Palácio da Justiça⁵⁴. Estão ali vendo o jornal, então a gente dá um chego até lá para ver um serviço, achemos esses companheiros

53 Benedito Ferraro, em “Teologia e Neoliberalismo: Como criar uma sociedade onde caibam todos?” e “Caminhos de Resistência e Solidariedade”, elabora sua pesquisa a partir dos assentamentos que tiveram sua origem na região de Campinas, sendo Sumaré I – SP e Promissão, resgatando a história da organização do MST através do método da história oral. O objetivo desse trabalho consiste em “mostrar como os grupos e as pessoas compreendem a situação que estão vivendo e como reagem frente às dificuldades que estão enfrentando em sua vida diária” (FERRARO, 1998: 01). Esse trabalho muito tem contribuído para a compreender a organização do Assentamento de Promissão – SP, especialmente o chamado “Grupo de Campinas”, que estou pesquisando após 15 anos de sua existência. Agradeço de forma especial a sua gentileza em possibilitar-me o acesso a esse trabalho.

54 No Largo do Rosário, em frente ao Palácio da Justiça, no centro de Campinas, encontramos uma placa de pedra onde são afixados ofertas de trabalhos: “Procura-se”. Durante a semana, principalmente às segundas-feiras, os desempregados costumam consultar as ofertas de emprego e acabam estabelecendo algum tipo de vínculo, pois semanalmente se encontram e conversam sobre a questão do desemprego.

também que falava a mesma linguagem, que pensava a mesma coisa. E, foi aí que nós viu que a gente estava em lugar errado. Que a gente estava tomando o lugar de alguma pessoa que estudou. Nós tinha que vir para o campo produzir alimentação. E, foi aí que a gente formou o grupo para poder partir em busca da terra. Inspirado pela Bíblia” (FERRARO, 1998: 05).

Este relato pode ser tomado como expressão significativa das experiências de vida da maioria do grupo, representando os desejos e motivações para iniciar a luta pela terra, constituindo, dessa forma, a especificidade dos grupos de sem-terra da região de Campinas

O grupo denominado de Campinas é bastante definido, as pessoas muitas vezes são identificadas por esse nome, que passa a servir de rótulo para indicar sua procedência e seu pertencimento a um grupo social de referência. Consiste no que poderia ser denominado uma “comunidade”⁵⁵ gestada anteriormente ao MST, pois as pessoas tinham em comum algumas características muito evidentes: o aspecto geográfico de estar vivendo na cidade, de ser originários de área rural, de ter participado de formas de sociabilidade anteriores à experiência no MST.

As pessoas que constituíam esse grupo já viviam próximas umas das outras, residindo na mesma região de Campinas, e em alguns casos com relações de vizinhança no mesmo bairro. Dessa forma, partilhavam dos mesmos sofrimentos da periferia de uma grande cidade, com todas as

⁵⁵ Assumimos colocar entre aspas a categoria de “comunidade” apenas no intuito de sinalizar alguns traços da identidade do grupo, calcados na procedência urbana e na vivência do desemprego. Temos ciência de que a categoria, em termos sociológicos, trafega num caminho espinhoso e bipolar: “comunidade” x

carências de infra-estrutura, desde o saneamento básico até o espaço de lazer e cultura, problemas comuns em cidades de porte metropolitano, com crescimento acelerado e sem planejamento administrativo, como foi o caso de Campinas. O outro elemento refere-se à identificação político-religiosa: o grupo estava inserido nos movimentos sociais, no PT, e a maioria pertencia às CEBs. O testemunho que se segue – embora extenso – caracteriza de forma exemplar a vida das pessoas que compõem o “Grupo de Campinas” e como o universo das lutas sociais mais amplas (re)significa a busca pela “terras de Promissão”:

“Eu quero dizer que eu sou Maria de Lourdes Pereira, apelidada de Lurdinha. (...) Nasci em Muriaé – MG. Sou filha mais nova dos doze filhos que meus pais tiveram. Nasci num berço pobre, porém de muita fé, de muita garra e muita coragem. (...)

Aos cinco anos meus pais migraram para Santo Antônio do Palmital, região de Araruama, estado do Paraná. (...) Pois é, trabalhei muito na roça nesta época, tive que aprender fazer todos os trabalhos da roça, baná café, plantar café, plantar arroz, feijão, enfim todos os trabalhos que eram feitos na roça eu tive que aprender. Trabalhava na roça e em casa.

Nesse tempo eu me casei, tive três filhos, e o filho do meio na época deu uma epidemia muito forte de meningite, e ele veio a falecer.

Em 1978 eu vim pra grande cidade, pela opressão do grande êxodo rural, nós viemos prá São Jose dos Campos, e em seguida Campinas: – Ah, meu Deus, que dureza, a cidade prá mim era um monstro. (...) Mas aos poucos eu fui não assim acostumando, mas fui me adaptando, porque me acostumar jamais se acostuma, fui me adaptando.

E em 79 eu conheci as CEBs, pequenas Comunidades Eclesiais de Base, e eu conheci na Vila Ipê em Campinas. Fiz um curso chamado Fé-Política,

“sociedade”, ou “tradicional” x “moderno”, hoje amplamente criticado nas ciências sociais.

e aí eu comecei a entender que Deus estava presente no sofrimento do nosso povo e nas lutas.

Conheci nesta época, Padre Ferraro, Dilce, Izalene, Neli⁵⁶ e outras pessoas. Conheci o Sindicato dos Metalúrgicos, Movimentos Populares e vários outros sindicatos combativos. Trabalhei no Sindicato dos Metalúrgicos, e outros, por exemplo, a Pastoral Operária, o PT, e assim várias entidades pastorais.

Fui morar na periferia, onde não tinha água, não tinha luz, não tinha asfalto. Enfim não tinha estrutura alguma. Foi então que eu aprendi que não dava para rezar, a gente tinha que lutar (...). Participei das grandes lutas, greves, atos, Assembléia do Povo no Teatro de Arena, encontro de formação política, social e religiosa.

Em 1986 a campanha da fraternidade tinha o tema – *Terra de Deus, Terra de Irmãos*. E o Intereclesial tinha o tema – *O Povo de Deus em Busca da Terra Prometida*. Eram esses dois temas muito fortes que a gente cantava e celebrava nas comunidades, me fez participar de uma luta ainda maior, que foi a organização da luta pela terra, foi aí que eu conheci o MST. O movimento sem-terra, na região de Campinas, através das ocupações de Sumaré I, Sumaré II, Porto Feliz, e no dia 02 de novembro de 1987, deixei a grande cidade e vim para cá, vim prá terra, ocupando aqui a Fazenda Reunidas⁵⁷. Projeto de assentamento para 600 famílias. Fazenda esta com 22 mil hectares, sendo 18 agricultáveis e o restante reserva florestal do IBAMA”⁵⁸.

Conquanto extenso, o relato revela, todo o processo de organização interna do “Grupo de Campinas” e no âmbito mais amplo do MST. Lurdinha

56 Os nomes mencionados referem-se a pessoas de grande inserção nas CEBs e nos movimentos sociais, ocupando funções como assessores, padres, religiosos e agentes de pastoral.

57 A Fazenda Reunidas, localizada no município de Promissão, fora desapropriada pelo INCRA para assentamento, vindo a compor a área das “terras de Promissão”.

58 Os “Testemunhos” – 4ª parte do texto-base do 11º Intereclesial das CEBs – mostram como a espiritualidade é vivida no cotidiano das pessoas e grupos.

sempre se destacou, atuando em negociações, na coordenação regional do movimento e na coordenação dos grupos do assentamento. De forma simples e contundente, como transcrita acima, ela rememora a história do “Grupo de Campinas”, quando me concedeu a entrevista, em 2003.

É importante salientar que, assim como Lurdinha, vários militantes de movimentos sociais em Campinas ocupavam posição de liderança em diversos espaços da vida social urbana, como nas associações de bairro, na comunidade religiosa, no PT e em movimentos sociais. Enfim, não eram apenas pessoas que estavam sofrendo necessidades básicas como a falta de moradia e de emprego. Ao contrário, o “grupo de Campinas”, que se destacou enquanto liderança no MST, era constituído de pessoas que fizeram opção pelo movimento enquanto um novo modelo de vida e sociedade. Muitas delas inclusive pediram demissão de seus empregos, venderam a própria residência⁵⁹ e deixaram para trás um círculo de amigos e companheiros de luta, com os quais compartilhavam idéias comuns, e que permaneceram no espaço urbano.

A maioria não estava privada de alimentação. Ao contrário, podemos encontrar nesse meio pessoas de diferentes profissões, como funcionários públicos do município, metalúrgicos, empregados da construção civil, autônomos e outros. O desejo pela terra transcendia a necessidade básica da

59 Lurdinha era funcionária do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, seu esposo era pedreiro autônomo. Quando o casal partiu de Campinas para ocupar terras em Promissão, tinha dois filhos, com idade entre 9 e 13 anos. A casa que possuíam na periferia foi vendida e tudo que tinham foi colocado à disposição da organização. Assim como esse casal, muitas outras famílias tomaram a mesma atitude.

sobrevivência. São importantes os estudos de Norder em sua dissertação de mestrado, em que pesquisa o assentamento da Fazenda Reunidas⁶⁰ e analisa três pontos: habitação, alimentação e trabalho, considerando que:

“os assentamentos se constituem numa relevante alternativa para a geração de empregos e para o encaminhamento de problemas habitacionais e alimentares no meio rural, entre outros aspectos” (NORDER, 1977: 135).

Cabe salientar que o “Grupo de Campinas”, ainda que almeje esses três elementos fundamentais para garantir a sobrevivência, vai além, visto que o essencial para a sobrevivência, de alguma forma, já era possível quando o mesmo vivia na cidade.

Sobre esse aspecto é importante considerar que algumas pessoas, como Benê⁶¹, um dos integrantes do “Grupo de Campinas, são incisivas em afirmar que sua condição de vida piorou no assentamento. Benê lembra, por exemplo, que enquanto vivia em Campinas costumava ir à praia quase anualmente, no período de suas férias, lazer a que nunca mais teve acesso desde que veio para o acampamento.

A relação com a terra está vinculada ao projeto de uma nova sociedade que poderia ser construída. O mesmo autor prossegue sua análise

60 “O Projeto de Assentamento Fazenda Reunidas foi implementado em 1989/90, e é até agora o mais populoso no Estado de São Paulo” (NORDER, 1977: 85). A fazenda localiza-se em Promissão, objeto de estudo desta dissertação. Nos itens que se seguem, trataremos com mais detalhes essa área.

61 Benê residia em Campinas, com sua esposa e dois filhos, com idades de 2 e 5 anos. Tinha casa própria, ainda que em bairro popular, mantinha um bom padrão de vida, era operário, participava das CEBs. No assentamento de Promissão, tornou-se o presidente da COPAJOTA, quando de sua formação, conforme veremos no capítulo seguinte desta dissertação.

apontando o assentamento enquanto potencial para retirar as famílias rurais de uma situação de pobreza. Essa diferença, que atribui ao “Grupo de Campinas” uma identidade própria, será analisada posteriormente, tendo como parâmetro as relações conflituosas na Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares.

Ao considerarmos a disposição do “Grupo de Campinas”, engajado no movimento social urbano, ao buscar uma nova atuação na área agrária, vemos que essa mudança pressupõe o desejo de retornar às origens da vivência no campo. Nesse sentido, podemos indicar que o grupo, ao atualizar “a vida na roça” pela experiência do assentamento, procura resgatar um tempo⁶², um modo de vida já experimentado ou imaginado como experiência passada e que se perdeu na cidade. A hipótese básica é que a volta ao campo representa uma tentativa de contrair ou repor relações sociais consideradas mais humanas, fora das disputas, pressões e inseguranças características da vida do operariado urbano moderno. Recompor⁶³ ou criar um novo espaço de sociabilidade representaria a

62 A noção de tempo social em antropologia está intimamente relacionada a outros fatores da vida social, como as relações produtivas, de residência, de parentesco, rituais e demais formas de sociabilidade. É por isto que tempo e espaço social são categorias intrínsecamente relacionadas, como demonstra o clássico trabalho de Evans-Pritchard sobre os Nuer da África nilótica, estudo que pode ser tomado como um exemplo cabal da demonstração das relações de interdependência entre estas duas categorias. Entre os Nuer, o deslocamento dos rebanhos obedece ao ciclo das cheias e das secas, sendo que estes fatores do meio natural estão conectados aos ritmos e fluxos da vida social. É assim que as relações de parentesco, formas políticas, relações interétnicas e de apropriação do território entre os Nuer não podem ser compreendidas sem levar em consideração o manejo dos rebanhos e as formas de sua utilização como forma de alimentação, prestígio e poder.

63 A idéia de recompor é importante pois faz referência a um tempo primeiro, em que supostamente as relações seriam mais solidárias. O ideal projeta-se no

oportunidade de estabelecer relações sociais mais saudáveis e mais compatíveis com os ideais religiosos e políticos da maioria das pessoas envolvidas no “Grupo de Campinas”.

Toninho⁶⁴, um dos assentados do Grupo de Campinas, ao ser perguntado sobre o porquê da entrada na luta pela terra, respondeu:

“Primeiro porque nós somos filhos, eu sou filho de camponês, meu pai, minha mãe, a gente foi criado praticamente no sítio, então a gente tem raízes fincada na agricultura. E isso quer dizer, eu trabalhei como operário na cidade, mas tinha uma paixão pela agricultura, de voltar para o campo, mesmo sabendo que a situação era bastante complicada. A questão do êxodo rural já tinha levado os meus pais para a cidade. E eu ainda vim enfrentar isso através da reforma agrária, que até então para ver se haveria possibilidade sendo pequeno proprietário. Essa era a minha expectativa. Era sair da questão de operário, sem direito, muito poucos direitos. As liberdades eram muito condicionais e eu queria avançar um pouco nesse caminho de ser um pouco mais autônomo. E no outro aspecto eu queria também, eu queria fazer vingar, a questão que passava simplesmente pelo discurso e eu queria um pouco de prática, e uma questão de reforma agrária (...)” (FERRARO, 1998: 39).

A narrativa de Toninho remete para um outro tempo sonhado, aquele imaginado como vivido antes da experiência na cidade. Apesar de não ter todas as condições necessárias no campo, havia algo que a vida urbana não

passado, em que se imagina que os homens estariam predispostos a esse tipo de relação, desarticulada e desviada de seu curso original pela ação da mentalidade capitalista que os divide, desmoraliza e coloca uns contra os outros.

64 Antonio Barbosa, conhecido como Toninho, quando partiu para Promissão era solteiro, funcionário público efetivo da Prefeitura Municipal de Campinas. Integrante do Diretório Municipal do PT da cidade, liderança pastoral das CEBs, residente no Jd. Florence, região do Campo Grande, um dos locais de maior expressão na organização dos Movimentos Populares, na época.

oferecia. Essa insatisfação provoca a inquietação e reforça a crença na possibilidade da existência de outros valores que poderiam ser resgatados: segurança, liberdade, autonomia, retorno às raízes de agricultor, enfim, reencontro com uma identidade postulada, idealmente vivida no passado e passível de ser efetivada no presente e no futuro. Toninho vai mais longe, quer efetivar a Reforma Agrária como signo de uma outra sociedade possível, tal qual havia projetado em reflexões no partido, nos movimentos sociais e nas CEBs.

Ao considerar “as liberdades muito condicionais”, Toninho remete, de forma implícita, a questões profundas como a liberdade, que tem um significado subjetivo e coletivo. Subjetivo porque parte de uma experiência pessoal, sua história individual, e coletivo porque encontra ressonância em outras experiências semelhantes. E, nesse encontro, se aglutinam as forças capazes de ousar a busca ou reconquista dessa liberdade. Essa rebeldia coletiva impõe o desejo de lutar, não aceitando ser subjugado.

2.4. Conquistando um pedaço de chão

“Existem terras férteis e
produtivas sendo usadas somente
para especulação.
Trabalhadores morrem na
expectativa de conquistar um
pedaço de chão”

Adelino Ritter⁶⁵

As reflexões que se seguem têm como objetivo recompor o processo de conquista e posse das “Terras de Promissão” pelo “Grupo de Campinas”. Nessa trajetória, foi possível apreender uma história que remonta a outras histórias e experiências de vida de grupos de trabalhadores sem-terra, assim como de outros grupos não organizados. Esses grupos partem de lugares distintos em busca de terras e vão formar um grande acampamento à beira da BR 153, na *Fazenda Reunidas*, em Promissão, pequeno município do estado de São Paulo. A partir deste momento, esses grupos diferentes passaram a conviver e constituir-se enquanto força de enfrentamento do poder do “proprietário” da *Fazenda Reunidas* até a conquista definitiva das terras.

A tentativa aqui será a de focalizar esse período considerado decisivo, pois o desenrolar dos acontecimentos dependeu efetivamente da forma como o grupo foi pressionado e, a partir disso, estabeleceu uma série

65 Trecho do poema de Adelino Ritter, membro do Grupo de Campinas. Acampado da Fazenda Reunidas – Promissão – SP, 1989. Adelino, operário, casado com Maria Inês, com três filhos, partiu para o Acampamento Reunidas, Promissão. A última filha nasceu no acampamento, debaixo da lona preta. Adelino e família moravam no mesmo bairro de Toninho e participavam das CEBs.

de negociações com o INCRA e o Governo do Estado de São Paulo, objetivando garantir uma área suficiente para assentar as famílias da região de Campinas, ligadas ao MST. Cabe ressaltar que, segundo dados do INCRA, essas famílias não seriam contempladas ou não estavam previstas para serem assentadas naquele local. A resistência e a insistência do grupo em pleitearem a área a partir de uma série de estratégias revelou o potencial organizacional do “Grupo de Campinas”, construindo ações coletivas capazes de garantir a posse da terra. Torna-se indispensável, para a compreensão mais ampla do processo organizacional desse assentamento, contextualizar a Fazenda Reunidas.

A Fazenda Reunidas e sua ocupação

Sediada no município de Promissão⁶⁶, a denominada Fazenda Reunidas possuía uma área de 18.028,10 hectares, resultado da agregação de inúmeras propriedades adquiridas a partir de meados da década de 30. As terras “compradas” pela família Ribas e lavradas em cartório ocultavam a forma como ocorria a expropriação dos pequenos proprietários, como mostra o relato abaixo:

“A história daquelas terras era uma história de muita violência – terra comprada à força de boi solto nas roças e ameaça de capangas aos sitiantes. Há um depoimento, colhido já no assentamento, que diz o

66 Promissão, município do interior do estado de São Paulo, localiza-se na região da Alta Noroeste, Região Administrativa de Bauru e Região de Governo de Lins, e ocupa uma área de 782,15 Km², com uma população total de 31.105 habitantes. Dados do IBGE, ref. Ano 2000-2001, fonte: www.ibge.org.br.

seguinte: *a gente sabia como as terras dos Ribas foram conseguidas (...)*. E relata que eram, na maioria, pequenos sítios de japoneses que, diante da ameaça, eram obrigados a vendê-los por preços irrisórios” (BORGES, 1997: 74).

Maria Stella L. Borges (1997), tratou de reconstituir a história e a identidade daqueles que se tornaram sem-terra na região de Promissão. Através de uma pesquisa minuciosa no cartório de Lins – SP, para saber como foi constituída a Fazenda Reunidas, verificou que os registros da aquisição de terras pela família Ribas acusam apenas a cifra de pouco mais de 10% do universo desapropriado.

O início da história do que veio a se constituir o *Assentamento Reunidas* pode ser compreendido considerando dois momentos e composições distintas. O primeiro refere-se ao grupo dos trabalhadores da própria região, que chegou à terra “via inscrição do governo”, selecionado pelo INCRA. Esse grupo tem uma longa história, que remonta ao tempo de Getúlio Vargas, respondendo aos efeitos do Estatuto do Trabalhador Rural, que levou à saída da roça e à ida para a cidade e, em 1986, à volta à terra, ou seja, o retorno à Fazenda Reunidas daqueles que de certa forma já possuíam um vínculo de trabalho rural. O movimento tem início em 1985 e resulta na desapropriação da fazenda, em 1986, de cerca de 17.000 hectares (D’ÁQUINO, 1995: 186). O segundo grupo, composto por 350 famílias provenientes de Campinas e organizado pelo MST, chega na área no dia 02 de novembro de 1987.

É importante ressaltar que, na região de Andradina, noroeste do estado de São Paulo, desde o início da década de 1980 já ocorriam organizações de trabalhadores rurais. Nesse período, a CPT, sediada em Andradina, atuava de forma efetiva na organização da luta pela terra, mantendo contato com o movimento dos sem-terra, principalmente os da região sul e de outras regiões do país. Portanto, cabe ressaltar que, em 1983, em Andradina, ocorre o Encontro dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, com a participação de 1.200 trabalhadores de 34 municípios⁶⁷, inclusive com a presença dos grupos de sem-terra de Sumaré, da região de Campinas. Nesse encontro começam as primeiras articulações tendo em vista a criação do MST na região, conforme já mencionado páginas atrás.

Desde 1985, havia grupos de trabalhadores rurais da Região de Lins⁶⁸ que já se articulavam, apoiados pelo Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), tendo em vista a ocupação da Fazenda Reunidas, ainda não desapropriada. Nesse mesmo ano, durante o processo de reformulação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e no interior de fortes discussões locais sobre as relações entre reforma agrária e democracia, emergiu a proposta de desapropriação da Fazenda Reunidas. Em 1986, a fazenda foi desapropriada pelo INCRA, que declarou sua improdutividade. A seguir, o próprio INCRA inicia a seleção de 990 famílias.

67 As cidades que se destacam na organização são: Andradina, Castilho, Palmeira D'Oeste, Itapura, Ilha Solteira e até Três Lagoas (MS).

68 Integram a Região de Lins: Promissão, Sabino, Ubarana, José Bonifácio, dentre outras.

Uma vez declarada oficialmente a desapropriação da Fazenda Reunidas, os trabalhadores rurais da região de Lins intensificam a sua organização tendo em vista a ocupação. Nesse momento, foi formado um *grupo local de apoio* a esses trabalhadores, reunindo todas as forças favoráveis à reforma agrária. O *grupo de apoio* foi formado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Promissão, por partidos políticos, pela CPT, pela Faculdade de Serviço Social de Lins e também pelo GLEP. Ainda em abril de 1986, numa assembléia com cerca de 140 trabalhadores, constituiu-se o Comitê Regional de Apoio à Reforma Agrária (CRARA) e organizou-se uma ocupação da Fazenda Reunidas (NORDER, 2004).

Durante esse período de preparação para a ocupação, os trabalhadores da região avaliavam que ainda não era o momento de enfrentamento, pois precisariam articular-se melhor; entretanto, um pequeno grupo não acata essa orientação e resolve acampar em frente à Fazenda Reunidas, em Promissão:

“Em novembro de 1986, contrariando as decisões dos trabalhadores da região, 10 famílias do município de Cardoso – SP, acamparam ao lado da terra desapropriada nas margens da BR-153. Logo após a formação do acampamento outras famílias se juntaram permanecendo acampados durante 9 meses em barracas de lona” (BORGES, 1997: 201).

Rapidamente novas famílias chegavam, engrossando o número de acampados que permaneceu durante nove meses naquele local. Os acampados permaneciam à beira da pista, aguardando a *imissão de posse*,

documento oficial que autoriza a desapropriação dos 18.028,10 hectares para a criação do assentamento.

Em agosto de 1987, um grupo de 44 famílias, com 180 pessoas (110 adultos e 70 crianças), ocupa uma área da fazenda, em frente ao acampamento. Essa ação de impacto veio atribuir um novo perfil à luta, em que o embate estaria sendo travado contra as intolerâncias e aos desmandos dos Ribas. A fúria da família Ribas, diante do acontecido, resultou no pedido de uma ação de despejo contra os ocupantes; entretanto, a família perdeu a ação. A *imissão de posse*, em favor do INCRA, foi decretada em 30 de outubro de 1987. Diante desse fato, formou-se novamente a comissão de seleção para iniciar o processo de cadastramento das famílias⁶⁹:

“Participaram do cadastramento três grupos diferenciados. O primeiro de 44 famílias, constituídos pelos acampados, que desde 1987 estavam ocupando a Fazenda Reunidas (...) O segundo grupo, composto por doze famílias, as quais estavam assentadas provisoriamente no Assentamento Emergencial Promissão I (...) O terceiro grupo, composto pelas famílias dos municípios vizinhos à área desapropriada, participou do cadastramento, através da seleção, isto é, o fator determinante foi a pontuação no cadastramento (...)” (NORDER, 2004: 93).

Cerca de 530 famílias de 16 municípios daquela região foram selecionadas pelo INCRA e aguardavam a tomada de posse do assentamento à beira da BR-153, no Km. 144. Apesar do reconhecimento pelo INCRA da improdutividade das terras, os ex-proprietários da fazenda continuavam

⁶⁹ A comissão de seleção era composta por representantes do INCRA, da Prefeitura e da Câmara Municipal de Promissão, sindicatos de trabalhadores e patronais (NORDER, 2004).

insistindo em não entregá-las. A família Ribas contratou jagunços que, munidos de armas e com o apoio da polícia local, ameaçavam os sem-terra que, resistentes, permaneciam no local aguardando a liberação oficial da área pelo INCRA:

“A primeira autorização de utilização da Fazenda foi concedida para os acampados do Grupo dos 44 em 24 de novembro de 1987. Eram 140 hectares para as 44 famílias, que assim puderam iniciar a produção de alimentos com o apoio financeiro da igreja católica” (NODER, 2004: 93).

Após cerca de quatro meses, as demais famílias começam a ser liberadas pela Comissão de Seleção para ocupar a fazenda, entretanto, ainda em áreas provisórias. A área desapropriada e destinada para assentar as centenas de pessoas continuava sendo ocupada por gado, pelo ex-proprietário e por arrendatários.

Nesse contexto de luta dos grupos que estavam pleiteando uma parcela daquelas terras, chega à Fazenda Reunidas, em 02 de novembro de 1987, o “Grupo de Campinas”. Eram 350 famílias de trabalhadores de 12 cidades da região de Campinas⁷⁰.

Como já mencionado anteriormente, a maioria das famílias do “Grupo de Campinas” que foram em busca das “Terras de Promissão”, estava movida por objetivos que ultrapassavam a mera conquista da terra; acalentavam o sonho de construir uma nova sociedade. Na luta pela

70 As cidades que integravam o grupo eram: Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Monte-Mor, Paulínia, Americana, Limeira, Rio Claro, Santa Gertrudes, Bauru e Rinópolis.

conquista da terra, colocam em prática as teorias e reflexões acumuladas no sindicato, no partido político e nas CEBs. Elas sabiam que o sonho estava apenas começando e muito teriam que lutar, pois conheciam as experiências e dificuldades dos grupos que as antecederam.

A princípio não foram bem aceitos pelos sem-terra cadastrados pelo INCRA, que demonstravam um certo temor, imaginando que a chegada de mais famílias poderia ameaçar, dificultar ou até impedir a distribuição de terras. A relação conflituosa foi de certa forma superada posteriormente, quando uma nova área da Fazenda Reunidas, não prevista para a reforma agrária, foi conquistada:

“A chegada do *Grupo de Campinas* não era prevista pelos acampados, que estavam em Promissão havia 48 meses, o que despertou desconfiança e rivalidade. Mesmo assim, ofereceram apoio logístico e alimentar às crianças diante da situação emergencial. Os dois grupos de acampados estavam ligados à CPT, à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores, mas provenientes de diferentes bases territoriais e distintas facções partidárias e sindicais” (NORDER, 2004: 91).

O grupo de Campinas iniciou o processo de organização do acampamento, seguindo as orientações do MST. Para garantir a sobrevivência, o grupo mantinha a sua organização, só que agora numa situação de enorme precariedade, o que significava um tipo de experiência no plano das carências e necessidades que não haviam experimentado sequer quando viviam na periferia da cidade de Campinas.

A formação de equipes de trabalho para o bom funcionamento do acampamento se estabeleceu rapidamente através de assembléias, em que as pessoas escolhiam o setor em que gostariam de atuar. A experiência de solidariedade estava na ordem do dia, pois a sobrevivência dependia da partilha do pouco de cada um.

É importante salientar que, como já mencionamos, nesse período a presença da Igreja no estado de São Paulo é muito forte. Poderíamos dizer que de certa forma mantinha uma relação estreita com o MST, que estava se constituindo nessa região, apesar de o movimento estar ganhando identidade própria em nível nacional. A expansão do movimento nas diferentes regiões do Brasil vai agregando as suas particularidades. No caso de Promissão, em estudo, é bom salientar que o setor progressista da Igreja Católica manteve-se intrinsecamente envolvido desde o início.

Lurdinha⁷¹ reporta o período de acampamento e relaciona uma lista de bispos que iam visitá-los, lotando ônibus de pessoas que levavam alimentos e roupas, resultado das campanhas que eram realizadas para garantir a sobrevivência do grupo ainda nos acampamentos:

“Vinham desde aqueles que moravam nas regiões mais próximas do estado de São Paulo até do nordeste e de outros países, além de comunidades inteiras de Campinas e região”.

71 Lurdinha é uma das lideranças do MST, do grupo de Campinas, assentada em Promissão. Atualmente faz parte da “Ampliada Nacional das CEBs” e da Direção Regional do MST.

Percebe-se essa presença da Igreja mais efetivamente através de ajuda financeira para garantir a produção já na área de assentamento, quando começa a funcionar a cooperativa, como veremos mais adiante.

Passados quase cinco meses no acampamento e cansados de aguardar o assentamento, que já passava do prazo, o “Grupo de Campinas”, em 20 de março de 1988, resolve realizar uma caminhada de Promissão a São Paulo para exigir do INCRA o assentamento:

“Bom, mas prá conseguir plantar nós tivemos que fazer uma caminhada que foi de Limeira a São Paulo. Interessante que nessa época nós estávamos num mais ou menos em torno de uns 05 hectares de terra só o acampamento, e já estava com uma ordem de despejo. E tinha que ser despejado da beira da pista, e ir prá onde? Sabe Deus! Aí nós pensamos, o que fazer? Aí tivemos a idéia na comissão de negociação junto com os coordenadores de fazer essa caminhada de Limeira a São Paulo, mas como ir, como? Precisava pelo menos umas 200 pessoas.”

Muitas foram as peripécias da viagem de Promissão a São José do Rio Preto, pegando carona em caminhão de gado e, depois, de forma criativa conseguir fazer uma viagem de trem de São José do Rio Preto a Limeira sem pagar a passagem:

“Chegando em Rio Preto nós organizamos na praça que nós ia de trem mas ninguém tinha dinheiro prá pegar trem. Aí vamos fazer assim: grupos na porta do trem, quando o trem parar você entra ou desce e quando vier o cobrador você diz que lá no vagão de trás tem alguém para pagar. E quando o cobrador chegava no vagão de traz, alguém dizia: Ah! procura no vagão da frente quem vai pagar tá lá e assim a gente foi enrolando o pessoal que ia cobrando. E, quando a gente viu a gente estava chegando em Limeira e o cara nem percebeu que tinha rolo ali. Ele percebeu que tinha um monte de gente e chegava num vagão mandava ir para o outro.

Aí ele viu que tinha rolo, que tinha algo de estranho e ele viu que estava chegando em Limeira. Quando o trem parou só viu gente descer e gente protegendo as mulheres que estavam com crianças para não descer rápido e não se machucar e nós descemos. E quando nós descemos todo mundo aí houve aquele rolo para ver quem ia pagar. Aí o pessoal da coordenação reuniu com o pessoal lá da ferroviária e disse: olha é um pessoal do sem-terra e nós não tem dinheiro para pagar e nós precisa fazer uma ação e vamos começar uma caminhada e explicou. Ele disse tudo bem vocês estão aqui mesmo não tem mais jeito mesmo, então boa viagem para vocês! A nossa primeira parada foi em Campinas, saímos de Limeira.”

Esse jeito de inventar formas de resolver os problemas sempre foi uma característica peculiar do grupo que, com garra, desejava garantir definitivamente a terra.

O grupo de caminhantes ia adentrando cidades, e sempre havia uma comunidade acolhedora, que oferecia comida e descanso. Celebrar e dançar o forró depois de um dia exaustivo jamais poderia faltar, porque tudo isso compunha os quesitos essenciais para o grupo tomar novo fôlego e continuar a caminhada. Campinas foi a parada mais significativa, porque o grupo tinha muitos amigos e parentes ali, e mantinha uma estreita relação com membros das CEB's, com o PT, com alguns sindicatos mais combativos e militantes dos movimentos populares da cidade, que sempre apoiaram a luta pela conquistas da terra.

Campinas era apenas uma passagem, o destino era a conquista das “Terras de Promissão”. Na partida, algumas pessoas da cidade alongaram ainda mais a fila daquelas mulheres, homens e crianças de pés inchados e

completaram o percurso, caminhando com eles, cerca de cem quilômetros, pela via Anhangüera, chegando finalmente em São Paulo:

“Após a caminhada de mais de duzentos quilômetros, permaneceram durante três dias na cidade de São Paulo, onde transcorreram intensos conflitos, incluindo a ocupação da sede do INCRA, mobilizações de cavalarias e arremessos de bombas de gás lacrimogêneo; exposições da tropa de choque da Polícia Militar e ameaças de prisões. Sitiados no interior do prédio, os acampados queimaram várias divisórias de madeira” (NORDER, 2004: 95).

Depois de todo esse “acolhimento” violento, o grupo foi recebido pelo governador Orestes Quércia, conforme relata uma das assentadas, que, em 2003, reporta aquele episódio, descrevendo:

“Quércia que era governador, recebeu nós com muito sacrifício, muita luta e depois de tantas horas de cadeira em frente dele lá, ele deu um documento prá nós que nos ia assentar até o final de 88 tirando aquela liminar de despejo. Então a gente poderia ficar aqui até o final do ano, nos seríamos assentados e não sabia se era aqui ou onde é que era, mas que no final do ano teria assentado. E passou 300 hectares emergencial prá nós aqui no assentamento, lá perto da barragem”⁷².

Assim, o resultado da viagem foi a conquista apenas parcial da terra. Enquanto o “Grupo de Campinas” conseguira os 300 hectares emergenciais, as famílias selecionadas pelo INCRA da região de Promissão não conseguiam ser assentadas por causa da forte resistência da família Ribas, que colocara capangas armados impedindo a entrada das famílias nos lotes.

72 Entrevista realizada com uma assentada do “Grupo de Campinas”, em fevereiro de 2003.

“Quebrando as porteiras” e conquistando a terra

Essa situação foi resolvida através de uma ação coletiva entre o “Grupo de Campinas”, o “Grupo das 44 famílias” e também de outras famílias selecionadas pelo INCRA, que resolvem entrar nas terras “quebrando as porteiras”. Esse episódio, que hoje é contado pelos assentados de forma hilariante, constitui-se na ação de enfrentamento dos “aparentemente fracos” e desarmados ao poder dos Ribas.

A estratégia adotada pelos grupos consistia em formar um único batalhão e, primeiramente, quebrar as porteiras que dariam acesso à área de 300 hectares do “Grupo de Campinas” no período da manhã, fazendo as instalações urgentes. O segundo momento, no período da tarde, constituía-se em outra ação conjunta, quebrando as porteiras e adentrando as terras destinadas para o assentamento dos demais grupos. Dessa forma, o resultado obtido foi um sucesso para todos, pois os grupos isoladamente não se sentiam em condições para tal enfrentamento. Esse episódio ocorreu em 29 de março de 1988.

A partir daí, o “Grupo de Campinas” começou a trabalhar na área e a plantar para a própria sobrevivência e também a comercializar sua produção na cidade de Promissão. A organização vai se aprimorando e, em setembro de 1988, o grupo funda a Associação dos Pequenos Produtores “Padre Josimo Tavares”⁷³.

73 Padre Josimo Tavares, em meados da década de 1980, foi assassinado em Imperatriz – MA. Dentre os nomes de santos indicados para a Associação, esse vence, apesar de não ser santo instituído e sim “santo” não-canonizado, mas

Com a ocupação dessa área emergencial, começa a ocorrer um certo temor por parte do grupo ligado ao INCRA, que se sentiu ameaçado em relação ao grupo dos sem-terra de Campinas:

“(...) Não exatamente entre eles, mas sim um conflito político, porque o pessoal que era de Promissão, políticos de Promissão, começaram a colocar na cabeça deles e também políticos das cidades vizinha que nós não podia ficar aqui porque nós era invasores, nós era de Campinas, que aqui era assentamento para o pessoal da região e não para nós e aí criou essa confusão entre nós trabalhador e trabalhadora. Tinha mais de 500 famílias porque junto com nós, com nossas famílias eram 640 famílias hoje assentadas, mas naquela época era em torno de 500 famílias selecionadas e sendo entregues os lotes para eles”⁷⁴.

A diminuição do número de pessoas do acampamento pode ser atribuída à morosidade em efetivar o assentamento, bem como ao desânimo dos sem-terra em persistir na luta. Das 350 famílias da região de Campinas que iniciaram a luta, permaneceram 120 famílias, que ocuparam os 300 hectares de forma emergencial.

Findo o ano de 1988, o governador não havia definido ainda o assentamento das famílias que estavam habitando e produzindo na área “emergencial”, conforme acordado com os sem-terra no início daquele ano. Em janeiro de 1989, uma comissão de negociação do grupo de Campinas, composta por nove pessoas, volta a São Paulo, no INCRA, para rever as negociações e para cobrar do governador a posse definitiva. Foram

legitimado pelo povo. Padre Josimo era considerado o mártir que deu a vida pela causa dos sem-terra. Esse nome permaneceu até a instituição da Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josimo Tavares – COPAJOTA.

74 Entrevista com Lurdinha, realizada em fevereiro de 2003.

recebidos em audiência pelo Secretário da Agricultura, e a resposta foi insatisfatória. A pressão feita pela comissão negociadora, ocupando a Secretaria, de nada valeu.

Depois de dezesseis dias, a Comissão retorna ao acampamento e expõe em assembléia o resultado insatisfatório das negociações. O que se verificava era, ao mesmo tempo, um certo retrocesso, considerando que o acordo firmado na última negociação, do início de 1988, fora desconsiderado pelo governador, e o processo de assentamento definitivo do grupo não teria qualquer continuidade.

A negociação continua com a intermediação da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, a CUT, os bispos da região de Bauru, Campinas e São Paulo. Entretanto, o grupo viu-se sem alternativa e, não esperando o resultado da negociação, toma a sua decisão de fazer a ocupação.

Ocupando as “Terras de Promissão”

A ocupação do “Grupo de Campinas” ocorre em uma outra área da Fazenda Reunidas, que não estava destinada para assentamento, segundo o projeto do INCRA. Os sem-terra tinham informações, através da organização do MST, de que possivelmente, se eles não ocupassem essa área, ela poderia ir para as mãos dos fazendeiros. Com o apoio do MST, da

CPT e das CEBs locais, o grupo resolve ocupá-la, conforme relembra uma das assentadas:

“E nós ocupamos aqui no dia 01 de maio de 1989, e interessante, quando a gente ocupou aqui não foi bem nesse lugar, foi lá na entrada onde tem uma estrada num lugar chamado Vila Dinísia⁷⁵. Antigamente Promissão era na Vila Dinísia. Nosso assentamento tem começo lá. Outro grupo entrou por lá, outro grupo entrou pelo meio da fazenda. (...) A fazenda aí é grande vai caber todo esse pessoal que está sendo selecionado pelo Incra e cabe nós também. Então nós vamos ocupar de novo.”

Na entrevista, Lurdinha afirma que no dia primeiro de maio ocorreu a ocupação. Em outros documentos, inclusive do próprio “Grupo de Campinas”, como *Memória do Laboratório Organizacional do Campo*, consta a data de 30 de abril do mesmo ano. Essa diferença de apenas um dia pode ser entendida não como um lapso de memória da assentada, mas uma referência ao dia especial de luta dos trabalhadores. Na história do MST, os dias escolhidos para as grandes ações geralmente expressam um acontecimento importante da organização, da luta e das conquistas das classes subalternas.

Quase quatorze anos depois, o episódio da ocupação foi resgatado por Lurdinha. Ainda com os olhos brilhantes, lembra a cena marcante no momento em que o grupo ocupa a terra:

75 Dinísia era uma vila que fora arrasada, destruída totalmente pela família Ribas para dar lugar aos bois. Maria Stella L. Borges resgata a história, que continua viva na memória daqueles que lá viveram ou tiveram lá seus antepassados. Em seu trabalho, busca reconstruir a identidade do grupo das “44” famílias que retornam à Fazenda Reunidas e recompõe, de certa forma, a identidade perdida através da conquista das terras.

“Interessante quando nós chegamos quem estava com a gente era o Pe. Pedro da CPT. E quando chegou de manhã cedinho, quando o sol tava começando a nascer, ele pediu que nós colocássemos um pano no chão aí ele colocou todas as coisas dele de padre e juntou todo mundo e a gente celebrou e fez que todo mundo abaixasse no chão e pegasse um punhado de terra e ele ia fazer o casamento nosso com a terra e ele fez. E foi um negócio muito interessante bem dentro daquilo que a gente tava esperando e ali naquele dia nós começamos a montar nossos barracos e foi”⁷⁶.

A forma como esse momento foi resgatado pode expressar um pouco daquilo que o movimento compreende por mística. A mística tornou-se uma questão polêmica entre os acadêmicos, que ainda têm dificuldades de precisar um conceito para definir a sua complexidade. Recorrendo a uma definição, dentre tantas outras, podemos dizer, conforme Bogo:

“A mística é uma palavra que tem origem na religião. Na política usam-se outros termos que querem dizer a mesma coisa. Ou seja, são as diferentes formas de motivação que buscamos para continuarmos lutando por uma causa justa, procurando ‘aproximar’ o futuro do momento presente” (BOGO, 1998: 15).

A experiência comum que uniu o grupo e dinamizou a conquista da terra estava simbolizada naquele gesto simples, mas que reflete toda uma história de luta que, para muitos, antecede ao próprio movimento, portanto, a mística não pode ser vista como um momento isolado.

Ainda sobre a questão da mística, recorro a Ferraro, que reconhece o papel interessante do MST, já que o movimento acolhe a todos, sejam ateus,

⁷⁶ Entrevista realizada em fevereiro de 2003.

evangélicos, espíritas, católicos e membros de outras religiões. Ou seja, a mística está extremamente articulada com a vida:

“O MST é um movimento laico, não confessional e, portanto, ele tenta juntar as místicas articuladas com a dinâmica da libertação de diferentes místicas. Mística por exemplo dos grandes heróis socialistas das revoluções, retomando os grandes personagens: Che Guevara, Martin Luther King, articulando-se com as lutas do Movimento Socialista Internacional, retomando figuras fantásticas do passado e articulando-se com aquilo que é cultura do povo. Então, a dinâmica da Bíblia, a dinâmica da espiritualidade popular, tudo isso está articulado em vista de uma forma de libertação. Isso é importante, sobretudo, no momento que todos devem estar articulados para a conquista da terra. Uma vez dada a conquista, a vida retoma ao seu cotidiano. As pessoas voltam a ser evangélicas, voltam para as CEBs, participam de uma outra religião, então, ali nós vamos ter que respeitar essas diferenças. Esse é um dos grandes desafios para o MST”⁷⁷.

Como trabalhar a questão da mística é um desafio para o movimento, principalmente quando um determinado assentamento já se constituiu há mais de quinze anos, como é o caso de Promissão, atingindo, hoje, a terceira geração de pessoas. Como fazer essa integração da mística do MST e das místicas articuladas hoje com as pessoas que retomam a sua espiritualidade no cotidiano?

A atitude ousada do “Grupo de Campinas” em permanecer na terra pode ser um indicativo da efetivação de fato do assentamento. Esse potencial de levar até as últimas conseqüências a ocupação não era visível no outro grupo, que tinha uma posição mais passiva, aguardando a “boa

vontade” do INCRA. Lançar-se nessa luta demonstra o amadurecimento do grupo, remetendo-se às experiências na organização dos movimentos sociais em que, para cada conquista, era necessário uma longa batalha.

A organização no assentamento ia se aprimorando. Se antes, no acampamento, os grupos de famílias que realizavam os trabalhos eram identificados por números, agora passam a sê-lo por letras, que se constituía em algo mais fácil e rápido para organizar as atividades e convocar assembléias. Além da letra, cada grupo escolhia um nome, que correspondia a santos de devoção e a lutadores e combatentes, como D. Oscar Romero, Pe. Ezequiel, S. José Operário, Margarida Maria Alves, Pe. Josimo Tavares. Nesta forma de organizar fica evidenciada a preocupação com o trabalho coletivo e a importância de cada grupo, cada qual com sua identidade.

A divisão da terra demonstrava o potencial de organização, criatividade e autonomia do grupo, que decide e elabora sua metodologia. É algo notório, também, que algumas lideranças já conheciam as experiências do sul do país, e isso propiciou a orientação ao grupo. Lurdinha continua descrevendo:

“Então foi muito interessante! (...). Compramos um rolo de arame liso e com foice fomos fazendo as picadas e esticando o arame e medindo e aí medimos os lotes. Medimos um eixo central que era uma estradinha que passava no meio da terra e a gente dividiu os lotes. E, depois, fizemos os sorteios nos grupos e aí cada grupo pegava uma área em tal lugar por sorteio. Foi muito interessante e todos sentiam beneficiados porque

ninguém estava passando ninguém para traz porque tava sendo sorteado”⁷⁸.

A determinação do grupo se revela na atitude de querer legitimar suas decisões num patamar que não dependia da morosidade dos órgãos governamentais. Depois de dividir as terras, o grupo chamou o INCRA e realizou uma reunião expondo as decisões, e também intimou o prefeito de Promissão para intervir junto ao governo estadual e federal. Enfim, realizou uma série de ações políticas que viessem a garantir o direito à terra e à infra-estrutura do assentamento.

O INCRA não admitia a divisão estabelecida pelo grupo de sem-terra de Campinas e argumentava que o módulo deveria ser de oito alqueires por família. Dessa forma não seria suficiente para atender as 120 famílias e, portanto, uma parte delas deveria ser retirada. Depois de longas negociações houve um acordo entre as partes, pois o grupo estabeleceu que a divisão poderia ser de sete ou sete e meio alqueires por família.

Resolvido o impasse, o passo seguinte era produzir e garantir a vida para todos. Ainda com ferramentas rudimentares, tiveram que trabalhar “nos braços”, como eles bem expressam. O trabalho era coletivo, inclusive com o plantio de uma bela horta comunitária, de leguminosas, feijão, milho, aquilo que era mais urgente para a sobrevivência.

A comercialização começou a ser realizada na cidade de Promissão, graças a um projeto da Igreja Católica da Bélgica, que doou um trator, e o grupo conseguiu adquirir uma carreta com o dinheiro resultante da venda

78 Entrevista realizada em fevereiro de 2003.

dos produtos. Com a carreta acoplada ao trator, os assentados conseguiam, mal ou bem, levar os produtos para a feira na cidade aos domingos.

Produzir, comercializar e administrar eram tarefas feitas com regras bem definidas, como explica a assentada, sobre como era dividido o dinheiro:

“ (...) levava, por exemplo, produtos de todos os grupos, depois passava para os grupos que depois repassava para as famílias. Por exemplo, o nosso grupo ‘B’ nós colocava no caixa comum para comprar mais semente, insumo para poder plantar mais”⁷⁹.

A experiência de cooperação no assentamento se processa de uma maneira criativa, e as regras parecem a princípio se estabelecer diante dos problemas que surgem, como no caso acima, em que há um “modo próprio” de adequar a economia à realidade do grupo. Nessa fase do assentamento, o grupo manifesta-se com uma certa “autonomia” na própria organização, ainda que haja interações e intervenções de grupos de apoio, como ONGS, igrejas e outras instituições.

Transcorridos seis meses da ocupação, em novembro de 1989, o INCRA pediu a reintegração de posse e o grupo sofre ameaça de despejo, conforme o relato elaborado pelo Grupo Coletivo “B”:

“Depois de várias negociações com o Superintendente do INCRA e seus assessores, na qual o INCRA pediu reintegração de posse da área, abrindo um processo na Justiça Federal com data para 15 de fevereiro de 1990. Durante esse período houve ameaça de despejo pelos órgãos competentes. Mas houve uma grande resistência de todos, apoio jurídico da CPT e da

⁷⁹ *Idem.*

Igreja local. Para nossa surpresa, no dia 15, meia hora antes da audiência, o INCRA retirou o processo, dando ganho de causa à Comunidade Pe. Josimo Tavares ('Grupo de Campinas'). Em consequência dessa vitória, conquistamos na Prefeitura, uma escola de primeira à quarta série"⁸⁰.

O "Grupo de Campinas" que, durante aproximadamente três meses, negociou com o INCRA, obteve, dessa vez, sucesso. Finalmente, a área, que a princípio não estava destinada à Reforma Agrária, tornou-se, pela luta e resistência do grupo, definitivamente o Assentamento Padre Josimo Tavares.

Da constituição inicial do "Grupo de Campinas, de 350 famílias, permaneceram na luta 135 que foram assentados, ficando assim constituídas:

"79 famílias permaneceram na Fazenda Reunidas, formando uma das agrovilas do Assentamento Reunidas⁸¹. Outras 24 famílias deslocaram-se para lotes sem ocupação efetiva nas outras dez Agrovilas⁸² criadas no assentamento e 32 foram transferidas para o Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara" (NORDER, 2004: 96).

Anteriormente um latifúndio improdutivo, findo o processo de assentamento na Fazenda Reunidas o grupo transforma a área, restituindo-

80 Matéria elaborada pelo Grupo Coletivo "B" – Comunidade Pe. Josimo Tavares. Texto contido na "Memória do Laboratório Organizacional do Campo", p. 06

81 Essa é a Agrovila de Campinas, denominada Comunidade Pe. Josimo Tavares.

82 Dados obtidos através da pesquisa de campo realizada em dezembro de 2004 confirmam as informações sobre a constituição do Assentamento da Fazenda Reunidas, ficando assim distribuídas as Agrovilas: **Agrovilas maiores:** *Grupo dos "44"* (Nossa Senhora das Dores); *José Bonifácio* (S. José); *Penápolis* (São Francisco de Assis); *Promissão* (Santa Luzia); *Central* (São Sebastião); *Prainha* (São Cristóvão). **Agrovilas menores:** *Comunidade Santo Antonio dos "17"*; *Comunidade São Bento e São Pedro* (cada uma está situada de um lado da pista,

lhe a sua função social e transformando-a em área produtiva. Agora há cerca de três mil pessoas para tirar dali o seu sustento e vida digna, como todos almejavam. As áreas do assentamento ficaram assim distribuídas, conforme a descrição de Norder:

“De um total de 17.138,26 hectares, 5.072 foram convertidos em área de reserva ambiental, como exige a legislação; e 12.066,24 hectares foram divididos em 629 lotes familiares, cada um com 19,3 hectares (com pequenas variações) e áreas de uso comunitário. Várias áreas de florestas foram derrubadas para abrigar o maior número de possível de famílias. O *Grupo de Campinas* preferiu ter acesso a lotes um pouco menor (18,1 hectares) para que alguns dos jovens solteiros pudessem também ser assentados. Após alguns anos, a população do assentamento chegava a pouco mais de três mil pessoas, uma média de aproximadamente cinco moradores por lote” (*id.*, *ib.*: p. 96).

As datas das conquistas, colocadas de forma linear, pontuando cada episódio, servem apenas para o entendimento seqüencial da organização para conquistar a terra . Entretanto, a luta sem tréguas daqueles e daquelas que se propuseram a enfrentar o desafio da conquista da terra deve ser entendido enquanto um processo que foi continuamente se constituindo, resultando numa identidade comum, ou seja, naquilo que podemos denominar como consciência social e consciência política, que foi sendo construído nos embates, fluxos e refluxos do cotidiano:

“A consciência social, quando politizada e organizada pode vir a ser consciência de classe, que surge ligada à própria experiência do trabalho e vida coletiva. (...) Compreendemos que a consciência de classe é

estão separadas geograficamente mas formam uma agrovila); *Comunidade Espírito Santo dos “12”*; *Comunidade dos Cintra – São Sebastião*.

construída na ligação estrutural da experiência do trabalho e vincula-se diretamente com as experiências políticas, sociais e educativas. Tal noção traduz-se nos interesses e capacidades dos trabalhadores assentados, na constituição de uma mentalidade própria a partir de uma ideologia política elaborada pelas lideranças, de uma compreensão especial dentro do trabalho coletivo geral, ou seja, em organizar-se e articular-se como um coletivo de trabalhadores não só no plano restrito produtivo, mas no seu cotidiano, nas relações entre eles, no plano da educação (como a constróem), da religião (como vivem), do enfrentamento dos problemas do dia-a-dia, das soluções encontradas, das suas experiências política, sindical e partidária” (VENDRAMINI, 2000: 26).

O “Grupo de Campinas”, desde o seu processo inicial, ainda na cidade e, depois, na inserção na luta pela terra até sua posse definitiva, criou as condições objetivas para a composição de uma identidade de grupo protagonista, no contexto da ocupação da Fazenda Reunidas. A nova forma de organização desse grupo, com a criação de uma cooperativa de maneira institucionalizada pelo MST, comporá um novo momento em que os conflitos, cisões e enfrentamentos ocorrerão na organização interna, refletindo-se no movimento enquanto um todo.

**CAPÍTULO 3 – A COPAJOTA – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA “PADRE JOSIMO TAVARES” – EXPERIÊNCIAS E CONFLITOS
SÓCIO-POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA FORMA DE ORGANIZAÇÃO E NA
PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO**

“As pessoas parecem iguais, mas no dia a dia elas vão se mostrando diferentes das outras, embora no geral pareçam iguais.”

Maria Inês⁸³

3.1. Introdução

O objetivo do presente capítulo é estabelecer a análise do “Grupo de Campinas”, considerando os conflitos permanentemente presentes nas relações sócio-políticas e econômicas que se estabeleceram sobre sua organização interna e as formas de produção para viabilizar o assentamento e criar raízes nas novas terras. A análise enfoca a concepção e implementação de cooperativas pelo MST, que, de certo modo, apresentaram um descompasso com a experiência histórica de organização dos trabalhadores em cooperação.

Portanto, procura-se aqui, a partir do “Grupo de Campinas”, sinalizar para conflitos, tensões e impasses que atravessaram sua trajetória, assim como suas apreciações posteriores a esses momentos. Certamente, dá-

83 Maria Inês e sua família são oriundas das CEBS, participaram de todo o processo de assentamento de Promissão através do grupo de Campinas. Entrevista realizada em março de 2003.

se destaque ao papel dos mediadores do MST⁸⁴ em estabelecer as diretrizes do movimento, e as diferentes expectativas dos assentados. Se, de um lado, os dirigentes do MST, enquanto movimento mais amplo de luta pela Reforma Agrária, sinalizavam para a expectativa de que esse assentamento se tornasse um “exemplo de viabilidade econômica e social”, conforme suas diretrizes, de outro, os assentados procuravam expressar seus desejos e anseios na organização do trabalho, da produção, da vida sócio-política do assentamento a partir de experiências anteriores, destacando-se aquelas referentes às formas de conduzir o processo de organização da produção do assentamento. Os conflitos se expressam, principalmente, através das falas dos assentados, conforme depoimentos feitos nas entrevistas durante a pesquisa de campo que realizei nos anos de 2003 e 2004. O pressuposto mais amplo é que estes conflitos se acirram a partir da reorganização do espaço produtivo no assentamento, com a instituição COPAJOTA.

O capítulo busca, também, focar as relações de poder que se constituem e se reproduzem no assentamento, bem como identificar os agentes sociais que nelas atuam. Portanto, o processo de reorganização do sistema produtivo e os conflitos ali gerados e acirrados, sobretudo no que toca à consolidação da COPAJOTA, enquanto projeto de viabilidade econômica e política do MST, se apóia em alguns autores que também se debruçaram sobre os entraves e desafios da estruturação de cooperativas em

84 Os mediadores aqui são considerados os portadores das diretrizes do MST para implementar o sistema cooperativista, garantindo a sustentação do movimento.

assentamentos rurais⁸⁵. O capítulo analisa, ainda, a ruptura de uma parcela da liderança, após dois anos de sua constituição, nos quadros dos militantes do MST e, também, busca elementos que apontem as prováveis razões do colapso da cooperativa em 1997. É necessário, portanto, em um primeiro momento, apreender a estrutura organizacional do sistema cooperativista adotado pelo MST para “cercar” o ponto nevrálgico que desencadeou os conflitos junto ao “Grupo de Campinas”.

3.2. Um breve histórico sobre a organização das cooperativas pelo MST

Diante do avanço da conquista da terra e da fixação nos assentamentos, o desafio enfrentado pelo MST foi como produzir com mais eficiência. No início da década de 1980, quando os primeiros assentamentos foram implantados, a produção era organizada de forma bastante precária. Os pequenos grupos, entre 10 e 30 famílias, se reuniam para trabalhar em sistema coletivo e semi-coletivo, utilizando máquinas e outros implementos agrícolas, visando à formação de hortas e produção de grãos (feijão, arroz, milho) para consumo interno e a construções comunitárias. Cabe ressaltar que, nessa fase, receberam ajuda e apoio de entidades como a Igreja, o Estado e outras que, através de apoio técnico e financeiro, de certa forma garantiam a permanência dos assentados na terra:

85 A busca da compreensão dos mecanismos associativos e seus desafios encontrou, na dissertação de mestrado de ZIMMERMANN (1994), elementos importantes para entender polarizações e embates advindos da adoção de formas cooperativas em um assentamento do MST.

“Houve um grande estímulo pelos órgãos governamentais de extensão rural, especialmente a EMATER, de construir associações dos pequenos agricultores. O período de 1985 à 1989 durante a ‘Nova República’, foi responsável pela multiplicação de associações também nos assentamentos”⁸⁶.

Preocupados com a questão do associativismo, que apresentava limites políticos e legais às necessidades dos assentamentos, o MST realizou longos debates para discutir a organização econômica nos assentamentos, culminando, em 1989-90, com a necessidade de se criar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Dois eixos centrais constituíram os estudos sobre cooperativismo. O primeiro, de caráter mais teórico, buscava resgatar o pensamento clássico do associativismo e as questões da legislação cooperativista. O segundo eixo esteve voltado ao conhecimento das experiências de vários países que implantaram cooperativas a partir das perspectivas das classes subalternas. Nessa direção, torna-se importante destacar os estudos recentes de Branford & Rocha. Ao se referirem ao modelo de cooperativismo adotado pelo MST, as autoras indicam uma certa “absorção” do “modelo cubano de produção coletiva e de grandes unidades agroindustriais”, inspirado por militantes entusiastas ao retornarem daquele país socialista (BRANFORD & ROCHA, 2004: 132).

A decisão da direção do MST de constituir as cooperativas de produção agropecuária, bem como os núcleos de base, se insere na

⁸⁶ *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 08, p. 06.

conjuntura política-econômica nacional que foi se configurando a partir da entrada de Fernando Collor, como presidente, nas eleições de 1989.

“O Plano Nacional do MST de 1989 à 1993, orientava e estimulava novos tipos de cooperação agrícola, contribuindo para a resistência e o avanço econômico, político, técnico e ideológico dos pequenos agricultores”⁸⁷.

Sem qualquer possibilidade de contar com o apoio do novo governo, o MST resolve criar seus próprios recursos, tomando como referência a estratégia de *economia de guerra*, conforme o modelo cubano de cooperação. Continuando a reflexão, as autoras citadas afirmam:

“O movimento começou a pensar nos assentamentos como *áreas liberadas*, que se encontravam sob ameaça do mundo exterior, e tratou de construir uma forte estrutura interna, capaz de resistir política e economicamente” (BRANFORD & ROCHA, 2004: 133)⁸⁸.

O sistema cooperativista se impôs como resposta a essas questões e aos poucos foi sendo implantado e amadurecido, avançando para uma forma cada vez mais requintada de organização, que acabou por seguir dois rumos distintos: o dos pequenos grupos e associações coletivas direcionadas à produção, e as grandes associações direcionadas para a prestação de serviços.

Após uma década, em 2003, o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA – possuía 81 cooperativas nos diversos estados do Brasil e se estruturou em três níveis. Em primeiro nível, aparecem as Cooperativas

⁸⁷ CONCRAB, “A evolução da concepção de Cooperação Agrícola do MST”, in *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 5, p. 7.

de Produção Agropecuária – CPAs –, Cooperativas de Prestação de Serviços – CPS – e as Cooperativas de Crédito. Para além dessas, cabe ressaltar que multiplicaram-se as associações, grupos semi-coletivos e grupos coletivos. Em segundo nível, essas cooperativas se articularam a uma Central de Cooperativas de Assentados – CCA –; hoje podem ser encontradas centrais em nove estados brasileiros. No terceiro nível, o mais amplo, tem-se a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB⁸⁹.

O avanço na forma de organização da produção se evidencia no âmbito da Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços – CPPS –, pois é aí que se inicia a produção de um ou mais produtos. Trata-se, pois, de uma forma de transição entre a CPS e a CPA.

Outra forma inédita no MST é a COOPERAL, fundada em 1992, no Rio Grande do Sul, que se impôs como meio de organização para os agricultores assentados desenvolverem sua produção e criarem alternativas para a pequena propriedade rural. Desde o início até hoje, os assentados daquele estado já conquistaram 18.000 ha, atingindo 700 famílias. Certamente, a conquista maior se encontra no lançamento das sementes agroecológicas BIONATUR, produzidas de forma totalmente sustentável.

Segundo a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB:

88 CONCRAB, “Sistema cooperativista dos assentados”, in *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 5, p. 32.

89 Ver também *site*: www.mst.org.br (CONCRAB) e BRANFORD & ROCHA (2004).

“A luta pela terra é por si só uma experiência de cooperação. No sentido de que os sem-terra tiveram que se juntar e se organizar para lutar pelo seu pedaço de terra. Mas a cooperação agrícola propriamente dita começa quando são conquistadas as primeiras áreas vindo com estas o desafio de viabilizar a produção”⁹⁰.

As cooperativas implantadas pelo MST são, portanto, de cunho político e econômico, buscando estruturar os assentamentos que se propõem a ir além da tarefa da mera sobrevivência. Para tanto, assumem, freqüentemente, o caráter de empresa:

“Caráter político por atuar na organização política dos assentamentos, na conscientização e politização de base, levar à mobilização social e a articular lutas econômicas e políticas, bem como contribuir com o Setor de ‘Frente de Massa’. Caráter de empresa econômica por visar à organização da produção, à resistência dos assentados no campo, o crescimento econômico e o desenvolvimento ou melhoria da qualidade de vida dos assentados. E, uma empresa econômica não pode ser dirigida com a mesma lógica de uma organização de massa. Mas, ela tem que buscar a eficiência econômica, sem atrapalhar o político”⁹¹.

Sobre este tema o MST, em seus documentos, adverte e orienta para uma profunda contradição entre o caráter político e o econômico da cooperativa. Na tensão entre a luta política e a empresa econômica, como não sacrificar a eficiência econômica ao ativismo político? Essa questão será muito importante quando forem abordados os dados do assentamento de Promissão.

90 CONCRAB, “Sistema cooperativista dos assentados”, in *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 5, p. 32.

91 CONCRAB, “A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)”, in *Cadernos de Cooperação Agrícola*, nº 8, p. 11-12.

Uma das estratégias apontadas pelo MST consiste em “servir à sociedade e não só explorá-la”⁹², criando, assim, uma concepção alternativa àquela do mercado capitalista. Na origem da formação das cooperativas, os fundamentos político-ideológicos postulados pelo MST baseiam-se nos ideais socialistas, implementando uma nova lógica de produção, ainda que inserida no sistema capitalista, hoje comandado pela ideologia neoliberal.

Considerando que a Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares” – COPAJOTA –, nosso objeto de estudo, se inseriu posteriormente na estrutura do sistema cooperativista do MST, se faz necessário esboçar em linhas gerais a estrutura de funcionamento das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) do movimento, pois serviram de modelo para a formação da COPAJOTA. Transcrevemos na íntegra os dados obtidos no *site* do MST⁹³, com o propósito de auxiliar no estabelecimento de um possível paralelo entre as diretrizes do MST e as da COPAJOTA. Segue-se o quadro abaixo:

“**Uma CPA** – Cooperativa de Produção Agropecuária não se diferencia muito de um grupo coletivo ou de uma associação coletiva. O que difere é a personalidade jurídica porque ao ser registrada como uma empresa cooperativista será regida pela legislação cooperativista brasileira.

Terra: Permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Em quase todas as CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que a passa para o

92 *Id.*, p.17.

93 www.mst.org.br – CONCRAB – MST.

controle da cooperativa. Mas pode haver titulação da Terra em nome da CPA.

Capital: Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se tornam investimentos considerados pela legislação fundos indivisíveis (fundo reserva/FATES). Neste caso, tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em casos de dissolução ou desistência.

Trabalho: A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão técnica do trabalho, que são determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados – trabalhadores. O trabalho é controlado por hora trabalhada e a sua remuneração depende da produção global produzido pela cooperativa.

Planejamento da produção: Na CPA, os planos de produção (a curto, médio e longo prazo) são centralizados no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, define-se as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas.

Moradia: A CPA, normalmente, organiza-se em agrovilas. O esquema de moradia se diferencia apenas no tamanho do lote para a construção das casas.

Aspectos legais: As cooperativas têm que ser legalizadas obrigatoriamente, inclusive com registro na Junta Comercial (e não no cartório como as associações).”

Tomando como referência os aspectos legais do sistema cooperativista do MST, percebe-se uma contradição básica entre obedecer à legislação brasileira de cooperativas, bastante restrita, e os ideais de luta e transformação da sociedade. As imposições legais para liberação de crédito financeiro às cooperativas em geral, obedecem aos critérios que

freqüentemente atuam mais como entraves para as cooperativas do movimento do que como possibilidades para o seu avanço no sistema produtivo.

A análise desse documento permite inferir que o ideal da institucionalidade das CPAs não se restringiu às questões estritamente econômicas. Por outro lado, os dados relativos à cooperativa do assentamento de Promissão, coletados durante a pesquisa de campo e documental e consultas às fontes bibliográficas, permitem levantar a hipótese de que o ideal primordial, fundado nos valores socialistas, acaba convivendo de forma conflituosa com os objetivos econômicos da cooperativa. Assim, serão descritos a seguir elementos do conflito que parecem estar relacionados à dificuldade em articular dentro de uma mesma instituição – a cooperativa – os aspectos econômicos e os ideológicos.

3.3. O processo de formação da COPAJOTA

O “Grupo de Campinas” começou a sua reestruturação a partir da conquista e da posse definitiva da terra. Diante dessa garantia, o grupo iniciou um processo de avaliação de sua forma de organização, tendo em vista a melhor estruturação da produção, buscando sustentação jurídica da terra, pois, até então, estavam organizados na Associação de Pequenos Agricultores⁹⁴.

94 Na Associação, a produção se dava pelo conjunto das “105 famílias do Grupo de Campinas que formavam, em 1990, a Associação de Máquinas “Pe. Josimo Tavares”. Cada família produzia em

O avanço na conscientização de que o passo seguinte à conquista definitiva da terra deveria ser produzir não só para o consumo, mas buscando sistemas mais eficientes através de formas coletivas de trabalho, avançando economicamente e, concomitantemente, dando um salto qualitativo na concepção das formas organizativas no interior do movimento, motivou o grupo a pensar a possibilidade de organizar uma cooperativa.

A proposta de cooperativa preconizada pelo MST pretende transformar os cooperados em força econômica e política, como aponta Zimmermann:

“A Cooperação Agrícola é concebida como um processo de associação de trabalho e/ou capital na organização da produção, para fazer frente aos diferentes mecanismos de exploração, via circuito mercantil e bancário. Cumprindo os papéis de instrumentos de luta econômica e política, a Cooperação Agrícola objetiva possibilitar um rico aprendizado, através dos enfrentamentos do cotidiano, e conferir uma expressão unitária às famílias assentadas” (ZIMMERMANN, 1994: 207).

A Agrovila de Campinas, antes de organizar-se em cooperativa, já diferenciava-se das demais pelo seu modo mais organizado de produzir, resultando numa melhor colheita, como relata Maria Inês:

“Porque os trabalhos eram mais organizados e produziam mais, (...) A gente comia muito bem, tinha uma fartura muito grande de verduras, de legumes (...). Aí depois começou essas idéias de cooperativa porque tinha uma preocupação (...) porque nós estávamos vivendo o socialismo mas o capitalismo não reconhece o socialismo. Como iam ficar esses bens que

seu próprio lote com máquinas e implementos coletivos doados sobretudo por organizações católicas” (BERGAMASCO, 2003: 143).

iam adquirindo? Porque, aliás eram necessários para a produção e até mesmo alguns bens de questão familiar. Aí pensamos em uma cooperativa e aí a gente achava que a cooperativa ia resolver essa questão dos bens que ficavam em nome de uma organização. Aí ficou um ano trabalhando coletivo e fazendo laboratório e para fundar a cooperativa. No fim daquela safra aí fundou a cooperativa, foi seis meses, porque até plantar e colher foi seis meses, foi em fevereiro que fundou a cooperativa, foi exatamente no fim dessa safra”⁹⁵.

O relato de Maria Inês traz algumas questões relacionadas à novidade da cooperativa enquanto abertura de novas possibilidades para enfrentar as dificuldades que estavam surgindo no assentamento. Uma das preocupações inicialmente está voltada aos “bens”. Como administrá-los, considerando os princípios socialistas numa situação de globalização do sistema capitalista? Vendramini aponta para essa questão da cooperativa enquanto meio para criar novas formas de organização, indo além das questões econômicas:

“É instigante investigar o que a cooperativa possibilita em termos de organização e formação dos trabalhadores. Ou seja, como o trabalho cooperado e coletivo, que se materializa nos assentamentos na forma de cooperativas, pode ser a base para a mudança e a criatividade. Que formação é demandada nesse processo. O que de novo os trabalhadores podem aprender nessa experiência de vida e de trabalho” (VENDRAMINI, 2002: 72).

As questões pertinentes, expostas por Maria Inês e pensadas por Vendramini, imbricam no anseio por parte do grupo que assumiu a luta pela

95 Entrevista realizada com Maria Inês em março de 2003.

conquista da terra de descobrir novos caminhos que possibilitem construir uma experiência de cooperação.

3.4. O Laboratório Organizacional do Campo

As experiências de cooperativas do sul que trabalhavam de forma coletiva, principalmente as de Santa Catarina, conhecidas por alguns dos assentados, motivou o “Grupo de Campinas” a buscar informações sobre seu funcionamento:

“Nós achamos que só o trabalho de grupo coletivo não dá prá nós sustentação jurídica. Nós tinha a Associação dos Pequenos Produtores mas era muito pouco diante da experiência que já tinha no sul, em Santa Catarina. Cooperativas que trabalhavam coletivas e que tinham um avanço muito grande. Daí nós pegamos um companheiro daqui, o João Pereira, e ele foi para uma dessas cooperativas do sul, ficou oito dias nessa cooperativa, buscando experiência e trouxe para cá dizendo, *olha funciona assim, assim*. Mas prá isso nós tem que ter um processo organizativo. Foi assim que nós organizamos o Laboratório Organizacional do Campo”⁹⁶.

A partir desse intercâmbio, a coordenação de formação do MST empreendeu o Laboratório Organizacional do Campo no Assentamento de Promissão. O laboratório teve início no dia 20 de janeiro de 1992, e seu encerramento ocorreu no dia 23 de fevereiro do mesmo ano, quando foi instituída solenemente a Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares” – COPAJOTA.

⁹⁶ Entrevista com Lurdinha, realizada em fevereiro de 2003.

A importância e a expectativa quanto a esse laboratório ficaram expressas na solenidade de abertura, com a presença de autoridades e pessoas representativas das organizações dos movimentos sociais e entidades de classe⁹⁷.

O Laboratório desencadeou um processo de discussão sobre uma nova forma produtiva, que veio a reestruturar o assentamento, ocasionando mudanças na sua forma de trabalhar, organizar e pensar o movimento; portanto, a intenção, após esse período de formação, era transformar a Associação de Máquinas “Pe. Josimo Tavares”, como já mencionado, em Cooperativa de Produção Agropecuária.

Durante o laboratório foram ministrados onze cursos: Administração Agrícola, Pecuária Leiteira, Produção de Algodão, Fruticultura, Creche Alternativa, Manutenção/Operação de Máquinas, Contabilidade, Amendoim e Feijão e Agricultura Alternativa. Cada pessoa poderia escolher o curso que julgasse mais adequado à sua experiência, compondo dessa forma as turmas, que não tinham quantidade definida de participantes; exceto dois cursos fundamentais que eram obrigatórios a todos, o de Teoria da

97 "Ato de Abertura".

No ato de abertura do Laboratório Organizacional do Campo, no dia 20 de janeiro de 1992, estiveram presentes 180 pessoas, entre, representantes do poder executivo de Penápolis e Promissão, da CPT, da direção nacional do MST, Antoninho Matos e do Trampolim, assalariado rural e secretário geral da CUT-SP. Marcou presença também, o telegrama de Luiza Erondina, Prefeita de São Paulo e do Deputado Estadual Jamil Murad (PC do B), recebemos uma linda carta. Além disso estiveram presentes, representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Promissão e Penápolis, do Sindicato da Construção Civil e dos Químicos de São Paulo.

Os lemas de Ocupar, Resistir, Produzir compuseram, junto com hinos aquilo que o MST chama de mística que abre seus encontros e momentos marcantes.

Organização e o de Cooperativismo, que, sem dúvida, significavam a própria filosofia do novo modo de produzir e organizar-se no assentamento preconizada pelo MST.

Os assessores, também identificados como instrutores, eram provenientes do Departamento de Assentamento Fundiário (DAF), instituição governamental, e do próprio MST, através do SCA. O curso contou também com a contribuição de Ana Dias, militante dos movimentos sociais de São Paulo, com uma vasta experiência na organização de grupos de mulheres e creches alternativas.

A metodologia do Laboratório, como o próprio nome indica, consistia em um estudo experimental, em que os laboratoristas com a intervenção dos instrutores iam produzindo conhecimento. Isso é notório quando analisamos o *Plano de trabalho* elaborado semanalmente por todos os participantes, definindo quatro setores: *Atividades*, *Cronograma*, *Responsável* e *Controlador*. A partir desse plano, o trabalho era executado e, posteriormente, avaliado em *Assembléia Geral Ordinária*, com edital de convocação incluindo uma pauta previamente estabelecida, constando geralmente de quatro temas: *Prestação de contas*, *Aprovação do informe e balanço crítico (IBC)*, *Aprovação do Plano de Trabalho (PT)* e o *Hino do MST*.

Essa nova estrutura, assumida pelos laboratoristas, constituiu-se em uma empresa auto-gerida, sustentada pelo sistema de trabalho coletivo.

Tomamos como referência um trecho do texto de apresentação do Laboratório Organizacional do Campo, elaborado pelos próprios participantes do curso:

“Para criar uma empresa é necessário romper com as formas artesanais de produção (...). E, ao mesmo tempo, capacitar os assentados para um novo processo produtivo, para proporcionar o surgimento da *consciência organizativa empresarial*. É necessário investir na capacitação massiva. O MST do Estado de São Paulo, decide utilizar o *Método do Laboratório Organizacional do Campo*, como ferramenta para auxiliar na capacitação massiva, na formação da consciência organizativa, iniciar a especialização da mão de obra e criar Cooperativas de Produção Agropecuária”⁹⁸.

As questões centrais das discussões sobre a necessidade da formação da cooperativa residiam na forma de produção, que envolvia a produção agrícola e a pecuária, bem como a divisão social do trabalho e a necessidade de especialização em uma determinada produção. Ainda que as cooperativas sejam experiências de cooperação construídas no interior dos assentamentos do MST, é o mercado que define o que e como plantar e para quem vender os produtos.

Benê⁹⁹ foi o primeiro presidente da COPAJOTA. Na entrevista realizada, ele avança em sua reflexão, indo além da questão da

98 “Memória do Laboratório Organizacional do Campo”, 1992: s/n.

99 José Martins, conhecido como Benê, proveniente do grupo de Campinas, ex-metalúrgico, ingressou no MST juntamente com sua esposa e dois filhos de 2 e 5 anos, aproximadamente. Participava das CEBs e tinha grande atuação na organização do Assentamento. Rompeu com a COPAJOTA após dois anos de atuação. Em março de 2003, quando realizei minha pesquisa de campo, era presidente da COAP – Cooperativa dos Assentados de Promissão, independente do MST. (Ver, também, BERGAMASCO & NORDER, 2003: 154).

produtividade, e esbarra na questão nevrálgica, qual seja, a relação com o mercado. Ao reportar sobre a época que antecedeu à cooperativa, chama a atenção para a necessidade de “afinar com o mercado”, caso contrário, poderá ser “engolido” por ele, pois antes da formação da cooperativa a produção era feita conforme a experiência e conhecimento de cada um:

“A maioria do assentamento hoje, ele cisma que vai plantar feijão, ele não tem curso de produção para ver se é viável ou não, ele não discute nenhuma pesquisa de mercado para saber se Irecê vai produzir feijão ou não. 70% de feijão que consome no estado de São Paulo vem de Irecê. Quando o feijão chegou a 120 real a saca, aqui Irecê perdeu tudo. Só que o pessoal não tinha informação nenhuma, não tem acompanhamento, nem conhecimento. Aí o que acontece quando chegou a 120 real todo mundo ficou doido para plantar feijão, quando chegou na hora de vender, venderam a 18 real o saco, tava a 120. Mas era acompanhar Irecê e a questão climática. Irecê vai ter uma grande produção? Vai? Então não planta. Irecê vai perder feijão? Aí planta porque aí você ganha dinheiro e o pessoal não sabe fazer custo de produção. E nós tivemos aí inclusive não conseguimos terminar o curso de tanto a gente cobrar a UNESP entrou com um curso de formações aqui e só não terminou porque o INCRA cortou a verba (...)”.¹⁰⁰

Uma das primeiras ações para divulgar essa experiência inédita do laboratório, foi a criação de um jornal da COPAJOTA, elaborado por uma equipe da própria cooperativa, que circulava internamente e também em outras agrovilas, na cidade de Promissão e nos diversos espaços de organização de trabalhadores da região. O primeiro exemplar foi editado durante o período do Laboratório, no dia 27 de janeiro de 1992, com o nome: *Folha do Campo: Jornal da CPA do Assentamento Pe. Josimo*, com

as seguintes manchetes: “Ato de Abertura do Laboratório” e “Surge uma Nova Empresa”. As publicações passaram a ser mensais, na época com o preço de CR\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), contendo, além de informações gerais do assentamento, convocações de assembléias, entrevistas e explicações sobre o funcionamento da CPA, bem como poesias feitas por homens e mulheres assentadas; além disso, as notícias nacionais mais relevantes de jornais oficiais eram recortadas e inseridas na publicação.

Das 40 famílias que participaram do Laboratório, num total de 109 pessoas¹⁰¹, permaneceram 35 famílias¹⁰², que constituíram a Cooperativa da Produção Agropecuária “Pe. Josimo Tavares” – a COPAJOTA. Foi no Assentamento de Promissão que ocorreu a primeira experiência de cooperativa no estado de São Paulo após os quatro primeiros anos de permanência do grupo na área.

Em decorrência do Laboratório Organizacional do Campo, foi fundada a COPAJOTA, que se constituía de uma estrutura organizacional composta de uma diretoria geral, com cinco membros (presidente, vice-presidente, secretária geral, tesoureiro e vice-tesoureiro) e formada por uma coordenação com sete setores de trabalho dos cooperados (agricultura, horticultura, pecuária, cozinha, máquinas, creche, infra-estrutura). Além

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Benê, em março de 2003.

¹⁰¹ Dados obtidos na apostila “Memória Organizacional do Campo” – Promissão – SP, COPAJOTA, p. 21.

¹⁰² Logo em seguida, conforme relata uma das assentadas, houve mais uma desistência. O grupo passou a constituir-se de fato de 34 famílias, diferenciando-se, levemente, dos dados de BERGAMASCO & NORDER (2003), que registram 35 famílias. Nesta dissertação serão considerados os dados comprovados em minha pesquisa, 34 famílias.

desses setores, foram criados, posteriormente, o setor de secretaria, que se tornou uma necessidade para garantir e estruturar a parte administrativa e jurídica, e o setor de finanças, contabilidade e apoio. O gerenciamento da cooperativa se processou de forma colegiada, possibilitando a participação orgânica de todos os cooperados, definindo e decidindo sobre o processo de produção. Essa estrutura consolidou-se durante o período do Laboratório, em 21 de fevereiro de 1992¹⁰³.

Os discursos pronunciados no encerramento do Laboratório expressaram a firme convicção dos participantes no sucesso do novo empreendimento. A partir de então, a produção agrícola artesanal dava lugar a uma nova estrutura empresarial:

“Neste período conseguimos consolidar uma estrutura orgânica que vai garantir um melhor controle das atividades, do patrimônio da empresa, da utilização da mão-de-obra racional, maior disciplina e em fase final de elaboração de um planejamento global de produção e desenvolvimento na empresa. Para encerrar quero dizer que nós temos consciência de que o sucesso econômico de nossa empresa, depende de nossa capacidade de colocar em prática tudo aquilo que aqui mencionei, e também os fatores externos como a política que o governo vai adotar em relação às cooperativas, da agricultura em geral e do apoio que teremos das organizações públicas e sociais”¹⁰⁴.

103 Os dados foram obtidos através de entrevistas e da apostila "Memória Organizacional do Campo" - COPAJOTA - Promissão - SP, p. 44.

104 Discurso de José Martins (Benê), que a partir de 21 de fevereiro de 1992, em Assembléia, foi escolhido e nomeado presidente da COPAJOTA. Seu discurso, como de praxe, foi elaborado em equipe, buscando contemplar ao máximo o pensamento do grupo representado.

Aqueles que optaram pela cooperativa expressavam com entusiasmo o desejo de construir algo novo e assumir de forma criativa esse empreendimento, que dependia da contribuição de cada um.

Nessa direção, cabe frisar que, para o “Grupo de Campinas”, aderir ao sistema cooperativista coletivo significou, naquele momento, a possibilidade de superar uma das maiores dificuldades no processo de comercialização, qual seja, o de colocar o produto no mercado sem o atravessador e competir com os produtos importados. Os assentados criticam a falta de uma política governamental de incentivo à produção agrícola para os pequenos e médios produtores, especialmente os assentados. No entanto, o apoio recebido, inicialmente, de ONGs internacionais tornava o projeto da produção em cooperação viável, possibilitando um grande avanço na produção a despeito do descaso do governo em relação aos investimentos em políticas agrárias.

Tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de estabelecer estratégias que viriam a garantir a produção-comercialização com mais segurança. O estatuto jurídico consolidado daria, de fato, acesso ao crédito e à comercialização e, conseqüentemente, geraria o aumento da produção. A instituição de uma cooperativa seria a resposta, naquele momento, para enfrentar os desafios da política neoliberal.

O caráter desse acontecimento inédito veio a significar, no contexto do MST, um avanço da organização. A implementação desse novo modelo de produção “precisava”, de certa forma, “dar certo”, porque em seu bojo emergia um novo modelo político de fazer reforma agrária no país:

“A realização do Laboratório Organizacional de Campo aqui nesta comunidade representou um avanço político e econômico, para aumentar a produtividade agrícola e demonstrar mais uma vez a viabilidade da Reforma Agrária. Assim temos o compromisso histórico de garantir que o desenvolvimento da cooperação agrícola não represente apenas avanços econômicos, mas seja um avanço na nossa consciência de classe que se traduz na integração dos assentados nas lutas do MST e da classe trabalhadora”¹⁰⁵.

A expectativa do MST na organização da COPAJOTA, expressa no discurso do diretor do Laboratório, cristalizava-se na idéia de disseminação do sistema cooperativista no interior das massas rurais de pequenos agricultores para dar sustentabilidade à permanência dos mesmos no campo, bem como elevar a renda familiar e proporcionar melhor qualidade de vida nos assentamentos. E, conseqüentemente, a produção em larga escala teria condições de ser comercializada na cidade. A idéia primordial, nessa forma de produção, consistia em garantir alimentos para atender às necessidades das pessoas que vivem no campo e na cidade, oferecendo produtos com preços mais acessíveis aos trabalhadores de baixa renda:

“Ao Sistema Cooperativista Agropecuário Nacional cabe continuar o seu trabalho de capacitação massiva, através do método de Laboratório Organizacional e outras experiências, para melhorar a organização da produção e do trabalho nos assentamentos e estruturar o SCA em nível de Estado, para que os assentamentos entrem na produção de escala e venham a atingir a agroindústria”¹⁰⁶.

105 Estevo Pinto – Dirigente Estadual do MST do estado de São Paulo –; trecho de seu discurso pronunciado em 23 de fevereiro de 1992.

106 Emanuel Nobre Araújo – Direção do MST, Diretor do Laboratório Organizacional do Campo – SCA.

É necessário ressaltar que o desafio da fixação dos assentados no campo requer investimentos em recursos humanos, financeiros e tecnológicos para desenvolver uma empresa capaz de enfrentar o capitalismo orientado pela lógica neoliberal. Durante o período em que ocorreu o Laboratório, houve apoio financeiro de vários setores, desde uma pequena comunidade na periferia de Campinas, de pessoas físicas, da Pastoral Rural de Campinas e dos grandes sindicatos de São Paulo e Campinas, da Prefeitura de Promissão, do DAF (Departamento de Assentamento Fundiário), entre outros. Foram também contraídos empréstimos de pessoas físicas e jurídicas. No momento inicial, esse apoio financeiro era imprescindível, sem o qual a cooperativa sequer daria os seus primeiros passos¹⁰⁷.

A partir da institucionalização da cooperativa, os desafios de financiamento para os novos projetos emergem com maior preponderância e podem ser resumidos numa questão: como gerir uma nova empresa, com autonomia, e até que ponto os financiamentos dos programas governamentais dariam conta de sustentar esse projeto, que não estava contemplado no programa de governo na época?

107 Balanço Geral – período de 35 dias em que transcorreu o Laboratório (“Memória do Laboratório Organizacional do Campo”, 1992: 93).

3.5. A Organização da produção da COPAJOTA

Com a estruturação da COPAJOTA, buscou-se assessoria técnica, principalmente para a análise do solo, pois a Agrovila Campinas ocupava uma área de solo considerado fraco. Como anteriormente assinalado, essa área não estava destinada à Reforma Agrária. Somente com a luta política do grupo foi possível a sua conquista, e, portanto, as dificuldades prementes deveriam ser enfrentadas, principalmente no que se refere à adequação do solo à produção agrícola e pecuária.

Diante dos resultados obtidos nos diagnósticos, desencadeou-se um processo de recuperação do solo com a aplicação de fertilizantes e agrotóxicos, insumos considerados necessários para garantir a produtividade.

A COPAJOTA iniciou seus primeiros investimentos em agosto de 1992, com o plantio coletivo principalmente de algodão, milho e soja. Os resultados da safra 92/93 foram bastante promissores. Comparando com os demais produtores do assentamento, a cooperativa se destacou, com um nível elevado de produtividade.

Um dos fatores preponderantes que impulsionaram a estruturação da cooperativa foi o recebimento de uma doação de 9,5 mil dólares canadenses no início de 1993, destinados à execução do projeto de construção de uma cozinha comunitária e uma creche, cuja implantação possibilitou alcançar alguns objetivos que estavam delineados no Laboratório Organizacional do Campo. As refeições servidas aos sócios garantiriam melhor qualidade da

alimentação com menor custo, além de aproveitamento dos gêneros alimentícios produzidos pela cooperativa e absorção da mão-de-obra existente. O salto qualitativo na organização estaria, seguramente, em possibilitar a participação integral da mulher no processo produtivo da cooperativa.

Cabe, aqui, traçar alguns elementos sobre as dificuldades por que a COPAJOTA passa a encontrar na produção¹⁰⁸ e que podem ter gerado os conflitos internos nessa organização. O primeiro elemento pode ser atribuído à perda quase total da safra 93/94 de algodão. A disseminação das pragas nessa cultura levou à perda de 50 alqueires da produção.

O segundo refere-se às dificuldades encontradas pela COPAJOTA em executar os projetos de agroindustrialização. Até 1996, o processamento de carne de suínos estava parado. A produção de leite era muito baixa e o valor oferecido pelo mercado não cobria as despesas.

Podemos atribuir a esses fatos uma certa relevância, pois a partir daí se inicia uma fragmentação da estrutura da cooperativa. Com o esgotamento das possibilidades de encontrar soluções, somado a outros fatores que iremos analisar adiante, ocorreu uma cisão no interior da cooperativa.

Aparentemente, os empreendimentos da cooperativa pareciam alçar vôo além das suas condições objetivas. Os projetos exigiam não somente uma certa especialização administrativa, como mão-de-obra especializada. Conquanto se tenha em mente a preocupação do MST na formação dos

108 Alguns dados foram oferecidos nos trabalhos de BERGAMASCO & NORDER (2003).

assentados, torna-se pertinente procurar perceber na direção do movimento um certo grau de cumplicidade no insucesso na gestão da cooperativa.

Apesar dos intensos debates desencadeados, nessa ocasião, visando a manter a unidade do grupo e a seguir o projeto inicial, ficava cada vez mais difícil a obtenção de consenso. Outros entraves, que iam além das questões relacionadas à produtividade específica da COPAJOTA, refletiram-se na cooperativa e, possivelmente, vieram a causar a sua cisão.

3.6. A cisão da COPAJOTA

O grupo inicial de 34 famílias começa a se desestruturar após dois anos de experiência na organização cooperativista da COPAJOTA, resultando na cisão de uma parcela considerável da liderança do “Grupo de Campinas”. Seus dirigentes romperam com a cooperativa – o presidente, o secretário, o tesoureiro, restando apenas o vice-presidente, o vice-secretário, o vice-tesoureiro, etc. Com a desistência de metade do grupo, restaram dezesseis lotes com 17 famílias, num total de 45 sócios maiores de 16 anos.

Essa cisão reordenou o “Grupo de Campinas” e foi a base da constituição de formas distintas de produzir. A primeira delas concentrou-se na produção em unidades familiares, e a outra em famílias que permaneceram associadas à cooperativa seguindo as diretrizes do MST. Esse conflito foi de grande impacto para todos, pois a unidade que até então parecia existir começou a ser posta em questão. As mudanças trouxeram

também conseqüências em nível macro, atingindo a organização do MST, e em nível micro, nas relações sociais do grupo.

Podemos, aqui, estabelecer duas reflexões. De um lado, a cisão do “Grupo de Campinas” pode indicar um certo enfraquecimento da luta dos sem-terra contra os chamados “inimigos de classe” (MST, 1986). Por outro lado, pode-se aventar a possibilidade de criar novas formas de enfrentamento, fora da organização do MST, em que as diferenças do grupo sejam consideradas. A compreensão das causas dessa ruptura e a polarização dos conflitos consistem em um dos pontos nevrálgicos desta dissertação.

Em um primeiro momento, pode-se assinalar para uma certa homogeneidade do grupo. Isto se verificou na época do acampamento até o primeiro ano de assentamento, e pode ser compreendida mais como resultado de unidade para garantir as mínimas condições de existência em situação de grande precariedade. Somente com as mudanças que mais tarde ocorreram no processo produtivo iriam aflorar as diferenças e evidenciar-se as diversas concepções de produção.

Após doze anos de implantação da cooperativa, a análise do caso do assentamento de Promissão, especificamente a do “Grupo de Campinas”, pode ajudar a esclarecer muitos dos impasses vividos no processo de organização social e de produção em sua dinâmica interna. A fala dos assentados que analiso está repleta não só de reflexões amadurecidas, como de avaliações mais amplas. Necessário se fez também, para apreender esse complexo universo, o diálogo com pesquisadores que analisam os

movimentos sociais como o MST, com militantes e todos aqueles que, de certa maneira, mantêm contato e participam das experiências do grupo de assentados.

Muitos problemas surgiram ao longo da “construção” da cooperativa, e as possíveis soluções não se viabilizaram como se esperava porque os entraves pareciam estar no início do processo. No cotidiano foram emergindo situações antes nunca experimentadas, que podem ser listadas e que se tornaram entraves, desencadeando o processo de ruptura de lideranças da cooperativa. As soluções foram buscadas, segundo relatos de vários assentados, através de diferentes formas e de inúmeras assembléias, que iam se reproduzindo e, no entanto, não foram suficientemente capazes de responder à complexidade do problema. A compreensão de que caminho prosseguir tornava-se mais obscura, causando desgastes ao grupo, principalmente às lideranças.

3.7. Redimensionando a produção da COPAJOTA

O grupo de dezessete famílias da COPAJOTA tinha pela frente os desafios não só de garantir a produção como a sua diversificação, para inseri-la no mercado. Traçou, portanto, para o ano de 1994, projetos para ampliação do beneficiamento da produção agropecuária e buscou financiamento da produção do milho. Somente em meados de 1995 a cooperativa recebe crédito de investimento do Programa de Crédito Especial

para a Reforma Agrária – PROCERA¹⁰⁹ –, utilizando-se dele para tomar fôlego para incrementar e diversificar a produção, implementando infraestrutura e nova tecnologia produtiva:

“Construção de um poço semi-artesiano e cinco estufas para a produção de hortaliças. Além desta hortiplasticultura, outros seis hectares foram destinados à horticultura irrigada. A produção de hortaliças vinha representando a melhor fonte de rendas para a Cooperativa. A plantação de milho limitou-se, no ano agrícola de 1996/97, à demanda estimada para o consumo de animais. A produção de soja alcançou a média de produtividade na região em 1993, e embora não tivesse obtido sucesso em 1995, não chegou a dar prejuízo, razão pela qual também deixaram de cultivá-la na safra seguinte. Com esses sucessivos problemas econômicos, a COPAJOTA acumulava uma dívida que pesava sobre cada um de seus associados. Para deixar a Cooperativa, uma família precisava quitar sua parcela nessa dívida. Por outro lado, assim como em muitos casos, no assentamento e fora dele, a COPAJOTA estava aguardando a securitização de seu débito” (BERGAMASCO & NORDER, 2003: 145-146).

Essa nova fase da COPAJOTA, de redimensionamento da produção, com o ínfimo financiamento adquirido do PROCERA, ainda parecia estar distante do projeto inicial, que previa a cooperativa enquanto uma empresa auto-gestora. A cooperativa concentrou seu investimento na pecuária, principalmente na produção de leite, que era vendido para o laticínio, que se encarregava de buscar a mercadoria no assentamento, e também continuou a produção de milho, que era vendido para o atravessador, pois essas eram as alternativas no momento possíveis.

109 O PROCERA liberou uma linha de crédito, em 1995, de R\$ 7.500,00 para cada família e fixou a taxa de juros em 12% ao ano.

Percebe-se um esforço comum do grupo em buscar formas de produção que fossem mais viáveis, adaptando-se ao solo e ao clima, considerando, acima de tudo, o menor custo, a utilização de tecnologia que garantisse maior produtividade e produtos de alta qualidade e em condições de comercialização no competitivo mercado. Dessa forma, a COPAJOTA decide implantar a horticultura, utilizando o sistema de plasticultura, inicialmente montando cinco estufas. O depoimento que se segue demonstra um pouco dessa realidade:

“Uma das coisas que deu certo foi a plasticultura, porque quase todo o assentamento, todas as famílias que você chegar no assentamento tem a estufa hoje que produz ali o tomate, o pepino, a vagem. Antigamente, há uns 5 anos atrás, produzia o pimentão. Hoje não tá dando para produzir o pimentão na estufa porque a semente do pimentão tá caríssima demais e não tem como você comprar e partimos para o mais prático, mais barato, que é o pepino, o tomate e a vagem. Também, nós fizemos até cursos de aprendizagem de como fazer os defumados e a gente chegou até a fazer a lingüiça calabresa, que saía igual a que tem no mercado, ou até melhor porque ela saía bem fresquinha. Nós não conseguimos avançar, um dos motivos foi que essa região nossa não é boa para criames de porco de raça. Esse porco que é usado a carne e tudo para fazer os embutidos, os defumados, é aquele porco branco, o “Durox” com “Mandraste”. Aqui nossa região não é boa para criar, morria muito leitão, assim que nascia morria porque é uma região muito quente”¹¹⁰.

A horticultura, sobretudo a plasticultura (construção de estufas e irrigação), no Assentamento Reunidas foi a tecnologia de produção que melhor se adaptou ao clima da região de Promissão. Ela permite o cultivo de uma enorme variedade de hortaliças, sendo as mais comuns, e

encontradas em maior proporção, o tomate, o pepino, o quiabo e a abobrinha, e os raramente cultivados, devido ao alto custo, são o pimentão, a berinjela e o repolho:

“Agrônomos e técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) indicavam a horticultura, sobretudo nas estufas (plasticultura), como uma das mais relevantes alternativas de produção econômica no assentamento, por vários motivos: a necessidade de um montante de investimentos iniciais factíveis para parte das famílias (‘recursos próprios’), a comercialização relativamente estável, a ocupação do trabalho familiar, o retorno dos investimentos em um prazo médio e utilização de uma parte muito pequena do lote” (NORDER, 2004: 147).

Os percalços encontrados no caminho e a persistência do pequeno grupo em superá-los expressavam o desejo de continuar apostando no sucesso da cooperativa. O Laboratório realizado pela COPAJOTA pode ser entendido enquanto um processo que teve seu início em 1992 e continuou, porém com maiores exigências e soluções quase impossíveis de serem encontradas, considerando a deficiência na implantação de políticas públicas governamentais voltadas aos assentamentos:

“E infelizmente chegamos a um ponto que não deu mais para tocar, mesmo com relação à vivência tivemos dificuldades, na organização dos trabalhos, porque eu disse o sistema é capitalista! Então era assim, era um desafio para estar levando a cooperativa avante, e acabou chegando a um ponto que tivemos que fechar a cozinha. O objetivo que era para as companheiras desenvolver o trabalho delas na roça e contribuir com a sua mão-de-obra tanto na roça quanto em outros setores ele passou a não ser mais um objetivo. Sabe, assim quando houve um desânimo das pessoas! E eu penso particularmente que isso foi descaso do governo com relação à

organização dos movimentos populares e com relação ao campo, as cooperativas. Você não tinha respaldo, você não tinha ajuda. Nós tivemos muita contribuição dos países da América Latina, do Brasil mesmo, não! A não ser das CEBs, porque do governo nós não recebemos incentivo de apoio de sustentação da cooperativa”¹¹¹.

A situação econômica da COPAJOTA tornou-se insustentável, em decorrência, principalmente, do financiamento realizado pelo PROCERA, que se tornou impossível de saldar, bem como da impossibilidade de realizar novos financiamentos. Outras dívidas contraídas no comércio local e de pessoas físicas também foram arroladas, chegando ao ponto de não se ter mais a quem recorrer. A COPAJOTA resistiu até 1997, quando entrou em colapso. As razões, a princípio, indicam o fator econômico como elemento primordial da falência da cooperativa, entretanto, outras razões de expressiva relevância serão consideradas em posterior análise.

A COPAJOTA, sendo uma instituição jurídica, ao decretar sua extinção deveria estar com seus encargos judiciais em ordem, principalmente com suas dívidas quitadas. Esse não era o caso, a cooperativa arrolava enormes dívidas, sem previsão de saldá-las, e, além disso, encontrava-se sob processo judicial. Dessa forma não se poderia encerrar a instituição formalmente; a solução encontrada pelo grupo foi manter juridicamente a cooperativa e reorganizar o grupo internamente. Em decorrência disso, o grupo fez um acordo interno, visando a garantir as mínimas condições de trabalho para as famílias que compunham a COPAJOTA.

111 Entrevista com Lurdinha, realizada em março de 2003.

A cooperativa ficou subdivida em dois grupos distintos para facilitar a utilização comum dos equipamentos agrícolas e outros bens adquiridos ou recebidos através de doações de entidades. O acordo do grupo que resistiu até o fim na COPAJOTA estava além da organização para garantir a funcionalidade do trabalho das famílias; o grupo alimentava o sonho de um dia voltar a viver em cooperativa. Essa volta deveria começar a ser construída desde já e aos poucos:

“Hoje nós funcionamos em dois grupos: o Grupo 01 e Grupo 02. Os maquinários eram dois tratores, ficou um com um grupo e o outro com outro grupo o qual eu faço parte e os implementos que nós trabalhamos juntos. A hora que um grupo precisa de uma plantadeira, um cultivador a gente combina e usa junto. Também dividimos as nossas estufas que eram 15, cada família pegou uma estufa prá cuidar e tirar dela o sustento prá sua família. (...) Assim que a gente conseguir viabilizar economicamente essa questão do econômico nós vamos voltar de novo aos poucos com horta comunitária medicinal, com criame de frango, galinha botadeira, com coisa que a gente consiga pequeno mas que a gente volte a ter esse trabalho, nós paramos dessa forma pensando que não era o fim mas que a gente ia voltar esse trabalho porque foi muito bom, foi muito interessante e valeu a pena”¹¹².

O sonho de fazer voltar a funcionar a COPAJOTA foi realimentado a partir da vitória de Lula, que assumiu a presidência do Brasil em 2003. Na ocasião, o PT apresentou o seu projeto com propostas contundentes para a Reforma Agrária, considerando que um presidente representante das classes subalternas viesse a responder com mais eficácia e precisão às demandas dos sem-terra. Lurdinha, da COPAJOTA, integrante da macro-região do PT,

112 Entrevista com Lurdinha, realizada em março de 2003.

participou de todas as discussões e ajudou a elaborar o documento que foi entregue ao presidente. Dentre as propostas, a assentada ressalta a volta do PROCERA, um programa governamental de financiamento específico para os assentados. Esse programa, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1999, foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Nesse mesmo ano houve a liberação de um crédito complementar de R\$ 2.000,00 por família. Depois disso encerrou-se qualquer tipo de financiamento do governo federal para os assentamentos. Destacamos também mais três propostas de relevância: a) *o encerramento do Banco da Terra*, que os sem-terra consideram um fator que atrapalha a organização pela Reforma Agrária; b) *a inserção da mulher e do jovem como chefe de família no assentamento*, para garantir direitos iguais para a mulher e a permanência do jovem na terra; e, finalmente, c) *a prorrogação das dívidas contraídas durante o governo FHC e a garantia de maior investimento nos assentamentos*, dessa forma seria possível produzir e abastecer o mercado interno, valorizando a própria região do assentamento. Observamos que as propostas destacadas pela assentada refletem as dificuldades encontradas especificamente na COPAJOTA e a esperança de encontrar soluções na gestão de um presidente que tem sua origem na luta das classes subalternas.

3.8. A organização do “Grupo dissidente” da COPAJOTA

“A COAP¹¹³ vem trabalhando assim, o gerenciamento está nas nossas mãos tentando arrumar uma forma para essa cooperativa ainda ser um espelho dentro do Assentamento, que era um dos objetivos nossos quando nós ajudamos a fundar a COPAJOTA”.

Benê¹¹⁴

As dezessete famílias que romperam com a COPAJOTA, se juntaram às outras sete famílias de agricultores do assentamento e criaram a Associação de Pequenos Produtores Nova Reunidas (APRONOR). O objetivo era criar as condições mínimas para estruturar a produção. A associação conseguiu reunir dos sócios alguns implementos agrícolas, bem como um trator, que serviram para utilização no trabalho. Além desses, o grupo possuía uma carreta, que era utilizada para prestação de serviços, cobrando dos sócios uma taxa para a sua utilização, resultando em uma fonte de renda para a associação, que posteriormente era investida em benefício do próprio grupo, evitando que cada sócio pagasse a prestação de serviços para pessoas de fora. Em pouco tempo, a renda obtida possibilitou a compra de mais implementos, como uma plantadeira e um cultivador. A APRONOR foi aos poucos se estruturando e começou-se a pensar na possibilidade de transformá-la em cooperativa.

113 COAP – Cooperativa dos Assentados de Promissão.

114 Benê – “Grupo de Campinas”- Assentamento Reunidas.

Em 1996, foi fundada a Cooperativa dos Assentados de Promissão (COAP) ¹¹⁵, constituída por 24 sócios. A princípio, a idéia ao formar uma cooperativa era conseguir financiamento através de projeto governamental, para que os cooperados pudessem produzir em seus próprios lotes. Com uma longa experiência das lideranças do grupo dissidente da COPAJOTA em projetos políticos, somada à assessoria de técnicos do ITESP, foi possível elaborar um projeto de financiamento para a cooperativa:

“E essa cooperativa foi fundada em momento de muita necessidade no qual todos os que entrou nela, entrou com um único objetivo, era fundar uma cooperativa para pegar do governo R\$ 7.500,00, porque disseram para gente que só pegava esse dinheiro se fundasse a cooperativa. Fundamos a cooperativa e pegamos os R\$ 7.500,00 mas não saiu para cada um, porque todos que fundaram a cooperativa pensando que vinha esse dinheiro individual e não veio e o dinheiro só veio para a cooperativa. (...) Para pagar a dívida para não deixar todo o mundo inadimplente, fomos obrigados a gerenciar”¹¹⁶.

A COAP recebeu um montante de R\$ 152.000,00, correspondente à cota de vinte cooperados, entretanto, o dinheiro estava em nome da cooperativa, que deveria gerenciá-lo na compra de equipamentos e implementos agrícolas. O dinheiro não poderia ser repassado aos sócios individualmente. Dessa forma, a cooperativa comprou uma máquina colheitadeira de milho, um trator, uma calcariadeira e implementos.

115 A COAP organizou uma estrutura mínima para a sua administração, constando de uma secretária, um tratorista e o presidente, que também era tesoureiro.

116 Benê, entrevista em março de 2003.

A COAP, a partir da primeira safra 97/98, passou a funcionar como prestadora de serviços para os sócios, bem como para outros assentados, com a intenção de receber o pagamento no término da colheita:

“Houve um acordo entre os sócios, para que cada um deles plantasse em seu própria lote e a cooperativa faria a venda e no final da safra faria a distribuição dos recursos. Os dois primeiros anos não conseguiram absolutamente nada. Somente no terceiro ano que apresentou um saldo positivo, com a possibilidade de distribuição. Entretanto, a cooperativa não conseguia receber o dinheiro dessa safra, porque os devedores começaram a sustar os cheques”¹¹⁷.

Diante desse fato, a COAP muda seus critérios de administração financeira e começa a prestar serviços mediante o depósito de cheques pré-datados. Nos anos seguintes os resultados foram positivos, conseguindo um saldo em caixa de aproximadamente R\$ 38.000,00, tornando possível fazer a distribuição entre os sócios, para que estes pudessem fazer seus investimentos. Outros cooperados também puderam pagar pelo menos parte de suas dívidas contraídas na cooperativa.

A COAP estava conseguindo manter-se, até 1999, quando o governo federal resolve cortar o financiamento do PROCERA. Os cooperados, sem crédito, não conseguem plantar o milho como estava previsto, tendo que reduzir a utilização de máquinas e equipamentos:

117 Entrevista concedida por Andréia em dezembro 2004. Ela foi secretária da COAP, a partir de sua fundação. É filha de Benê, presidente/tesoureiro da mesma cooperativa.

“E dispondo de recursos provenientes dos serviços prestados, os cooperados decidiram ampliar o arrendamento¹¹⁸ de terras de cooperados e não-cooperados para o plantio de milho. (...) Alguns assentados passaram a ceder seus lotes para quitar as dívidas perante a cooperativa; outros arrendavam para a cooperativa da mesma forma que vinham fazendo com arrendatários de fora do assentamento. Na safra 99/00, a cooperativa conduziu o plantio em uma área de 83 hectares” (NORDER, 2004: 259).

O sistema de arrendamento adotado pela cooperativa, utilizando áreas de sócios e também de outros assentados, resultava em saldo positivo, com dinheiro em caixa e crédito no comércio local. A direção da cooperativa chegou à conclusão de que as áreas arrendadas geravam mais “lucro” que a prestação de serviços, caminhando contrariamente à proposta inicial da COAP.

A partir da safra de 2000/01, começa a haver um certo descontentamento entre uma parte dos assentados, que considera insatisfatórios os resultados obtidos naquela safra; em decorrência disso surge a proposta desse grupo de vender os equipamentos para saldar as dívidas com o Estado e, em seqüência, fechar a cooperativa. Esse posicionamento acabou gerando um certo conflito interno. Na tentativa de “contornar” a situação, alguns cooperados conseguem fazer passar a contraproposta, que consistia em vender apenas a colheitadeira e, com o dinheiro, amortizar a dívida do PROCERA e ainda investir na produção do milho.

118 Anteriormente a COAP já havia arrendado, de um cooperado, uma área de seis hectares para o plantio milho e obteve sucesso. A partir dessa experiência, resolve ampliar o arrendamento para áreas dos demais sócios.

Uma vez resolvido esse impasse, a produção prosseguiu e, na safra seguinte, 2002/03, a produção de milho continuava aumentando em relação aos anos anteriores. Entretanto, a COAP não conseguia administrar a contento a comercialização, tendo que esperar alguns meses para receber os cheques pré-datados da venda de mais da metade da produção de milho.

Um outro entrave começa a ficar evidente na COAP, qual seja, a comercialização das hortaliças, que representava a maior fonte de renda das famílias cooperadas. A cooperativa não realizava essa atividade, pois estava concentrada exclusivamente na produção e comercialização do milho:

“Hoje só a nossa cooperativa já tá com 21 estufas entre 21 sócios que nós temos e com uma expectativa que dentro de 60 dias mais 5 estufas e nós iria para 26 estufas e mais sócio que está com expectativa de montar. Nós queria sair fora deles (intermediário) não diretamente mas indiretamente aos poucos. (...) Para sair fora deles, parece que não, mas é uma diferença bastante grande, cada estufa hoje o intermediário leva em torno assim de, vamos jogar uma taxa baixa, hoje ele levaria tipo 25% de cada estufa em dinheiro, aí não é difícil, você vê uma estufa de 2 mil reais, 500 reais ele leva. Tem forma de sair e a forma de sair seria a forma organizada e essa forma organizada custa dinheiro”¹¹⁹.

Com o intuito de atender às necessidades de seus sócios, a cooperativa vendeu os seus maquinários e adquiriu um caminhão para realizar a comercialização dos produtos. Outra parte do dinheiro foi dividida entre os sócios.

Entretanto, algumas dificuldades começaram a surgir, havendo um certo descompasso entre sócios e direção, na hora de comercializar. Muitas

119 Entrevista realizada com Benê em março de 2003.

vezes os sócios não tinham mercadorias suficientes para cobrir um pedido feito à cooperativa, e, outras vezes, sobravam mercadorias por falta de comprador, tornando-se quase impossível comercializar, levando a uma situação insustentável para a administração da COAP.

A direção da COAP, sem condições de gerenciar a comercialização, resolve, em comum acordo com os demais sócios, encerrar a cooperativa. O caminhão foi vendido e o dinheiro distribuído entre os sócios; os implementos, até o final de 2004, ainda estavam à venda. Além desses entraves, havia uma dívida da cooperativa de R\$ 40.000,00, atribuída a problemas de gerenciamento do contador.

Andréia, secretária da COAP, em sua reflexão, confronta a forma de conduzir o processo de encerramento dessa cooperativa com a saída do grupo dissidente da COPAJOTA, quando diz: “*O pessoal está acabando a cooperativa, porém, de forma diferente da COPAJOTA*”. Essa expressão sintetiza a discordância do grupo dissidente, ao considerar, de certa forma, “injusto” o *princípio da indivisibilidade dos bens adquiridos em caso de “dissolução ou dissidência”*¹²⁰, adotado nas cooperativas do MST.

120 De acordo com as diretrizes do MST sobre o sistema cooperativista: “Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se tornam investimentos considerados pela legislação fundos indivisíveis (fundo reserva/FATES). Neste caso, tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em casos de dissolução ou desistência” (www.mst.org.br, SCA/CONCRAB).

Toninho¹²¹, que integrou a direção da COAP, ao ser entrevistado, no final de 2004, fez algumas considerações sobre as razões do fechamento da COAP, recentemente:

“Nós tivemos um problema seríssimo na administração, eu diria incompetência. A lei de mercado é muito complicada, não é fácil você entrar nele. Vendemos [os produtos da COAP] mais barato no CEASA, do que se fosse entregue para o próprio atravessador. Isso é complicado! E todo projeto político tem seus entraves e tem que sustentar. Mas chegou num ponto insustentável, aí vamos entrar nos pormenores: *‘Meu tomate era desse tamanho, o do outro era daquele tamanho e daí acabava vendendo tudo no mesmo preço’*. Isso deu problema. Teria que coletar essa mercadoria e a cooperativa compraria, chegava no sujeito e dizia: ‘o seu tomate vale tanto, o seu vale tanto’ (...) Centralizar essa produção, classificar essa produção e colocar tomate ‘A’, tomate ‘B’, (...) e vender essa mercadoria no mercado. Então teria que fazer isso.

Depois, o custo administrativo começou a inviabilizar. Tinha algumas críticas com relação ao presidente, a secretária. Depois na questão da comercialização, tinha o motorista do caminhão, tinha que continuar a pagar o salário do presidente, secretário, o ajudante do caminhão. Aí começou novamente a aumentar as despesas. Isso vem empurrando! Aí o pessoal falou: ‘É melhor vender para o atravessador aqui!’ Ou o mais esperto fazer a rocinha pegar o dinheiro e ter o seu meio de renda.

Eu não pensava nessa hipótese. Aí vem aquela questão: a família um pouco maior, ela tem condições de ter mão de obra para trabalhar a produção e os outros para fazer a comercialização.”

121 Antonio Barbosa, em Campinas conhecido como Toninho, no Assentamento da Fazenda Reunidas tratado como Barbosa, tem sua origem no “Grupo de Campinas”. Atualmente (2004) é casado, tem uma filha com cerca de 6 anos. Sua família, sendo pequena, encontra maior dificuldade em conciliar o trabalho de produzir e comercializar. Concentra todo seu esforço na produção e sente-se “obrigado” a passar a mercadoria para o atravessador. Durante vários anos, até 2003, desenvolveu a atividade de sericultura (criação de bicho-da seda) e vendia os casulos, que posteriormente eram exportados. Apesar de ser um trabalho mais especializado, exigia menor quantidade de mão-de-obra. Entretanto, nos últimos anos, o retorno financeiro não era compatível ao trabalho despendido e resolveu encerrar a produção.

A análise de Toninho revela toda a sua experiência em sistema cooperativista, vivida em dois grupos diferentes. Primeiramente a COPAJOTA, na qual atuou de forma incisiva até a sua ruptura; posteriormente, tornou-se uma forte liderança do grupo dissidente, na organização da COAP. Toninho, nas várias formas de organização da produção no assentamento, durante quase 17 anos, sempre ocupou cargos de direção, permitindo-lhe compreensão mais ampla dos conflitos internos e também das exigências do mercado. Em sua reflexão, aponta que as diferentes formas de organização dos assentados, na tentativa de produzir e comercializar, sempre esbarram com o maior entrave, qual seja, a falta de uma política agrária específica que atenda às reais necessidades dos assentados.

3.9. Um olhar mais atento à cisão e ruptura na COPAJOTA

Os pontos nesta análise têm como referência os documentos¹²² publicados pelo MST, resgatando algumas das linhas mestras que nortearam a formação e a sustentação das cooperativas do movimento. A pretensão aqui não é a de um estudo mais detalhado, mas a de apenas esboçar alguns elementos que permitam focalizar os conflitos na COPAJOTA, contextualizados no projeto mais amplo do MST.

122 Após dez anos de instituição do sistema cooperativista no MST, em 1999, a equipe de pesquisa da CONCRAB publicou uma cartilha intitulada “A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST”, *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 08, 1999, documento este que busca refletir sobre a evolução da política de organização dos assentamentos e da cooperação e os debates desse período, resgatando os principais documentos até então publicados.

Os primeiros documentos publicados entre 1990 e 1992 abrangem em seu conteúdo exclusivamente as questões da produtividade¹²³, considerando centrais os problemas relacionados à organização da produção e tratando, com certa relatividade, outros elementos importantes, como o potencial de relações associativas presentes na vida dos assentados. A generalização das dificuldades parece anular as experiências e o saber acumulado pelos grupos desde a época do acampamento.

A análise dos documentos do movimento, dos relatos e testemunhos indica que estava ausente uma devida atenção às formas societárias das famílias assentadas no período anterior ao assentamento, tais como relações de compadrio, associações festivas e religiosas, grupos de residência e outras formas de expressão cultural que se refletem em formas societárias. O acampamento/assentamento, mais que uma perspectiva de alternativa de sobrevivência econômica, se colocava como uma experiência social inteiramente nova, reordenando integralmente as formas de sociabilidade, da qual a cooperativa foi a experiência mais viável.

As diretrizes do MST, em função da solução dos problemas relacionados à produção, que aparentavam ser gravíssimos, apontava linhas políticas para a formação de cooperativas agrícolas. O Plano Nacional do MST, de 1989/1993, relaciona, dentre treze itens, alguns como:

123 *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 08, 1999, p. 7-9.

“Desenvolver e estimular as formas de cooperação agrícola nos assentamentos, como única forma de aumentar as potencialidades de produção e produtividade”¹²⁴.

Dessa formulação desencadeiam-se outros pontos que parecem nortear toda a política adotada pelo MST, julgada como a mais eficaz e única, descartando, assim, outras formas de cooperação que não necessariamente sejam as cooperativas propriamente ditas.

Carvalho¹²⁵, ao analisar as contradições dos processos de cooperação entre assentados, destaca que, a partir de 1989, a diretriz do MST estava centrada na questão da formação de cooperativas nos assentamentos:

“A idéia de coletivização da produção começou formalmente a perpassar o discurso hegemônico, resultando na idéia da Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA – como alternativa mais promissora no campo da construção do homem novo”.

Essa idéia primordial de criação de novas relações sociais, fundada na concepção socialista de um projeto que seria concretizado pelos assentados, transformando as práticas sociais produtivas, é completada:

“(…) não foram desenvolvidas e consolidadas a partir de vivências anteriores das pessoas, das suas histórias de vida e de trabalho, das suas formas anteriores de organização e de cooperação, de suas identidades sociais”¹²⁶.

124 *Ib.*, p. 7.

125 Carvalho escreve um texto que está inserido no *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 08, 1999, intitulado “As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (1989-1999)”. Essa análise mais abrangente e contundente feita pelo autor possivelmente contribui para a revisão das diretrizes da organização das cooperativas do MST.

126 *Id.*, *ib.*, p. 29.

Por essas considerações, pode-se inferir as novas questões voltadas à realidade do “Grupo de Campinas”, ainda no período inicial da COPAJOTA. O grupo aspirava, em primeira instância, mais que resolver questões da produtividade, concretizar seus sonhos e ideais socialistas, que para alguns acabaram se diluindo ainda no início do processo.

Caberia, portanto, mais uma questão: até que ponto as questões como experiências de vida, histórias de vida e trabalho das pessoas foram suplantadas em detrimento das questões externas que iam definindo as novas relações sociais? Um elemento externo de grande relevância pode ser atribuído à Constituição Federal, promulgada em 1988, que possibilitou formas legais de organização como as CPAs, também assinalado por Carvalho¹²⁷:

“Efetuou-se uma racionalização, portanto, uma argumentação com escassa fundamentação sócio-antropológica e política de suas possibilidades efetivas, de que a cooperação, ideologicamente suposta como coletivização, poderia efetivar-se formalmente como cooperativa. Implantou-se a idéia de coletivização independentemente da dinâmica histórica social vivenciada pelos seus atores. E, com a coletivização, institui-se abruptamente como cooperativa, esta figura técnico-burocrática passou então, a ser o ponto focal das possibilidades de sucesso da cooperação”.

A partir do “Plano Nacional do MST 1989/1993”, em que afirmou-se a necessidade de desenvolver todas as formas de cooperação, observa-se que, na década de 1990, institucionalizaram-se as cooperativas, e sua disseminação pelo país todo refletiu-se como uma “fórmula” aplicável a

todos, ofuscando a pluralidade e o dinamismo criativo das formas de cooperação existentes nos assentamentos. Às formas de cooperação, contudo, pode ser atribuída uma maior diversidade, respeitando as características do grupo, sem no entanto “forçar” um padrão único tido como o mais eficaz, ignorando outras formas possíveis experimentadas pelos trabalhadores rurais.

A implantação das cooperativas do MST, na década de 1990, de certa forma reduziu a amplitude e a pluralidade da cooperação no assentamento. Essa questão irá refletir-se na COPAJOTA, indicando uma das causas dos conflitos que resultaram na cisão da cooperativa.

Para finalizar o presente capítulo, é necessário retomar os dois aspectos básicos nele abordados, ou seja, a questão da produção e da organização interna.

Com relação à produção, procurou-se evidenciar que a cooperativa de produção enfrentou dificuldades frente ao sistema capitalista regido pela política neoliberal. A questão é como competir com o mercado se a produção não gera renda suficiente para investir. O entrave parece estar na gestão e na falta de capital. Houve “apoio” – mas não se pode definir o seu grau de eficácia – de ONGs nacionais e internacionais, mas muitos projetos ficaram em experiências que obtiveram sucesso mas que depois se desfizeram. Daí é possível pensar até que ponto a cooperativa não se

identificou mais como um laboratório experimental do que como um projeto bem definido.

O segundo aspecto se refere à questão organizacional. Se, por um lado, a organização nacional do MST, a partir de 1985, estava mais voltada para a formação de quadros e o início da organização no estado de São Paulo, podemos supor que havia uma certa compatibilidade entre o grupo de lideranças de Campinas com a linha que o MST passou a adotar naquele período. Essa hipótese pode ser sustentada quando analisamos mais detalhadamente os conflitos na COPAJOTA. O grupo se caracterizava pelo número expressivo de lideranças dos movimentos sociais dos quais se originara. Portanto, ao morar, conviver, organizar-se numa relação muito estreita, que parece ir além da experiência comunitária das CEBs, diferenças afloraram e transformaram o seu enfrentamento em desafio. Este pode ser um dos pontos nevrálgicos geradores dos conflitos nas relações sociais do grupo em questão. É importante salientar que, na pesquisa de campo realizada, as pessoas escolhidas para serem entrevistadas foram lideranças anteriores a sua entrada no MST e que se tornaram lideranças nos quadros desse movimento em nível estadual e nacional. Nesse sentido, a linha adotada pela organização do MST, de formação de quadros, coincide com a formação do “Grupo de Campinas”.

Por fim, os dados expostos neste capítulo revelam que a questão da produção e da organização é perpassada pela questão de gênero. Na fala das pessoas entrevistadas transparece que todos os conflitos e encaminhamentos em relação à produção e organização têm forte ressonância nos modelos de

convivência entre homens e mulheres. A produção e organização reflete-se, ainda, nas relações entre gerações, ou melhor, no desejo dos jovens de se inserirem nas práticas produtivas no assentamento e, conseqüentemente, usufruir dos benefícios por eles proporcionados. A análise dessa questão é o objetivo do capítulo que segue.

CAPÍTULO 4 – DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO DE JOVENS E MULHERES NA COPAJOTA – A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS

4.1. Introdução

Este capítulo guarda estreita conexão com as considerações do anterior, visando, no entanto, a retomar os conflitos que resultaram na extinção da COPAJOTA e introduzir um outro recorte, que aponta para as dificuldades de inserção dos jovens em toda a trajetória do assentamento. Também destaca o importante papel das mulheres que se descobrem enquanto sujeitos sociais e políticos importantes, mesmo que no interior das difíceis relações sociais que emergiram dos conflitos relacionados às formas assumidas pela cooperativa. Nesta direção, o que se pretende é lançar um olhar mais atento – através dos relatos e testemunhos das entrevistas – para as histórias das idas e vindas, dos desencontros de visões e concepções, e da difícil trajetória que as classes subalternas, como diria Gramsci, percorrem visando a alcançar a consciência crítica, no sentido da transformação e emancipação. Campo este aberto e indefinido, que permite, no entanto, delinear alguns “horizontes de significados” importantes para novas lutas e práticas societárias

4.2. Entre a forma e o conteúdo da cooperativa – considerações sobre os conflitos

Procuramos, inicialmente, deter-nos nas entrevistas realizadas com aqueles que permaneceram associados à cooperativa – COPAJOTA – e aqueles que romperam com essa forma de organização do MST.

As questões que geraram os conflitos no grupo podem, ainda, numa avaliação sujeita à revisões, estar relacionadas à forma de conceituar a cooperativa. Daí a importância de aprofundar o entendimento dos dois grupos sobre cooperativa e suas expectativas.

A percepção de cooperativa que aparece nas expressões daqueles que permaneceram ligados a ela revela-se, em primeira instância, um tanto dogmática e com pouca abertura à contestação. A cooperativa parece estar mais identificada com uma forma de dirigir e comandar a todos do que de gerir coletivamente a produção, procurando manter a fidelidade com os princípios do MST. Parece-nos que essa inflexibilidade – a de que um lado se apresenta “mais correto que o outro” – expressa uma certa dicotomia existente dentro do MST, que adquire um certo “poder” de direcionar. O grupo que participou dos estudos, através do Laboratório Organizacional do Campo, sob a orientação do MST, com a duração de cerca de um mês, decidiu pela formação da cooperativa. Nesse posicionamento aparentemente “súbito”, com resquícios positivistas, sedimentou-se a idéia de que todos deveriam seguir uma única direção, enquadrada ou determinada pelo movimento enquanto instituição:

“A perspectiva de construção de uma coletividade rural de produtores em cooperação não é necessariamente produto da vontade dos trabalhadores, mas resposta a uma decisão de modelo cooperativo forjado nas instâncias de poder” (BERGAMASCO & FERRANTE, 1994: 226)

O processo de maturação interna parece ter sido bloqueado, e as concepções do próprio grupo não estavam ainda suficientemente elaboradas, já que a rapidez de efetivação da cooperativa superou o processo de discussão e construção de uma compreensão do grupo sobre o papel da cooperativa. Nesta direção, Maria Inês, uma das integrantes que deixou a cooperativa, revela:

“A cooperativa produziu muito bem, teve muitos avanços, as pessoas aprenderam muitas coisa em conjunto, mas parece que do lado das idéias as pessoas vão ficando meio confusas, ainda quando é introduzido muitas coisas novas em pouco tempo e espaço. (...) Eles queriam mudar tudo muito rápido, a produção, a escola, tudo... E a pessoas pensam que elas não reagem às mudanças, mas elas reagem”¹²⁸.

As mudanças ocorridas, como salienta Maria Inês, foram percebidas pelos assentados mas não foram incorporadas como prática de vida. Inibiam desejos e ações vinculados às práticas societárias anteriores às experiências do assentamento, que se revelaram potencialmente conflituosas em relação às novas práticas introduzidas pela organização do movimento.

¹²⁸ Maria Inês e seu esposo Adelino participaram da direção da COPAJOTA nos dois primeiros anos, rompendo com a mesma juntamente com o grupo de 17 famílias. Atualmente, a família tem três estufas de pepinos com enxerto de abóbora, cinco alqueires de milho e seis mil pés de café, dentre outros. Fazem parte de uma cooperativa de maquinários, não ligada ao MST, constituída por 21 famílias. Estas constatações foram obtidas através da entrevista que realizei em março de 2003.

É possível, no entanto, concretizar as mudanças objetivas nos costumes das pessoas? Essas não dependem exclusivamente da vontade, como também não é resultado da conscientização *stricto sensu*. Há, de fato, condições objetivas para o sujeito assumir um novo sistema de produção, como o caso da cooperativa. Torna-se pertinente neste estudo questionar sobre as condições objetivas fundamentais para o grupo mudar suas disposições, seus *hábitos*, incorporando os novos valores vinculados à cooperativa.

Para o grupo dissidente do MST, a percepção de cooperativa pode ser apontada enquanto espaço de solidariedade, indicando a responsabilidade pelo outro e a garantia da eficiência do projeto coletivo. Esse grupo sustenta o ideal de cooperativa e aponta a necessidade de conhecer o seu funcionamento para poder fundá-la:

“Quem é o cooperado? É eu, é você. Então todo o dinheiro que se for emprestado para o sócio não é a cooperativa que emprestou para aquele que está em dificuldade. Ele tem que ter a consciência de que a hora que ele pegar aquilo ele gerencia aquele dinheiro e devolve o pagamento porque foi cada um de nós que emprestou para ele, não foi a cooperativa”¹²⁹.

Essa concepção de cooperativa identifica a pessoa que “emprestou” o dinheiro e atribui a ela a responsabilidade diante do grupo. Um dos pontos conflitantes na organização da cooperativa pode ser atribuído ao fato de as pessoas perceberem o coletivo enquanto impessoalidade, em que o

¹²⁹ Entrevista com Benê, realizada em março de 2003.

indivíduo se dissolve no todo. Ainda que esta possa não ser a concepção dos dirigentes do MST, e com certeza não é, ou de uma parcela dos integrantes da COPAJOTA, é possível que ela tenha constituído a prática de um número considerável de membros do grupo, contribuindo para acentuar a sua crise.

A compreensão de cooperativa também expressa-se na fala, mais descontraída, de um dos assentados, que deixou a mesma após dois anos de sua formação: “Nós ainda fomos taxados como capitalistas quando deixamos a cooperativa”¹³⁰. Viver em cooperativa parece indicar, para a parcela que aderiu àquele sistema, sinônimo de socialismo, sugerindo que, ao contrário, os não-inseridos naquele modelo necessariamente se tornariam “capitalistas”.

Para a parcela que permaneceu, a cooperativa parece significar a concretização das relações socialistas, a divisão igualitária do resultado da produção, sem no entanto ater-se mais pontualmente às questões de vida em que esbarravam no cotidiano, indicando um certo grau de “ingenuidade” ao tratar dessas questões, principalmente no que se refere à organização da produção. Dessa forma as dificuldades foram-se avolumando para o embate frente às exigências do mercado comandado pela ótica neoliberal.

A partir das falas citadas anteriormente, é possível esboçar algumas reflexões sobre a forma de organizar a produção – a coletiva e a individual –, superando a indicação de dois pólos oponentes, que atribuiriam ao

¹³⁰ Entrevista com Benê em março de 2004.

coletivo o pólo do “bem”, do sucesso, e ao individual, o pólo do “mal”, do fracasso.

Esse sentimento de individualismo, impregnado tanto naqueles que deixaram a cooperativa quanto naqueles que permaneceram nela, pode ser atribuído à concepção de sociedade idealizada pelo “Grupo de Campinas” quando partiram em busca das “terras de Promissão”. Naquele momento inicial, como já foi tratado anteriormente, o desejo coletivo de construção da sociedade socialista passava pela coesão do grupo, e a unidade era a garantia de seu sucesso. A questão da pluralidade ainda não estava na pauta da discussão. Não era possível, naquela ocasião, vislumbrar as diferenças que poderiam aflorar mais tarde com a implantação da cooperativa. As mudanças que começaram a ocorrer na forma de organizar a produção não necessariamente eram sinônimos de abandono dos propósitos do grupo ou retorno a uma forma “individualista”, como foi atribuído aos que deixaram a cooperativa:

“A decisão de mudar a forma de exploração da terra não pode ser vista apenas como uma simples volta à individualização. Há que se resgatar nessa trajetória mediações que determinam a necessidade de se superar a indicação da organização coletiva *versus* individual como representativa do sucesso e do fracasso dos assentamentos” (BERGAMASCO, 1994: 229).

Nesse sentido, é importante notar que parte significativa dos dirigentes da COPAJOTA acaba novamente se organizando em *cooperativa*. Entretanto, não seguem a orientação do MST e procuram uma maior sintonia com a produção voltada para o mercado.

Ao longo deste trabalho, pretende-se manter um distanciamento desse discurso bipolar utilizado pelos atores quando se referem aos termos “individual” e “coletivo”; essas expressões podem trazer embutidos mecanismos de legitimação/deslegitimação das práticas e projetos dos grupos em questão, e, portanto, concorda-se com a assertiva de Romano:

“Relativizar essa oposição permite também recolocar o falso problema analítico da liberdade de escolha – pelos camponeses – entre formas coletivas, associativas ou formas individuais de organização. Não é um problema de livre escolha dos atores. Não há ‘livre escolha’ para os camponeses. Escolha para as classes subalternas é uma questão marcada pela perda de dominação, pelo peso da tradição, pela religião, pelas lealdades primordiais, pelo ‘habitus’, como também pela coação da conjuntura ou do entusiasmo dos momentos extraordinários”¹³¹.

Pretende-se, na análise dos dois grupos – aquele que permaneceu e aquele que rompeu com a cooperativa –, evidenciar os mecanismos embutidos que permitiram posicionamentos opostos, gerando conflitos na COPAJOTA.

Dessa forma, durante as entrevistas realizadas, busquei uma atitude cautelosa, mantendo um certo distanciamento dos “pré-julgamentos” feitos pelas duas partes dos assentados, carregados de sentimentos de “culpa” ou de “condenação”. Nesta direção, cabe destacar a incidência de uma dimensão religiosa, principalmente do *catolicismo doutrinal dogmático*, que constitui a base da formação da maioria e que tende a levar a um

¹³¹ O texto de Romano foi apresentado no Seminário “A problemática dos Assentamentos Rurais: uma perspectiva multidisciplinar”, realizado no Rio de Janeiro em 1992 (ROMANO, *apud* BERGAMASCO, 1994: 225).

posicionamento maniqueísta, separando os “bons”, de um lado, e os “maus”, de outro. Ainda que a *Teologia da Libertação* tenha trazido ao “Grupo de Campinas” uma nova visão de fé libertadora e de emancipação, fragmentos da velha doutrina permanecem enrustidos em cada pessoa e refletem-se no grupo como um todo.

Remetendo à reflexão inicial sobre a tendência à homogeneização das cooperativas, introduzo o pensamento de NAVARRO (2002), que ressalta e questiona a falta de dados e informações daqueles que estudam o movimento sobre as dificuldades e impasses do MST. Nesse sentido, dispõe-se a apontar e discutir algumas experiências, dentre elas a formação de cooperativas inteiramente coletivizadas. Seu questionamento está relacionado à falta de consideração da história social dos agricultores. A título de exemplo, menciona algumas experiências em que muitos dos cooperados eram anteriormente pequenos proprietários com uma certa autonomia. Olhar de forma mais refinada a situação particular daqueles que integram o movimento requer um constante questionamento sobre a forma de organizar, levando em conta as particularidades e as diferenças. No intuito de garantir um projeto coletivo, corre-se o risco de homogeneizar as práticas:

“A formação de cooperativas inteiramente coletivizadas, que fazem ‘tabula rasa’ da história social dos agricultores, antes pequenos proprietários, por exemplo, encontra uma forte resistências das famílias rurais, o que tem gerado inúmeros conflitos nos assentamentos formados” (NAVARRO, 2002: 218).

Criar formas alternativas de produção traz conseqüentemente, em seu bojo, formas alternativas de sociabilidade. Um dos assentados, ao ser perguntado sobre a razão de deixar a cooperativa, indica, *grosso modo*, um certo descuido da organização com as experiências e histórias individuais. A cooperativa, longe de garantir a emancipação, pode provocar efeito contrário aos seus sonhos, dificultando o desabrochar de suas potencialidades. Esse fato parece indicar uma certa ausência de compreensão de como produzir coletivamente, respeitando as diferenças.

Concordamos com Carvalho ao considerar a organização em cooperativa enquanto processo continuado de supostas libertações:

“A emancipação social é um processo continuado. Pode ter começo, e a percepção do seu início poderá até ser datada, mas necessariamente não tem fim” (CARVALHO, 2002: 239).

As práticas implantadas nas cooperativas exigem uma constante revisão, levando em conta a história social e individual de seus membros, respeitando as diferenças, de forma a não correr o risco da homogeneização. As cooperativas, entendidas enquanto possibilidade alternativa à produção capitalista, transcendem o campo econômico, criando novas possibilidades de desabrochar a dimensão humana na sua totalidade, lembrando que as microconquistas se dão nos embates e conflitos presentes no cotidiano.

4.3. A participação do jovem na cooperativa

No período de cerca de cinco anos entre o acampamento, o assentamento de Promissão e a constituição da cooperativa, ocorre uma transformação no perfil populacional do assentamento, aumentando o número de adolescentes e jovens já em condições de inserção na produção, aumentando a mão-de-obra; além disso, muitos deles passam a constituir famílias, formando uma nova geração.

Com o aumento significativo de jovens, emergiu a necessidade de pensar em como inseri-los no sistema produtivo do assentamento, de forma que as suas diferentes realidades e características fossem consideradas e respeitadas por todos.

Essa questão da inserção da juventude no sistema produtivo da cooperativa parece estar relacionada ao impasse que se estabeleceu frente aos dois pólos: de um lado, a fixação dos jovens no assentamento, dando seqüência o projeto cooperativista com a implantação da COPAJOTA, e, por outro lado, a saída de jovens do assentamento para dar continuidade à luta pela conquista de novas terras. Em ambos os casos, fica pressuposta a manutenção e o fortalecimento da organização do MST.

Com a intenção de dar continuidade ao seu projeto de avançar na construção, o MST estabelece como diretriz carrear investimentos para a formação de novos quadros, não somente políticos como técnicos profissionais, através de cursos oferecidos pelo próprio movimento, seja em seus projetos de formação ou, ainda, em outras unidades (escolas técnicas,

universidades, etc.) não pertencentes ao movimento, porém subsidiando os estudos e a formação.

No início da COPAJOTA, alguns jovens estudaram na própria cidade de Promissão e, também, no sul do país, nas escolas profissionalizantes do MST. A título de exemplo, pode-se apontar que, de uma mesma família entrevistada, os dois únicos filhos tiveram seus estudos subsidiados pelo movimento. A moça partiu para o Rio Grande do Sul para cursar o Magistério, e seu irmão fez o curso de Técnico Agrícola em Promissão. Após a conclusão do curso, ambos desenvolveram seus trabalhos na COPAJOTA: o rapaz na agricultura, enquanto técnico, e a moça como professora na creche. Esses investimentos, sem dúvida, trouxeram grandes benefícios para o conjunto dos assentados, sem contudo resolver a questão da absorção de mão-de-obra na agricultura, que continuou sem solução.

Quanto à permanência e à sustentabilidade do jovem no assentamento, questões de ordem prática parecem ser pertinentes. Como manter esse contingente populacional, que duplicou em menos de uma década? Como absorver esse novo “exército” de mão-de-obra? A organicidade do sistema cooperativista daria conta dessa nova realidade populacional?

Os investimentos políticos também se processariam através da organização da juventude em novos assentamentos, dando seqüência à luta pela conquista da terra. O que se pode detectar de imediato é que os jovens pareciam não assimilar essa proposta a princípio pouco encantadora. Entrevistas realizadas com alguns familiares revelam, de certo modo, a

rejeição ao desbravamento “corajoso”, como seus pais um dia experimentaram:

“ A juventude, ninguém queria ir para o acampamento, preferia ficar aqui [na COPAJOTA], porque a distribuição seria por hora. Porque para eles era bom, era por hora, eles não tinham terra, não tinham financiamento, não tinham capital. Nenhum deles era favorecido quando às vezes mais que um pai de família que tenha todo um investimento pequeno que não tinha mão-de-obra”¹³².

Essa bandeira de luta do MST, com a criação de novos grupos de sem-terra para garantir novas conquistas, seguindo a política adotada, segundo a qual “enquanto houver um sem-terra, a luta deve continuar”, não parecia corresponder aos anseios da maioria dos jovens. Estes não apresentavam disposição para enfrentar novamente os acampamentos, experiência dura vivenciada muitas vezes quando ainda eram crianças. Naquele momento, a alternativa mais viável parecia ser aquela que apontava maior estabilidade, na medida em que permaneciam nas terras já conquistadas.

Com a cisão da COPAJOTA, as dificuldades avolumaram-se e a função do técnico agrícola se dissolveu. Considerando-se que os investimentos acabaram sendo inviabilizados, os jovens recentemente formados acabavam deixando o assentamento para ir trabalhar em outras terras, independentemente do MST. Muitos outros jovens sem qualificação profissional acabaram trabalhando em fazendas e sítios da região em

¹³² Entrevista Maria Inês, realizada em março de 2003.

período de safra, contratados por intermediários, sem direitos trabalhistas ou outras garantias.

Neste estudo, não se pretende utilizar dados estatísticos para precisar a quantidade de jovens que permaneceram no assentamento ou deixaram o mesmo em busca de novas alternativas. Contudo, a intenção é buscar elementos que apontem para a compreensão dos conflitos que se estabeleceram a partir de uma nova população jovem, que se tornou realidade no assentamento a partir dos cinco primeiros anos de fixação na terra.

Cabe inicialmente atentar para dados extraídos do MST no setor de produção. Percebe-se que há diretrizes que apontam para novas perspectivas para a juventude através da agroindústria:

“Entre diversos benefícios, o Programa de Agroindústrias assegura a criação de novos postos de trabalho, absorvendo mão-de-obra e elevando o nível de qualificação do trabalhador do campo. Viabiliza a fixação da juventude nos assentamentos, contendo o processo de migração para outras regiões ou áreas urbanas já saturadas”¹³³.

Essa perspectiva, no entanto, já estava presente no início da COPAJOTA, primeira cooperativa do estado de São Paulo. Em termos teóricos, as metas já estavam estabelecidas, tendo, contudo, sua viabilização travada. Diante desse impasse, a cooperativa encontrou como alternativa reestruturar a organização da produção e, dessa forma, passa a estabelecer um indexador comum para computar as horas trabalhadas. Na

¹³³ www.mst.org.br – CONCRAB – setor de Cooperativa, Produção e Meio Ambiente – Agroindustrialização nos Assentamentos.

organização da produção da COPAJOTA, as horas de trabalho de todos os sócios, incluindo os jovens a partir de 16 anos e as mulheres, eram computadas. Esse critério adotado pela cooperativa visava à inserção de todos no processo produtivo:

“Nosso trabalho dos setores era computado como horas trabalhadas (...) A gente tinha um escritório onde os coordenadores anotavam as horas trabalhadas. Levava para o escritório e lá nós tínhamos pessoas capacitadas para fazer o controle dessas horas e, depois quando a gente recebia, vendia a produção. O dinheiro, dividia por parte trabalhada, as pessoas que trabalharam, viam quantas horas tinha trabalhado no mês e fazia mais o menos equivalente a hora que valia. Depois [o coordenador do setor] pegava esse dinheiro e passava para os sócios de acordo com as horas trabalhadas. Se tivesse excedente ia para o montante onde esse montante era para investimento. Então a gente investia em algumas coisas. A gente tinha até já proposta que investir e o que a gente fosse investir era para o benefício de todos e não de uma ou duas famílias mas para o benefício de todos”¹³⁴.

À primeira vista, a solução parecia amenizar o problema, contudo as perspectivas parecem afugentar-se de uma realidade promissora. A nova relação de trabalho, ainda que alguns critérios tenham sido estabelecidos, parecia nebulosa, principalmente se se levar em conta a forma de controle da produção, considerando as horas trabalhadas por cada membro da família.

As dificuldades vão se somando e ampliam os desafios do controle da produção, não somente para a juventude como para todos que faziam parte da cooperativa. Como aponta Benê, “tem os cooperados e os

choperados”¹³⁵. Como controlar as horas trabalhadas? Nesse ponto o indivíduo se dilui no coletivo e com isso se dispersa o sentimento de cooperação. A produção era garantida por uma parcela, enquanto o benefício atingia a todos, gerando um descontentamento amplo, acarretando, dessa forma, os conflitos.

Uma das mulheres que atuou intensamente no intuito de garantir a permanência da COPAJOTA, em entrevista que me concedeu em 2003, trouxe à tona a questão da administração das horas trabalhadas na cooperativa. Em sua análise, apontou as falhas que poderiam ser evitadas, naquela época. Entretanto, ela mesmo constata que somente o tempo permitiu uma elaboração mais apurada sobre a situação:

“Na época nós deveria ter administrado melhor essa questão (...) Nós deveria ter pensado melhor, porque tinha família que tinha cinco ou seis na casa que trabalhava. E tinha outros que tinha dois, que era o casal, e então recebiam de acordo com as horas trabalhadas. Nós poderíamos ter repensado isso, então faltou esse tipo de discussão e encaminhamento de ter uma viabilidade talvez melhor. Não podia ter chegado ao que chegou, esse é um dos fatos que a gente não conseguiu administrar”¹³⁶.

As dificuldades encontradas, principalmente pela direção da COPAJOTA, estão relacionadas à falta de alternativas que atendessem às necessidades do grupo sem, no entanto, ferir os princípios da organização

¹³⁴ Entrevista realizada com Lurdinha, em março de 2003.

¹³⁵ O sentido da expressão se refere àqueles que não contribuem, mas participam dos benefícios. A expressão é uma imagem figurada do pássaro popularmente denominado de chopim, que não cria seus próprios filhotes, mas deposita os ovos no ninho de outros pássaros para que eles se encarreguem do trabalho de chocar e alimentar os filhotes.

do trabalho coletivizado. A integrante da COPAJOTA referida anteriormente, continua a sua reflexão apontando que não havia um “modelo” para seguir, pois essa experiência de cooperativa coletivizada era a primeira do estado de São Paulo. Ao contrário, ela parecia ser a menina dos olhos da direção geral do MST, que apostava em seu sucesso.

¹³⁶ Entrevista realizada em março de 2003, com Lurdinha

Alternativas para fixação do jovem no assentamento

“Se um dia der uma reviravolta na minha vida e eu tiver que ir morar para a cidade, eu vou ter que me adaptar. Eu gosto daqui, está no sangue!”

Andréia

Procuramos destacar a experiência de três jovens, filhos de assentados do “Grupo de Campinas” dissidentes da COPAJOTA, que estão desenvolvendo, atualmente (2004), um projeto de produção agrícola nos lotes de suas famílias, através do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais – PROJOVEM¹³⁷.

Esses jovens são integrantes das famílias dissidentes da COPAJOTA, que buscaram no PROJOVEM a alternativa de permanência no assentamento.

Andréia, jovem de 23 anos, e Adriano, de 20 anos, chegaram ao Acampamento da Fazenda Reunidas com 6 e 3 anos de idade, respectivamente, acompanhados de seus pais Benê e Alice. Romeu, jovem

¹³⁷ O PROJOVEM é destinado para jovens entre 16 e 25 anos, filhos de agricultores, que não conseguiram completar o ensino fundamental e necessitam de formação específica para desenvolver seu projeto de produção agrícola ou pecuária com tecnologia e eficiência, possibilitando, dessa forma, gerir negócios na área rural e conseguir uma renda mínima para garantir sua permanência no campo. “O PROJOVEM objetiva preparar jovens da área rural para dirigir negócios rurais de forma competitiva e sustentável, aumentando o nível de renda de suas famílias. O programa é resultado do esforço conjunto do Projeto UNIR (Uma Nova Iniciativa em Desenvolvimento Rural) da USP (Universidade de São Paulo), financiado pela Fundação W. K. Kellongg Foundation e do CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica ‘Paula Souza’), do governo do Estado de São Paulo” (PERES, 1998: 26).

de 18 anos, filho de Maria Inês e Adelino, é o terceiro filho do casal e tinha apenas um ano quando chegou ao assentamento.

Os três jovens, de famílias provenientes do “Grupo de Campinas”, participaram com seus pais da luta pela conquista da terra há dezessete anos, passando por intensas experiências da organização, em que suas famílias se destacaram, liderando a organização da APRONOR e posteriormente da COAP, impulsionado esse movimento de resistência e luta pela terra. Nesse processo, foi possível lançar raízes cada vez mais profundas, que permitiram a fixação desses jovens nas “Terras de Promissão”.

Apesar de poucas lembranças, Andréia pode resgatar alguns dos momentos mais conflituosos e determinantes vividos no “Grupo de Campinas”, contextualizando as lutas e a resistência para permanecer nas terras:

“Na fundação da COPAJOTA, eu tinha 11 anos. Mas como meu pai estava sempre na linha de frente do grupo, então, indiretamente eu estava no grupo.”¹³⁸

Quando deixaram a COPAJOTA, apesar de ainda crianças, foram trabalhar com seus pais em outros lotes do assentamento, para poder sobreviver e reorganizar a vida, continua relatando:

“Então nós começamos a buscar dinheiro. Nesse caso nós tivemos que esperar eles (COPAJOTA) colherem do nosso lote para desocupar para gente. Então nesse meio termo o meu pai começou a furar poço no assentamento, tivemos que colher algodão, recatar milho na palhada,

¹³⁸ Entrevista realizada com Andréia em dezembro de 2004.

colher feijão. A gente teve que se virar de uma forma ou de outra até a gente começar a produzir no lote. Não tinha jeito, a gente precisava de dinheiro, foi uma época difícil. A gente ficou revoltado com esse pessoal porque a gente sofreu”¹³⁹.

Somente a partir de 1994 a família de Andréia consegue um projeto de financiamento e planta a primeira safra de milho. A produção foi promissora, e com o dinheiro obtido nessa safra, somado ao de uma herança familiar recebida nessa época, foi possível recomeçar a produção, montando a primeira estufa. Juntamente com outras famílias, organizam-se em cooperativa, a COAP, reestruturando todo o processo de produção e comercialização do grupo.

Adriano e Andréia conhecem em 1999 o PROJOVEM¹⁴⁰. Tiveram apoio de seus pais, que passaram a integrar a Associação dos Pais desse programa e se dispuseram a colaborar, atendendo a todos os critérios para desenvolver o projeto. Novas perspectivas se abrem para os jovens, que começam a esboçar seus planos de produção e, conseqüentemente, a garantir sua permanência na terra:

“Eu conheci o PROJOVEM, é tipo uma escola agrícola, mas não tem uma grade curricular de uma escola agrícola, é diferente. Lá o jovem entra com o intuito de elaborar um projeto e administrar na propriedade do pai,

¹³⁹ Entrevista realizada com Andréia em dezembro de 2004.

¹⁴⁰ Foram criados dez núcleos do PROJOVEM, sendo o de Promissão o mais antigo, formado em 1998, constituindo duas turmas com cerca de 180 jovens. Da Agrovila Campinas, desde sua formação, já passaram dez jovens pelo programa, entretanto apenas cinco deles continuaram no projeto. Destacamos a experiência de três desses jovens, que estão executando seus projetos, produzindo nos lotes de seus pais.

então eu entrei, eu e meu irmão, nós fizemos o diagnóstico, optamos pela plasticultura, que seria mais fácil para trabalhar porque já tínhamos experiência e elaboramos um projeto, fizemos as avaliações financeiras e a viabilidade da execução do projeto.”¹⁴¹

Os jovens conseguiram recursos financeiros do Fundo Social, que também fez parceria, através do ITESP, com o PROJOVEM, para montar a primeira estufa:

“Depois peguei o Fim Social, eu comprei a estufa do meu pai, meu irmão comprou outra e com o dinheiro o meu pai construiu uma outra terceira e investiu no café. Ajudou no crescimento da propriedade (...) E nós temos a dívida do Projeto, ainda, nosso projeto é social, ele tem um rebate de 40%, a gente pegou R\$ 4.000,00, 40% a gente não precisa pagar, estamos pagando em seis parcelas de R\$400,00 em média. Já pagamos três, é sempre assim, janeiro e julho.”

Nem todos os jovens conseguem de imediato o financiamento, Romeu, por exemplo, não recebeu o financiamento do PROJOVEM. A justificativa é o financiamento feito anteriormente a trinta jovens de Promissão. Nesse momento, os coordenadores do programa julgaram pertinente liberar o financiamento para as outras cidades que não foram contempladas. Outra dificuldade apontada pelos jovens foi a liberação de financiamento do Governo Federal para jovens. Alguns deles alegam que o dinheiro do financiamento chega à agência bancária de Promissão, mas o gerente não libera porque não confia na credibilidade de jovens entre 16 e 25 anos, considerado o negócio muito arriscado.

¹⁴¹ Entrevista com Andréia, realizada em dezembro de 2004.

O PROJÓVEM desenvolve seu projeto em sintonia fina com a família do jovem, caso contrário torna-se não apenas difícil sua concretização, mas impossível. O apoio da família torna-se essencial, liberando uma área do lote e toda a infra-estrutura necessária para o filho desenvolver seu projeto, bem como inserindo-o no processo de construção da produção enquanto sujeito e fazendo parte da Associação dos Pais, conforme os princípios do projeto:

“O programa se baseia na chamada *‘pedagogia da alternância’*, inicialmente desenvolvido pelas Casas Familiares Rurais da França” (PERES, 1998: 14).

As escolas, ou núcleos de alternância, permitem maior fluidez de seu funcionamento, dispensando toda forma de burocracia, porque não têm vínculo com a rede oficial de ensino. Os alunos permanecem no núcleo uma semana para treinamento e elaboração de seus projetos e, em seguida, eles voltam para a seus lotes/propriedades para implantá-los. Enquanto estão nos lotes, recebem a visita dos monitores, que fazem suas observações e anotações para posteriormente serem discutidas com os alunos no núcleo. Normalmente, para cada semana que o jovem permanece no núcleo, ele fica três em seu lote:

“O PROJÓVEM foi muito bom, eu aprendi a administrar uma coisa para mim. Eu aprendi aquilo que meu pai estava fazendo desde quando a gente começou com a primeira estufa, custo de produção, gerenciar como se fosse uma empresa, mas não é uma empresa, é só o sítio. Eu acabei ajudando o meu pai, com o curso, aprendia coisas novas, tecnologia,

aperfeiçoando, uma variedade de tomates, tecnologia de plantio. O PROJOVEM ajudou com informações, com conhecimento"¹⁴²

Os resultados desse projeto ficam evidentes quando, em minha pesquisa de campo, nos dois últimos anos consecutivos (2003-04), pude constatar o trabalho realizado pelos três jovens. Os dois jovens que iniciaram o curso em 1999, terminando-o três anos depois, já estão produzindo, pelo sistema de plasticultura (estufa), pepino e tomate em sistema rotativo. A mercadoria está sendo comercializada no CEASA da região de Lins e no mercado local. Romeu, que terminou o curso mais recentemente, está preparando a sua primeira estufa, que se encontra na fase inicial do plantio de pepino, com as mudas prontas para serem plantadas. Apesar de não ter recebido financiamento para o projeto, com o apoio dos pais está conseguindo desenvolvê-lo.

A decisão desses jovens de permanecerem na terra vai sendo firmada à medida que conseguem vislumbrar algo que lhes dêem segurança e perspectivas para o futuro. Eles, sem dúvida, têm uma certa paixão pela terra, porque foram, desde crianças, aprendendo a apossar-se dela, como seus pais. Percebe-se de certa forma uma cumplicidade entre eles. Deixar a terra pode ser entendido como abandono dos próprios pais, que já começam a envelhecer e em breve não terão energia suficiente para tocar o trabalho, como expressou Adriano:

“Estou pensando em fazer uma faculdade com o dinheiro da estufa. Eu pretendo fazer Análise de Sistema. Não tem a ver com o campo, mas é

¹⁴² Andréia, entrevista ocorrida em dezembro de 2004.

uma opção que a gente tem, se algum dia der problema aqui, não der para a gente produzir e trabalhar, tem uma segunda opção que você pode trabalhar. Então eu pretendo continuar na terra até me formar, e depois se eu achar um emprego bom por aqui por perto, eu trabalho na cidade e moro aqui no sítio. Porque, quando eu me formar, meu pai vai aposentar, parar de tocar a roça. Aí eu me viro com o que eu me formei”¹⁴³.

O jovem não descarta a possibilidade de deixar de trabalhar na terra, mas expressa o desejo de manter-se vinculado a ela. A busca de outra forma de trabalho revela que há uma certa insegurança em permanecer com uma única opção. As inúmeras experiências vividas com projetos que se desmancharam, muitas vezes por falta de políticas públicas sérias, acrescidas aos conflitos gerados internamente entre assentados na tentativa de buscar alternativas, podem ser indícios dessa desconfiança. Ainda que esse momento, considerando os dezessete anos da chegada no assentamento, pareça ser o mais promissor, não é suficiente para o jovem lançar-se em tal risco.

Por outro lado, Andréia considera as alternativas de trabalho fora do ambiente do campo muito difíceis, ou inviáveis, como expressa em sua reflexão. Ao optar prioritariamente por uma faculdade de Agronomia ou, em segunda instância, Direito, revela o desejo de vincular sua profissão ao trabalho na terra, portanto, deseja permanecer na terra, desenvolvendo sua profissão de forma mais qualificada:

¹⁴³ Adriano, 20 anos; entrevista ocorrida em dezembro de 2004.

“Para trabalhar fora, teria que ter um curso superior e buscar competir com o pessoal que está lá e não tem outra opção, como muitos jovens, tanto de Campinas como de Promissão. As meninas que estudaram o colegial comigo estão casadas e nunca trabalharam. Então, eu sair daqui, que estou trabalhando, para competir com outros que não têm outra opção?”¹⁴⁴

Permanecer na terra, desenvolvendo o trabalho nela, é algo já conquistado e, de certa forma, oferece melhores condições de vida, comparado às outras jovens que se encontram sem opção.

No Assentamento Reunidas, mais especificamente no “Grupo de Campinas”, é quase inexpressível o número de jovens que tiveram acesso a algum projeto específico que possibilite sua permanência no assentamento. A maioria busca pequenos empregos no comércio em Promissão e em cidades próximas.

4.4. A participação da mulher na COPAJOTA

A participação da mulher teve grande influência na estruturação dos setores de produção da cooperativa, criando as condições propícias para a sua inserção nesse novo modelo. Além dos setores existentes, foram criados dois novos, a cozinha e a creche, essenciais para garantir a liberação da mulher do espaço domiciliar para o espaço produtivo. Essa inovação trouxe questões muito relevantes na forma não só do trabalho mas na concepção

¹⁴⁴ Andréia, entrevista em dezembro de 2004.

das relações de gênero. A poesia de Maria Rodrigues Santos¹⁴⁵ expressa a conquista da participação da mulher no trabalho:

Mulheres à procura de solução para a libertação

Depois de tanta opressão, tanta terra e sem alimentação

Decidimos nos unir com garra

Foi assim que começou a nossa organização.

Nós mulheres com tanto trabalho, e pouca produção

Juntamos aos nossos homens, que trabalhando em união

Na roça, na horta e até no fogão! E vamos juntos comer então.

E com tanta ansiedade, mulher, homens e crianças

Com condições financeiras precárias, mas com grande confiança

Pedimos ajuda voluntária, e construímos a cozinha comunitária.

Nós sabemos então, o valor dessa organização

E nós mulheres nos libertando do escravizador fogão

Podendo ter mais participação

E agora descobrimos, experiência de outros irmãos

Que não resolve o problema da produção só trabalhando em mutirão

E por isso vamos a nossa COOPERATIVA fundar, então!

Com tanta alegria, de ter chegado estes dias

Que todos juntos aprecia

E sem nunca desanimar

A SOCIEDADE VAMOS TRANSFORMAR

A entrevista de Maria Inês revela, no entanto, os impasses das mulheres diante do novo modelo de trabalho:

“Depois deparou com uma outra questão. Na área rural tem mulheres que até por questão de natureza têm mais disposição para trabalhar no sol,

¹⁴⁵ *Folha do Campo*, nº 02, fevereiro de 1992.

têm mais resistência. E tem outras, ah! Só trabalho se for na sombra e a maior parte do trabalho é de campo, é de sol. Então, por fim, começou a falar assim. Ah! fulano... Aí tinha a cozinha comunitária e lá prá lá tinha um grande número de mulheres que queriam trabalhar e não queria ir prá campo, aí o pessoal da agricultura começou a implicar, por uma razão justa porque era do campo que saía a produção e tava tendo menos pessoas que os outros setores de serviço que é o administrativo, era de organização e era a cozinha, o serviço e a creche. E aí começou essa implicância. A mulher do outro, às vezes até por natureza, falava ‘o meu servicinho é só esse de casa, não gosto de fazer mais nada’. E o que acontecia? Aquela família pegava menos, porque era por hora, foi difícil achar um indexador e começou a discutir e achou que por hora trabalhada que seria assim, no momento a questão que era mais possível o que podia fazer e era mais justa. Só que, no dia-a-dia, aquela que recebia menos achava que era injustiçada, e dizia assim, mas o lote, o INCRA não reconhece isso, ele reconhece uma família que está acampada e tem no meu nome e eu repassei esse direito para o coletivo, então se eu quiser retirar isso eu posso retirar. Se eu tivesse o meu lote e se a minha mulher não quisesse trabalhar, esse valor total seria meu, da minha família. Aí foi mais uma questão que começou a desgastar essa organização. Porque as pessoas parecem iguais, mas no dia-a-dia elas vão se mostrando diferentes das outras, embora no geral pareçam iguais (...)”¹⁴⁶.

Quanto à incorporação da mulher na produção, há uma grande discussão sobre sua suposta fragilidade, que atrapalharia a produtividade.

Maria Emília Pacheco considera que

“o conceito de sistema de produção é a chave para avançarmos no debate, que tem como centro a crítica ao modelo agrícola dominante e se nutre da perspectiva da defesa da agricultura sustentável, baseada nos princípios da agroecologia” (PACHECO, 1997: 34).

¹⁴⁶ Entrevista realizada em março de 2003.

No percurso desse caminho, ficam evidentes as diferenças entre as situações de vida das mulheres antes de viver no assentamento. Ainda em espaços em que elas eram vistas apenas como apêndices do homem, a maioria delas entrou no movimento como acompanhante do marido, muitas vezes para “sustentar o casamento”, como afirmou uma das assentadas. Sua identidade enquanto mulher e militante começa a aflorar a partir do novo espaço da organização do MST, e foi isto que se sucedeu com várias delas.

Como essa nova configuração da mulher está sendo percebida, qual a consistência da mudança das relações no interior do assentamento e no sentido mais amplo do movimento? Até que ponto poderíamos reconhecer nessas mulheres o protagonismo de um novo modelo de produção?

A primeira questão a observar é que, se há protagonismo das mulheres, este pode ser aferido a um número muito pequeno delas, se considerarmos sua proporcionalidade. No entanto, se se abrir para um horizonte maior, outros elementos passam a iluminar as experiências em que aquelas anônimas começam a ter nome próprio, à medida que vão se inserindo no sistema produtivo. São essas experiências de mulheres na organização do acampamento e assentamento, no trabalho na roça, nas assembléias, na convivência com outras que permitiram avanços nas práticas e na consciência sobre as transformações necessárias para uma atuação mais progressista.

Sobre o que mudou na vida das mulheres, a partir da entrada no MST, recorro aos relatos de algumas assentadas extraídos da pesquisa de

Ferraro¹⁴⁷, realizada na COPAJOTA. Uma delas classifica as mulheres em dois grupos, aquelas que saem para participar do movimento em nível de direção estadual e nacional e, por vezes, até em encontros internacionais; e aquelas que ficam no assentamento “segurando aqui”, expressão usada para as que dificilmente saem para participar de eventos da organização. As “de fora” e as “de dentro”. Um número talvez pequeno das “de dentro” está num processo de saída, ou seja, participando dos encontros de mulheres voltados mais para a reflexão. No entanto, parece existir uma certa sintonia em relação às diferenças no processo de participação.

A estrutura de organização da produção da COPAJOTA possibilitou a inserção da mulher no trabalho. Quando foram implantadas a cozinha comunitária e a creche, as mulheres conseguiram liberar o tempo antes voltado para o lar para inserir-se no trabalho produtivo. As mulheres passaram a coordenar os trabalhos de plasticultura (estufas), a horta de campo e outros. Na relação entre homem e mulher vão se delineando outras formas de convivência familiar, muitas decorrentes de conflitos que, em alguns casos, foram enfrentados e chegaram a criar relações de ajuda mútua. Por outro lado, há aquelas que, vislumbrando a possibilidade de viver novas relações, não conseguindo as compartilhar com seus companheiros, decidem romper o casamento. A iniciativa de separação do casal muitas vezes partiu da própria mulher.

¹⁴⁷ FERRARO, 1998: 24-26.

Essa aprendizagem de refletir, planejar e definir ações pode ser atribuída à vivência na cooperativa, como retrata uma das mulheres:

“E, na época antes de entrar nessa luta, a gente ficava mais em casa parada e não via assim, para fora. Não via a situação para fora, para ver como é que era tal, tal. Eu me sinto muito mais valorizada” (FERRARO, 1998: 26).

Mesmo com a vivência em cooperativa, a visão dos homens em relação à mulher ainda estava distante da nova visão de respeito às diferenças preconizada por muitas mulheres do assentamento. Com relação ao trabalho na roça, a mulher era vista pela maioria dos homens como a “frágil”, sem resistência para enfrentar o sol e, portanto, a elas cabia o trabalho da casa. A elas caberia o dever de servir a “comida quentinha” e estar pronta para receber o homem quando este chegasse do trabalho na roça. Muitas das mulheres mantiveram esse padrão. No entanto, a organização do trabalho pensado também pelas mulheres possibilitou a sua inserção no espaço produtivo, invertendo essa lógica existente.

O fato de várias mulheres terem conquistado esse espaço de trabalho indica a superação de uma das fases do processo, mas ainda permanece muito presente a concepção de que as mulheres são apenas “ajudantes” do homem, e não um elemento efetivo e produtivo.

Pode-se perceber que ao homem é atribuído o poder de definir o que é pesado e o que é leve para a mulher, qual o trabalho que lhe compete. Ele determina que “furar o poço é pesado”, ao passo que “lavar roupa é leve”. Uma das mulheres contesta, porque lavar roupa pesada de barro numa bica

debaixo do sol é muito pesado, mas no entanto é trabalho de mulher. Esses debates e embates foram sendo construídos no cotidiano, e as evidências de um “machismo” culturalmente arraigado aumentam o desafio de transformação social.

Uma possível pista para enfrentar o desafio pode ser o próprio sistema de produção sustentável construído por mulheres e homens na cooperativa. Pacheco, ao se referir ao trabalho da mulher em sistemas produtivos, afirma:

“A invisibilidade do trabalho da mulher é antes de tudo uma questão política. Os ‘silêncios’ sobre as mulheres estão a requerer outra matriz de análise, que parta dos ecossistemas e sistemas de produção, da ampliação do conceito de trabalho produtivo, em articulação com a questão da diversidade social, como constitutiva de uma visão de agricultura sustentável que relacione gênero e agroecologia. O debate continua em aberto” (PACHECO, 1997: 38).

Se a cooperativa possibilitou criar novas relações e se realmente aconteceram relações mais saudáveis, poder-se-ia indagar sobre o que levou à desistência de algumas famílias? Para Lurdinha¹⁴⁸, muitas das mulheres que saíram da cooperativa acabaram tendo um nível de vida pior:

“Elas hoje estão desenvolvendo trabalho sozinhas em seu lote que é muito mais difícil, estão muito acabadas, você vê que a pessoa tá ficando mais velha, doente. Quantas companheiras nossas estão doentes que estavam na cooperativa e que hoje estão doentes de tanto trabalhar? E é o serviço braçal, o serviço bruto que ela não podia fazer e hoje ela tá fazendo, levanta de madrugada prá fazer esse serviço. Aí é um sentimento profundo que a gente tem essa visão eu tenho certeza que se a gente

¹⁴⁸ Entrevista realizada com Lurdinha em março de 2003.

tivesse continuado juntas, desenvolvendo aquele trabalho, que é muito criativo, nós somos criativas...”

Lurdinha, em 2003, desenvolveu um trabalho de formação com grupos de mulheres nos assentamentos. Pelo seu relato, fica perceptível a avaliação sobre o modo como foi conduzida a formação da cooperativa, inclusive apontando um certo “aceleramento” na decisão de iniciá-la, deixando transparecer um descompasso entre o ritmo das mulheres principalmente, e a organização do movimento. É importante registrar que é frente a essas questões que O MST passa a repensar a questão de gênero, considerando como uma das tarefas estratégicas “desenvolver novos valores éticos e morais”¹⁴⁹.

A idéia de a cooperativa servir de “exemplo” no estado de São Paulo é um dos elementos embutidos na decisão de sua implantação, evidenciado em vários momentos da fala dos assentados. Depois de longos anos, com sua avaliação amadurecida, a assentada afirma em entrevista:

“Hoje eu estou fazendo esse trabalho nos acampamentos com as companheiras, hoje eu faço esse trabalho, amadureço a idéia porque no seu acampamento você tem a cooperativa e não com aquela mentalidade que a gente teve e que pode ser mudada. Isto agora pode ser pensado melhor. Acho que valeu muito nossos tropeços, os nossos não-entendimentos das coisas, valeu prá hoje organizar melhor, você pensar melhor. Hoje nós temos um grupo de mulheres no acampamento aqui no Guarantã e elas se organizaram e estão trabalhando não na roça, porque a roça também mata as pessoas, o sol muito quente, se não tiver um controle você acaba se destruindo. Então elas se organizaram para fazer o trabalho de padaria, elas fazem pães de vários tipos de produtos da roça.

¹⁴⁹ CONCRAB. *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 05, p. 17.

Então os companheiros homens estão plantando abóbora, mandioca, e elas estão fazendo pão de abóbora, pão de mandioca, pão de inhame, pão de batata, elas transformam em pães e entregam nas faculdades, na UNIMEP, nas escolas, nos hospitais e tá dando certo lá, vamos começar com os pães e vamos ver o que dá para produzir a mais, mas vamos começar com poucas coisas”¹⁵⁰.

Ainda que a COPAJOTA tenha sido extinta, fica evidente nesse relato que os ideais permanecem de forma mais apurada. Numa entrevista em que a pessoa relata sua história de vida, torna-se impossível separar o tempo vivido do tempo sonhado. Lurdinha é, assim, capaz de conduzir-se sempre nesse fluxo, avaliando sua prática e a do movimento e projetando novos caminhos. Atualmente, a assentada desenvolve um trabalho com as mulheres nos acampamentos dos sem-terra e, com sua experiência na COPAJOTA, pode avaliar com mais cautela e ainda respeitar o tempo das mulheres, evitando acelerar o processo. Tarefa difícil porém fundamental, pois queimar etapas pode abortar algo novo que está apenas sendo gestado, como expressa:

“A produção no sentido organizativo está servindo de exemplo prá não construir mais dessa forma e esse esclarecimento para as companheiras para as mulheres que elas devem se unir. E, olhe, quem tem tocado o processo dos nossos assentamentos que a gente tem hoje em nossa região é as mulheres, têm dado segurança para esses assentamentos, são elas que estão dando segurança para isso, que faz os queijos, as mussarelas, tudo passa pelas mãos das mulheres”¹⁵¹.

¹⁵⁰ Entrevista realizada com Lurdinha em março de 2003.

¹⁵¹ *Idem*.

Retomando a proposta inicial, considerando o sistema produtivo sob a perspectiva da mulher, podemos recorrer à forma como as mulheres estão atuando nos acampamentos, criando novas possibilidades através da criatividade, em que elas vão garantindo a sustentação de suas vidas e daqueles que estão no projeto. Observamos que as mulheres, tanto nos âmbitos das organizações internas do assentamento, bem como no coletivo das mulheres do MST, cada vez mais ocupam seu espaço de protagonistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a complexidade do “Grupo de Campinas”, que partiu *em busca das “Terras de Promissão”*, incitou, inicialmente, a voltar o olhar para a história de pessoas que, de diferentes lugares, chegaram a Campinas, na década de 1970, fazendo desse lugar a “sua cidade”. Campinas foi então vista por esses imigrantes como um “lugar promissor”, que poderia abrigar aqueles expulsos do campo, em consequência de um modelo de desenvolvimento agrícola excludente. Eram centenas de famílias alimentando a esperança de encontrar trabalho, moradia e recompor a sua dignidade, expropriada junto com a terra. Ao contrário de tantos sonhos, aqueles migrantes depararam-se com uma cidade não planejada para eles, mas voltada para os interesses de uma elite detentora do poder econômico e político.

Nesta trajetória, a presença da Igreja Católica, orientada pela Teologia da Libertação e inserida nos meios populares, através das CEBs, tornou-se uma das alavancas que permitiram aos movimentos sociais ensaiar os seus primeiros passos no conhecimento da realidade social e buscar formas organizadas de “fazer sua própria história”, buscando agir desenhando seus projetos. Ainda sob a égide do regime militar, começaram as primeiras organizações populares de Campinas.

As lutas reivindicatórias, que caracterizaram a década de 1970, possibilitaram a construção de um corpo de militantes bastante articulado,

capaz de aglutinar forças que se irradiavam dos mais variados lugares da cidade, constituindo os *movimentos sociais urbanos*, que buscavam transformações sociais em ações cada vez mais complexas e expressivas. Nesse dinamismo, eclodem as lutas que exigiam direitos, de forma autônoma, que procuravam se desvincular das estruturas partidárias e do Estado, característica que permeou todos os movimentos sociais das décadas de 1970/80. Pretendia-se uma cultura política não mais calcada em trocas de favores, como na “velha ordem”; agora são exigências fundadas nos direitos sociais.

Nesse processo, foi possível identificar, no “Grupo de Campinas”, os novos personagens que reivindicavam e ocupavam os espaços na sociedade, através da organização nos bairros, nas fábricas, nas associações, etc. Da irrupção do silêncio cravado na garganta dos trabalhadores, subjugados pela lógica do capital e pela dominação do Estado centralizador e ditatorial, vão se delineando novos personagens, que almejam escrever a própria história.

Observamos, portanto, avanços tanto no plano sindical, com a organização das oposições sindicais, como no político, com a construção do Partido dos Trabalhadores e a organização do MST, com as primeiras ocupações na região de Campinas e a articulação de um novo grupo de pessoas, que parte em busca das “Terras da Promissão”, coroando a década de 1980 com um grande protagonismo.

Inserindo-se na organização do MST, o “Grupo de Campinas”, enquanto um protagonista nos movimentos sociais urbanos, pôde alçar vôos maiores, na perspectiva de busca dos valores socialistas, ao engajar-se na

luta pela terra. Com isso, redimensiona sua ação e novos processos de lutas e conflitos emergiam num novo cenário em que o grupo se reorganizava, forjando novas conquistas.

Um das hipóteses levantadas no decorrer desta dissertação consiste em considerar o “Grupo de Campinas” enquanto uma forte expressão de luta, à medida que foi participando de forma efetiva no processo organizacional do MST.

No intuito de buscar elementos que confirmem essa consideração, desenvolvemos uma breve análise da gênese do MST e de seu contexto histórico e sócio-político. Retomamos os princípios que fundamentam o modelo de Reforma Agrária proposto pelo MST, em contraposição ao modelo agrário voltado aos interesses econômicos e ao mercado externo. Resgatamos, também, alguns elementos peculiares dos primeiros assentamentos que influenciaram política e pedagogicamente, de certa forma, a organização interna dos demais assentamentos que se difundiram em todo o país. Portanto, ao organizar-se tendo em vista a conquista da terra, o “Grupo de Campinas” insere-se nesse processo de construção do movimento, emergindo enquanto sujeito social e político.

Ao tornar-se protagonista da conquista das “Terras de Promissão”, o Grupo de Campinas se engajou numa trajetória da qual se procurou destacar, nesta dissertação, alguns momentos fundamentais. Primeiramente, a ousadia de um grupo em integrar-se na luta pela terra, pleiteando uma área que não estava prevista para reforma agrária. Essa conquista revelou o potencial organizacional do grupo e sua peculiaridade em criar estratégias,

construindo ações coletivas capazes de garantir a posse da terra. Para narrar essa história, deu-se destaque ao episódio da *quebra das porteiras* e à ocupação de uma área provisória, revelando o enfrentamento com o poder dos fazendeiros pelos “aparentemente fracos”. Essa ação coletiva resultou na formação do maior assentamento do estado de São Paulo.

A construção desta dissertação tomou como eixo central a análise dos conflitos que se desencadearam a partir do processo de reorganização do sistema produtivo, com a implantação e a consolidação da COPAJOTA. Procurou-se, dessa forma, analisar a ruptura de uma parcela da liderança após dois anos de sua constituição e também o seu colapso em 1997. No intuito de fundamentar essa análise, tomamos como referencial a vasta documentação sobre a organização do sistema cooperativista do MST. Essa base documental permitiu inferir que o ideal da institucionalidade das CPAs não se restringe às questões econômicas. Durante a pesquisa de campo, os dados coletados permitiram aferir que o ideal primordial nos valores socialistas acaba convivendo – de forma conflituosa – com os objetivos econômicos da cooperativa. Dessa forma, procuramos analisar alguns elementos dos conflitos que pareciam estar relacionados à dificuldade de articular dentro de uma mesma instituição – a cooperativa – os aspectos econômicos e ideológicos.

Quanto aos aspectos econômicos, foi possível constatar que houve um certo consenso entre aqueles que permaneceram na cooperativa e o grupo dissidente, considerando que um dos maiores entraves se encontrava na falta de uma política agrária específica que atendesse às reais necessidades

dos assentados. A política de crédito para as cooperativas, em vigor na época, inviabilizava os investimentos porque o resultado obtido na produção voltava-se para o pagamento dos juros da dívida.

Outro aspecto se refere à organização da produção. A forma de organização do trabalho fundamentava-se em criar possibilidades para a inserção de todos no sistema produtivo, sem discriminação, e realizar a *distribuição justa* do resultado obtido pelo trabalho coletivo. Essa idéia primordial de criação de novas relações sociais encontrava fundamento na concepção socialista de um projeto que poderia ser concretizado pelos assentados. Entretanto, foi possível perceber que os conflitos se acirraram a partir da forma de gerir o trabalho e da distribuição das *sobras*. A fidelidade aos ideais socialistas esbarrava nos problemas experimentadas no cotidiano, em que os conflitos se cristalizavam.

A cooperativa deparou-se com duas dificuldades que se tornaram, possivelmente, o estopim para consolidar a sua cisão, quais sejam: garantir a participação de todos no processo produtivo e distribuir os recursos (monetários) resultantes do processo de trabalho, conforme a necessidade de cada família. A dificuldade se agravou, considerando que havia excesso de mão-de-obra e o resultado da comercialização da produção era irrisório, tornando-se quase impossível fazer a distribuição entre os sócios.

Em decorrência disso, tornou-se um grande dilema a questão da participação do jovem, que, a partir dos 16 anos, já se encontrava inserido no processo produtivo. Se, por um lado, a participação de todos significa a

inserção sem discriminação, constituindo novas formas de relação, por outro lado, agravava o problema com o excesso de mão-de-obra.

Houve um enorme desgaste, principalmente dos dirigentes da cooperativa, em buscar soluções adequadas para resolver o problema. Entretanto, observou-se, também, um certo grau de dificuldade em torno da viabilidade do sistema de cooperativa coletiva. Seria possível “criar” uma forma diferente de organização da produção, sem desviar-se dos valores socialistas?

É certo que o aspecto ideológico guarda uma estreita relação com a questão econômica. No caso em questão, o que se procurou apontar foi o aspecto econômico sobrepondo-se aos ideais primordiais que motivaram a formação da cooperativa.

Torna-se pertinente perguntar, atualizando o pensamento de Gramsci: até que ponto o “Grupo de Campinas”, inserido na organização mais ampla do MST, se dispôs a pensar continuamente a sua *práxis*, numa constante análise crítica, possibilitando criar novas relações e recriar ações que conduzam à libertação?

Dez anos passados da ruptura da COPAJOTA, é possível perceber na fala das lideranças – tanto aqueles que permaneceram ligados ao MST, como os que deixaram o movimento –, a capacidade de olhar a história de construção do grupo e resgatar os elementos motivadores que os levaram à conquista da terra.

É notória a expectativa, depositada pela direção do MST, no sucesso da cooperativa. Essa forma de organização, que começa a ser implantada no

interior do movimento, na década de 1990, significaria o avanço da organização, aglutinando forças capazes de enfrentar a política neoliberal. Portanto, a primeira cooperativa que emergia no estado de São Paulo, sem dúvida, deveria se tornar um modelo para os demais assentamentos desse estado.

Isso ficou perceptível à medida que, no auge dos conflitos internos da cooperativa, a direção do MST, que intermediava as discussões nas assembleias, apresentava forte resistência em abrir mão de algumas propostas em prol de outras que pudessem provocar mudanças na estrutura da cooperativa. Essa hipótese pode ser sustentada com avaliações de algumas pessoas que permaneceram na cooperativa. Após quase dez anos da cisão do grupo, foi possível detectar, em entrevistas, a ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre possíveis alternativas que viabilizassem a manutenção da cooperativa, impedindo, dessa forma, a sua cisão. Caso fosse melhor administrado, o conflito poderia resultar em um saldo qualitativo para a organização interna do grupo, evitando, possivelmente, a sua cisão.

A fragmentação e a cisão da COPAJOTA pode ter ocasionado o enfraquecimento das lutas sociais do “Grupo de Campinas”. Entretanto, nessa trajetória, conflitos, refluxos, desaparecimentos mas, também, convergências e lutas articuladas definem um patamar de questões das quais muitas acabam por ser tributárias de um pêndulo que oscila entre conformismo e resistência.

A cisão do grupo gerou a resistência e o fortalecimento de ambas as facções, à medida que os dois grupos tiveram que criar novas formas para

permanecer na terra. O grupo dissidente, ao se reestruturar em uma nova cooperativa, independente do MST, consegue, por um lado, avançar no aspecto econômico, conseguindo elevar seu padrão de vida; por outro lado, enfraquece a dimensão mais ampla de luta pela Reforma Agrária.

Quanto ao grupo que resistiu na COPAJOTA, pode-se afirmar que permanecem os seus ideais. Percebe-se uma insistência em reconstruir a cooperativa de um jeito novo, capaz de colocar no horizonte os valores primordiais do socialismo. Nessa perspectiva, as mulheres estão atuando nos acampamentos, forjando novas possibilidades através da sua criatividade, em que vão garantindo a sustentação de suas vidas e daqueles que estão no projeto. Por esta razão, deu-se destaque aos relatos de Lurdinha, capaz de conduzir-se nesse fluxo, avaliando sua prática e a do movimento e projetando novos caminhos.

Conquanto se tenha acompanhado de maneira muito parcial e fragmentária os acontecimentos do Fórum Social Mundial (26 a 31 de janeiro de 2005), até porque se estava redigindo esta dissertação, as considerações da socióloga Leonilde Sérvulo de Medeiros, cobrindo as sessões que se referiam às lutas pela terra, permitem retomar as questões aqui envolvidas, na perspectiva de sinalizar para novos “horizontes de sentido”:

“Ao contrário, porém, de toda uma trajetória do pensamento de esquerda que forjou sujeitos abstratos, dos depoimentos e debates que se sucederam no espaço dedicado aos temas referentes aos bens

comuns da Terra e dos povos nesta edição do Fórum Social, emerge a afirmação do respeito à diversidade, a valorização das culturas e saberes locais. Se esses camponeses colocam-se em cena como produtores, que demandam políticas públicas, novas regras para o comércio de alimentos, direito ao livre uso dos recursos naturais etc., também se afirmam e buscam legitimar-se como portadores de valores, de culturas diferenciadas a serem preservadas. Por esse caminho recusam a pecha de ‘atraso’ que lhes foi imposta ao longo do tempo e afirmam-se como portadores de um futuro não só deles, mas no qual está envolvida toda a humanidade: a defesa da produção de alimentos não é um problema de um grupo social, mas de uma sociedade cada vez mais ameaçada pelos riscos da contaminação dos solos, dos lençóis freáticos e dos alimentos. (...) O historiador Eric Hobsbawn fala da morte do campesinato como um dos fatos centrais do século XX. No entanto, eles estão aí, disputam o espaço público, politizam o cotidiano e buscam aprender as regras do jogo da política, mudar de posição social e buscar caminhos para romper a subalternidade. No cerne dessas mudanças situa-se uma utopia social, que alimenta as resistências e o protagonismo desses novos atores na recusa à universalização das relações mercantis, chamando a atenção para esferas da vida que não aceitam ver-se submetidas ao mundo do mercado”¹⁵².

¹⁵² Leonilde S. Medeiros, “Os lugares da política”, in *Agência Carta Maior*, 31/01/05, www.agenciartamaior.uol.com.br.

GLOSSÁRIO

ANAMPOS - Associação Nacional dos Movimentos Populares

APRONOR - Associação de Pequenos Produtores “Nova Reunidas”

ARs - Administrações Regionais

CEASA - Centrais de Abastecimento SA

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

COAP - Cooperativa dos Assentados de Promissão

COHAB - Companhia de Habitação

CONCRAB - Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária

CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária

COPAJOTA - Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo
Tavares”

CPPS - Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CRARA - Comitê Regional de Apoio à Reforma Agrária

DAF - Departamento de Assentamento Fundiário

FCH - Fernando Henrique Cardoso

GLEP - Grupo Linense de Educação Popular

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MASTER - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PT - Partido dos Trabalhadores

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PROJOVEM - Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais

PROFILURB - Programa de Financiamento para Lotes Urbanizados

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

UDR - União Democrática Ruralista

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARRUDA, Inácio. “A questão urbana e o futuro das cidades”, texto de sua palestra na *I Conferência Nacional das Cidades*. Câmara dos Deputados, Brasília, 1999.
- BERGAMASCO, S. M. P. “Assentamentos rurais; reorganização do espaço produtivo e processos de socialização”, in MEDEIROS, Leonilde *et al.* *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo UNESP, 1994, p. 225-235.
- BERGAMASCO, S. M. P.; FERRANTE, V. L. B. “Assentamentos rurais: Caminhos e desafios de pesquisa”, in ROMEIRO, A. *et al.* (orgs.). *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 181-191.
- BERGAMASCO, S. M. P. & NORDER, L. Antonio C. “Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)”, in MEDEIROS, L. Servolo & LEITE, Sérgio (orgs.), *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, pp. 69-103.
- _____. *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem . s/d.
- BORGES, Maria Stella Lemos. *Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Anita, 1997.
- BRANFORD, Sue & ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*. Trad. Rubens Galves Merino. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins. “A emancipação no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)”, in SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 233-258

CEBs. “Espiritualidade libertadora: seguir Jesus no compromisso com os excluídos”, texto base do 11º Intereclesial das CEBS. Belo Horizonte: O Lutador, 2004, p. 233-244.

CISMOP. “Para onde vai o mundo do trabalho?” Série Trabalho. Vol. II, set. 1998, p. 107.

CONCRAB. (Site do MST) – *Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA’s) e Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS)*.

_____. “A evolução da concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999)”, in *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 08, 1999

_____. *Setor de Cooperativa, Produção e Meio Ambiente – Agroindustrialização nos Assentamentos*.

EVANS-PRITCHARD, Eduard. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LOPES, Doraci Alves. *Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo*. Campinas: Alínea, 1997.

- LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARCON, Telmo. “Influência político-pedagógico do acampamento Natalino no MST”, in VENDRAMINI, Célia Regina (org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2002, p. 44.
- MARTINE, George. “Êxodo Rural, concentração urbana e fronteira agrícola”, in MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987, p. 59-79.
- MARTINS, José Pedro Soares. *Terra nossa prometida: os 20 anos do Assentamento I de Sumaré*. Campinas: Komedi, 2004.
- MARX, Karl, 1818-1883. *A ideologia alemã (I - Feurbach)/ Karl Marx, F. Engels*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde S. “Os lugares da política”, in *Agência Carta Maior*, 31/01/05, www.agenciacartamaior.uol.com.br.
- MESTERS, C. *Flor sem defesa: uma explicação da Bíblia a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MONAL, Isabel. “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos”, in COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. P. (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MST. “Memória do Laboratório Organizacional de campo”. Promissão: COPAJOTA – SCA/NA, 1992.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização sem participação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”, in SANTOS, Boaventura Souza (org.). *Produzir*

para viver: os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1966.

NORDER, L. Antonio Cabello. *Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade de Wageningen, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. “Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”, in PAOLI, M. Célia & OLIVEIRA, F. (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 55-81.

PACHECO, M. Emília. “Sistemas de Produção uma perspectiva de gênero”, in *Proposta: Desenvolvimento sustentável*, dez.-fev. 1997, nº 71, pp. 30-38.

PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político”, in HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995, pp. 24-55.

PERES, Fernando Curi. “Treinando jovens administradores rurais: o caso do PROJOVEM”, in PERES, Fernando Curi; GATTI, Maria Inês *et al.* (eds.). *PROJOVEM: a experiência do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais*. Piracicaba: USP/ESALQ/DIBD/EXAGRI, 1998, pp.24-32

- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, pp. 9-60.
- SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*. Campinas: UNICAMP, 2002.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Campinas (1860-1980): Agricultura, industrialização e urbanização*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- SILVA, G. J. “O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária”, in STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. 3ª ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002. pp. 137-143.
- SIMIONATTO, Ivete. “O social e o político no pensamento de Gramsci”, in AGGIO, Alberto. *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998, pp. 37-64.
- TIENE, Izalene. *Mulher moradora na rua: entre evidências e políticas sociais*. Campinas: Alínea, 2004.
- VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Terra de Promessas, Jerusalém Maldita: memórias bíblicas sobre Belo Monte (Canudos)*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2004.
- VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Unijuí, 2000.

ZIMMERMANN, Neuza de Castro. “Os desafios da organização interna de um assentamento rural”, in MEDEIROS, Leonilde *et al.* *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994, pp. 205-224.